

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**PATRÍCIA AMORIM WEBER**

**OS INTELLECTUAIS PÚBLICOS NEGROS E O PROCESSO DE  
DEMOCRATIZAÇÃO DA POLÍTICA BRASILEIRA  
(1985-2012)**

**São Carlos**

**2022**

PATRÍCIA AMORIM WEBER

**OS INTELLECTUAIS PÚBLICOS NEGROS E O PROCESSO DE  
DEMOCRATIZAÇÃO DA POLÍTICA BRASILEIRA  
(1985-2012)**

Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, sob a orientação da Profa. Dra. Priscila Martins de Medeiros, para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Órgão financiador: Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES)

**São Carlos**

**2022**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

---

**Folha de Aprovação**

---

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Patricia Amorim Weber, realizada em 10/06/2022.

**Comissão Julgadora:**

Profa. Dra. Priscila Martins de Medeiros (UFSCar)

Prof. Dr. Rafael Petry Trapp (UNEB)

Prof. Dr. Valter Roberto Silverio (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a todos os professores do Departamento de Ciências Sociais e do Departamento de Pós-graduação em Sociologia que fizeram parte de minha formação acadêmica ao longo da graduação e do mestrado. As leituras e discussões em aula me trouxeram importantes aprendizados que ultrapassam a minha trajetória acadêmica. O esforço de todos em possibilitar e manter viva a produção científica brasileira em ciências humanas é inspirador.

Agradeço, também, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento deste trabalho de pesquisa.

À Profa. Dra. Priscila Martins de Medeiros, por ter me acompanhado mais uma vez. As reuniões de orientação, os conselhos e o seu apoio foram importantes elementos neste árduo processo de produção de uma pesquisa de mestrado.

Aos integrantes do grupo de pesquisa Texturas da Experiência, pelas reuniões e pela troca de conhecimento. Em especial à Karina Camargo, Luana Ruy, Pamela Martins e Nayhara Almeida pelas conversas e pelos trabalhos coletivos.

Aos integrantes da minha banca de mestrado e também integrantes da banca de defesa, os professores Valter Silvério e Rafael Petry, pelas importantes e enriquecedoras contribuições.

Agradeço aos meus queridos amigos Leonardo Silva, Daniele Soares e Gabriela Barbosa. Meus companheiros desde o início da graduação. É imensa a saudade que sinto de abraçar vocês e compartilhar uma cerveja juntos.

Aos meus pais, por todo o suporte e apoio. À minha psicóloga Daniele, por me ajudar a confiar um pouquinho mais em mim mesma. À Donana, por ter me acolhido tão bem e tão gentilmente em sua casa durante boa parte do tempo de produção desta pesquisa. E, por fim, agradeço ao Pedro, meu companheiro, pelas conversas, pela troca de ideias, pelo carinho e por todo apoio que sempre me deu.

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o papel dos intelectuais públicos negros no processo de democratização do Brasil. Para tanto, procuramos responder aos seguintes objetivos específicos: a) mapear e analisar quais foram os principais posicionamentos dos/as intelectuais negros/as brasileiros/as nos debates sobre três momentos políticos: Assembleia Nacional Constituinte; lei 10.639/2003 e ações afirmativas para o ensino superior; b) com base nestes posicionamentos, analisar quais foram os sentidos de democracia conferidos por estes; c) analisar o significado e os reflexos da institucionalização da agenda das relações raciais para o processo de democratização do país; d) analisar o papel público destes intelectuais à luz das concepções contemporâneas sobre intelectualidade negra. Em termos metodológicos, fizemos uso da Análise de Conteúdo para interpretar os dados coletados por meio da pesquisa bibliográfica e de entrevistas semiestruturadas. Além disso, contamos com as contribuições teóricas dos Estudos Culturais e Pós-Coloniais. De modo sucinto, o perfil do intelectual público negro pode ser definido como aquele que defende que há uma relação intrínseca entre teoria e política. A partir disso, estes se engajam politicamente nos espaços públicos com o objetivo de lutar pela inserção plena do negro no sistema democrático, garantindo seus direitos básicos enquanto cidadão. Pudemos notar que a contribuição destes intelectuais para o processo de democratização brasileira se deu, de modo geral, em dois âmbitos: 1) o primeiro, trata-se da intervenção política nos espaços públicos, ao participarem e organizarem manifestações e/ou fazerem parte de cargos governamentais; ou até mesmo ao ocuparem as universidades, criando grupos de pesquisa e fortalecendo as políticas públicas de igualdade racial dentro destes espaços; 2) o segundo diz respeito à formação de uma consciência sobre o papel do negro na formação social brasileira. Neste segundo ponto, ao propor uma outra perspectiva epistemológica e ontológica, estes intelectuais acabaram por alargar o que entendem por democracia. A partir deste entendimento, o coletivo passa a ser um valor intrínseco ao pensamento democrático e os movimentos sociais tornam-se atores primordiais na construção e na manutenção de uma sociedade substancialmente igualitária. Aqui, a cultura e a estética, para além das questões socioeconômicas, são vistas enquanto importantes ferramentas políticas, tornando-se necessárias quando tratamos sobre direitos civis. Em suas metodologias, estes intelectuais ultrapassam as fronteiras do nacional, trazendo uma perspectiva diaspórica para a análise. Com isso, nos proporcionam uma outra interpretação sociológica sobre o Brasil, tendo como um dos elementos centrais a crítica ao processo de racialização e as desigualdades decorrentes deste. Assim, de modo geral, estes defendem a proposição de uma democracia que não hierarquize a diferença.

**Palavras-chave:** democracia; intelectuais negros; movimento negro; políticas públicas.

## ABSTRACT

This research aims to analyze the role of black public intellectuals in the process of democratization in Brazil. In more specific terms, we will seek to respond to the following objectives: a) map and analyze the main political positions of black Brazilian intellectuals in the debates on three political moments: National Constituent Assembly; law 10,639/2003 and affirmative actions for higher education; b) based on these positions, analyze what were the meanings of democracy conferred by them; c) analyze the meaning and consequences of the institutionalization of the racial relations agenda for the country's democratization process; d) analyze the public role of these intellectuals in the light of contemporary conceptions of black intellectuality. In methodological terms, we used Content Analysis to interpret the data collected through bibliographic research and semi-structured interviews. In addition, we rely on theoretical contributions from Cultural and Post-Colonial Studies. Briefly, the profile of the black public intellectual can be defined as one who argues that there is an intrinsic relationship between theory and politics. From this assumption, they engage politically in public spaces with the aim of fighting for the full insertion of black people in the democratic system, guaranteeing their basic rights as citizens. We could notice that the contribution of these intellectuals to the Brazilian democratization process took place, in general, in two aspects: 1) the first concerns political intervention in public spaces, by participating in and organizing demonstrations and/or being part of government positions; or even by occupying universities, creating research groups and strengthening public policies of racial equality within these spaces; 2) the second concerns the construction of an awareness of the role of blacks in Brazilian social formation. In this second point, by proposing another epistemological and ontological perspective, these intellectuals expanded the meaning of democracy. In this interpretation, the collective becomes an intrinsic value to democratic thinking and social movements become primary actors in the construction and maintenance of a substantially egalitarian society. Here, culture and aesthetics, in addition to socioeconomic issues, are seen as important political tools, therefore, becoming necessary when dealing with civil rights. In their methodologies, these intellectuals go beyond national borders, bringing a diasporic perspective to the analysis. Thus, they provide us with another sociological interpretation of Brazil, having as one of the central elements the criticism of the racialization process and the inequalities resulting from it. Thus, in general, they defend the proposition of a democracy that does not face difference in a hierarchical way.

**Keywords:** democracy; black intellectuals; black movement; public policy.

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	<b>9</b>
<b>1. A ocupação dos espaços públicos por uma nova categoria de intelectuais</b> .....	<b>20</b>
1.1 Desvelando a experiência social do negro: a proposta de uma outra agenda para os estudos das relações raciais.....	20
1.2 O intelectual público negro.....	29
1.2.1 Algumas considerações sobre a intelectualidade negra .....	30
1.2.2 Ciência e política: termos inseparáveis .....	35
<b>2. O Brasil não é uma democracia racial: a participação dos intelectuais públicos negros na reabertura política</b> .....	<b>43</b>
2.1 A militância antes da ditadura militar .....	43
2.2 De volta às ruas: a formação do MNU .....	44
2.2.1 A cultura enquanto uma ferramenta política .....	47
2.2.2 O embate entre classe e raça .....	51
2.3 A participação dos intelectuais públicos negros na Assembleia Nacional Constituinte.	57
2.4 A Marcha Zumbi dos Palmares .....	63
<b>3. A busca por uma outra perspectiva sobre o negro</b> .....	<b>66</b>
3.1 A Conferência de Durban .....	66
3.2 A criação da SEPPIR .....	68
3.3 As proposições da Lei 10.639 .....	73
3.3.1 O “Parecer Petronilha” .....	74
3.3.2 A SECAD.....	76
3.3.3 Uma breve contextualização histórica: os elementos histórico-sociais que possibilitaram a institucionalização da lei 10.639.....	79
3.3.4 A crítica à produção canônica e a necessidade de uma descolonização epistemológica.....	81
<b>4. A inserção da diferença no Ensino Superior</b> .....	<b>85</b>
4.1 Sobre a lei 12.711: o seu significado e importância .....	85
4.2 A batalha pela legitimação das ações afirmativas no Ensino Superior.....	89
4.3 A hierarquização no espaço acadêmico .....	99
<b>5. O sentido de democracia para os intelectuais negros: críticas e anseios</b> .....	<b>107</b>
<b>Considerações finais</b> .....	<b>118</b>
<b>Referências bibliográficas</b> .....	<b>122</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>122</b>
ANEXO I – Perfil dos intelectuais .....	131

ANEXO II – Organização do roteiro para as entrevistas.....	138
--	-----

## Introdução

Quando consideramos os debates em torno da transição democrática brasileira e da sua consolidação, o tema das relações raciais ainda é colocado às margens desse processo. A luta por igualdade racial e por tornar o racismo um crime, assim como todas as pautas levantadas pelo Movimento Negro no espaço público, especialmente a partir da década de 1980, ainda não foram reconhecidas enquanto elementos centrais para os estudos sobre a política brasileira (CAMPOS; RODRIGUES, 2021).

Assim, podemos notar que a produção da narrativa histórica responde à mesma lógica hierárquica presente nas relações econômicas, políticas e sociais. Quando não há total silêncio, há um tratamento pouco criterioso sobre o protagonismo negro na historiografia. Esta constatação vem sendo apontada por diversas áreas de estudos que se propõem a criar uma epistemologia crítica, como as pesquisas pós e decoloniais, *diasporic studies* e o *afro-latino studies*.

Robert Lee Adams Jr. (2013), representante desta última perspectiva, afirma que há, no pensamento moderno, um paradoxo ligado às identidades raciais: uma invisibilidade em relação às contribuições dos afro-latinos na construção das nações latino-americanas, ao mesmo tempo em que há uma visibilidade intensa desses povos quando o assunto é a identificação destes enquanto um problema para o projeto de nação.

Ao tratar sobre a invisibilidade, Adams Jr. afirma que, apesar de os afro-latinos serem uma parcela importante na demografia e no desenvolvimento social de todos os países latinos,

their contributions have been ignored or undervalued as being constitutive of the nation. (...) Regardless of identified national place, Blacks in Latin America have negotiated the contradictory intersection of race and nationality. In a world where authentic national identity formation is believed to require homogenous languages, cultures, religions, and 'blood', Afro-Latinos continue to visibly challenge the paradoxical fictions of their respective imagined communities and their erasure from the national narrative of belonging (ADAMS JR., 2013, p. 8).

Neste contexto, diversas pesquisas já demonstraram que o papel do movimento negro tem sido recuperar e trazer para o imaginário social a importância que a comunidade negra teve para a formação social, cultural e econômica do Brasil. Além disso, estes têm sido importantes atores na crítica social e na formulação de demandas políticas ligadas às pautas raciais, como também às necessidades da sociedade como um todo (RIBEIRO, 2013; SANTOS, 2015).

Os/as intelectuais negros/as, por sua vez, têm sido encarados/as pela literatura especializada sobre o tema enquanto importantes integrantes deste movimento social e, além disso, enquanto sujeitos reeducados direta ou indiretamente por este (GOMES, 2017; SANTOS,

2011). Desta forma, levando em consideração tanto a atuação do movimento negro na sociedade brasileira, quanto o envolvimento dos intelectuais negros com este, o propósito dessa pesquisa é pensar sobre o papel dos intelectuais públicos negros no processo de democratização do Brasil. Isto inclui refletir não só sobre suas ações e pensamentos políticos, como também sobre os desafios encarados por estes ao se colocarem em uma sociedade racializada enquanto sujeitos críticos e insurgentes.

Sabemos que o reconhecimento de quem é intelectual e quem tem propriedade para expressar críticas bem fundamentadas é algo construído coletivamente, e é forjado a partir de um determinado contexto social, político e econômico (CONNELL, 2012). Logo, refletir sobre a intelectualidade negra é, necessariamente, passar pelo debate sobre a invisibilidade e o apagamento de suas ideias e corpos nos ambientes acadêmicos e nas instituições em geral. Porém, o que pretendemos aqui é esboçar os caminhos criados por estes sujeitos para superar estes impasses. Queremos mirar, portanto, na ação e na reação, e não apenas descrever repetidamente os bloqueios.

Além da importância política destes intelectuais, o nosso interesse por este grupo se dá, pois observamos que eles vão na contramão das mudanças que vemos emergir na literatura sobre o tema. No campo dos estudos sobre os intelectuais ocidentais, tem sido apontada uma tendência recente de afastamento desta categoria dos assuntos e das ações ligadas à esfera pública (PASSIANI, 2018). Ademais, a literatura que trata sobre a figura do intelectual brasileiro no período de redemocratização no Brasil, apesar de afirmar que houve uma grande aproximação destes sujeitos da cena pública, aponta um certo afastamento destes em relação às demandas dos movimentos sociais emergentes naquele período (CHAUI, 2006). Podemos observar, portanto, que os intelectuais negros se contrapõem a estas afirmativas, haja vista que o engajamento político é uma constante na carreira de uma parte substancial destes, e o diálogo com o movimento negro é algo marcante em suas trajetórias.

Para analisar o papel público desta categoria de intelectuais, observamos que um caminho possível seria considerar a sua participação em momentos históricos importantes para o desenvolvimento de políticas públicas ligadas à questão étnico-racial. Logo, trazer a figura do movimento negro e a luta pela institucionalização destas políticas de igualdade racial é um meio para olharmos para o lugar social destes intelectuais.

Dito isso, expomos, de forma clara, que o nosso objetivo geral foi analisar o papel do intelectual público negro no processo de democratização do Brasil. Para tanto, adotamos os seguintes objetivos específicos: a) mapear e analisar quais foram os principais posicionamentos dos/as intelectuais negros/as brasileiros/as nos debates sobre três momentos políticos:

Assembleia Nacional Constituinte; lei 10.639/2003 e ações afirmativas para o ensino superior; b) com base nestes posicionamentos, analisar quais foram os sentidos de democracia conferidos pelos/as intelectuais; c) examinar o significado e os reflexos da institucionalização da agenda das relações raciais para o processo de democratização do país; d) analisar o papel público destes intelectuais à luz da literatura contemporânea sobre intelectualidade negra.

Compreender o pensamento e ação destes intelectuais negros no que diz respeito à luta pela democracia é essencial para os tempos atuais. Desde a época da constituinte e, sobretudo, entre os anos de 2003 e 2016, o movimento negro e seus intelectuais conquistaram importantes medidas de combate e conscientização sobre o racismo. Dentre eles, tivemos: a aprovação do decreto 4.887/03, que visou reconhecer e demarcar as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos; a Política Nacional de Saúde Integral da população negra, instituída pela Portaria n. 992 de 13 de maio de 2009; o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010) e as ações afirmativas com critério racial na pós-graduação das IFES, possibilitada pela portaria n. 13/2016 do Ministério da Educação (GOMES, 2020).

No entanto, atualmente, vivemos uma época de amplo retrocesso. Desde 2015, as políticas em prol da igualdade racial vêm se enfraquecendo, o que foi fortemente acentuado após o golpe civil-parlamentar de 2016, que depôs a então Presidente Dilma Rousseff e colocou em prática um projeto de desmonte do Estado de Direito, de ataque às lutas dos movimentos sociais e de fragilização da assistência social no Brasil.

Tivemos, ainda com a Presidente Dilma no poder, a dissolução da estrutura da SEPPIR, ao vermos esta ser integrada ao Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, da Juventude e Direitos Humanos em 2015, através da medida provisória n° 696. Após a destituição de Dilma, tivemos a desestruturação do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR); as temáticas de interesse da população negra, como o genocídio e o feminicídio negro, perderam espaço nos debates ministeriais; e a Fundação Palmares tem sido liderada por um pensamento conservador de extrema direita, que não reconhece a gravidade do racismo presente no país e ataca as pautas levantadas pelo movimento negro (GOMES, 2020).

Neste contexto de diminuição do espaço para as pautas raciais, a aprovação da Emenda Constitucional n. 95/2016, instituída durante a posse do vice-presidente Michel Temer, veio para complementar a lista de perdas dos direitos sociais ao implementar um novo regime fiscal com um limite de gastos para o governo federal até 2036. Na prática, esta medida inviabiliza o custeio de diversos serviços públicos, como o investimento em políticas públicas ligadas à saúde e educação, o aumento de remuneração para funcionários públicos, a contratação de pessoal, a reestruturação de carreiras, dentre outros (MARIANO, 2017).

Diante deste cenário, Nilma Lino Gomes afirma que estamos vivendo tempos de incertezas:

Incertezas econômicas diante de um capitalismo internacional realinhado e opressor; incertezas culturais diante do crescimento da cultura do ódio, da intolerância e do medo; incertezas sociais diante do aumento da pobreza, das desigualdades e da violência; incertezas educacionais diante de retrocessos nas políticas educacionais, da vigilância conservadora e autoritária no que se refere às questões de gênero, diversidade sexual e raça; incertezas emocionais diante da força psicológica e destruidora do racismo, principalmente, sobre a autoestima de tantas crianças, jovens e adultos negros e pobres; incertezas religiosas diante do ataque neopentecostal às religiões de matriz afro-brasileira (GOMES, 2018, p. 114).

Portanto, diante dessas incertezas, se faz necessário refletir sobre os passos que já foram dados e sobre as lutas que já foram travadas e conquistadas. Retomar a trajetória política dos intelectuais negros é imprescindível para esta reflexão. Para construir uma resistência democrática, é necessário também recorrer à memória, a fim de recuperar os ensinamentos construídos pelo movimento negro e por seus intelectuais, pois, de acordo com Nilma L. Gomes (2020, p. 363), “existe um jeito negro de ser, de viver, de fazer política, arte, cultura, música”, não no sentido essencialista, mas no sentido da tradição, que é passada de geração a geração através da luta antirracista do movimento social.

E por que, afinal, pensamos na Assembleia Nacional Constituinte, na lei 10.639 e nas ações afirmativas para o ensino superior como nosso recorte? Em nosso projeto de pesquisa, tínhamos optado por observar os intelectuais públicos negros a partir de seis momentos históricos. Contudo, considerando as observações críticas dos membros da banca de qualificação, compreendemos que, para que a pesquisa fosse exequível, teríamos que reduzir significativamente o nosso recorte, dada a densidade histórica de cada momento político. Optamos, então, por escolher três acontecimentos situados em décadas diferentes, de modo que isto nos permitisse acompanhar a trajetória destes intelectuais por um período mais longo, trazendo uma noção de um *continuum* ou de um elo histórico.

Porém, gostaríamos de esclarecer que fizemos estas escolhas tendo como entendimento que o nosso olhar poderia ter mirado em diversos outros momentos históricos para responder a estes mesmos objetivos. Ao longo da história, houve vários momentos importantes na trajetória de luta do movimento negro e de seus intelectuais. Foram processos e conquistas que não aconteceram de modo isolado, mas que, pelo contrário, foram decorrentes de acúmulos e experiência política e social do movimento.

Para citar apenas alguns deles, vemos que a luta política via instituições formais, por exemplo, começou a acontecer bem antes da participação dos militantes nas reuniões da

Assembleia Nacional Constituinte de 1988. Em 1936, observamos a transformação da Frente Negra Brasileira em partido político, por exemplo. Já em 1945, foi realizada a Convenção Nacional do Negro, organizada por Abdias do Nascimento e sediada em São Paulo e Rio de Janeiro. Seu objetivo foi reunir propostas para a Assembleia Nacional Constituinte que viria a ocorrer em 1946, algo, portanto, muito similar ao que aconteceu na Convenção Nacional do Negro em Brasília, momento este em que também se buscou organizar as propostas para a Assembleia Nacional de reabertura democrática de 1988.

Do mesmo modo, vemos que a proposição de um outro olhar sobre a história e a cultura negra e a preocupação do movimento com a educação formal dos seus também vem de longa data. Nos anos de 1940, Abdias do Nascimento criou o Teatro Experimental do Negro (TEN) com o intuito de lançar uma outra perspectiva sobre o negro na sociedade e ofertar uma formação para seus integrantes. Vale dizer também que Nascimento, sobretudo em sua época de deputado federal, já defendia a integração do negro na educação formal através de cotas raciais (ALMADA, 2021). Quanto à narrativa crítica proposta pelo TEN, vemos o mesmo ocorrer com os centros culturais e os congressos organizados por militantes-intelectuais: em São Paulo, a Associação Cultural do Negro (1956) e o Centro de Cultura e Arte Negra (1972); no Rio de Janeiro, o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (1975), e em Salvador, o Núcleo Cultural Afro-brasileiro (1976). Importante citar também a criação do primeiro núcleo pré-vestibular pra negros e carentes em 1993 na Baixada Fluminense (ALBERTI, V; PEREIRA, A, 2007).

Portanto, a escolha da participação dos intelectuais negros na Assembleia Nacional Constituinte, na efetivação da lei 10.639 e nos embates em torno das ações afirmativas no âmbito do ensino superior se deu pois entendemos que estes foram momentos de confluência do movimento negro em âmbito nacional, no qual seus militantes convergiram os seus esforços em torno da conquista das mesmas pautas. Além disso, é importante lembrar que, nesta dissertação, optamos por tratar do engajamento político dos intelectuais tendo em vista os sentidos de democracia elaborado por estes, portanto, inevitavelmente, o recorte histórico deveria contemplar o período após a abertura democrática do país, isto é, após a Constituinte.

O que queremos pontuar, ao expor estes momentos políticos, é que eles foram o caminho pelo qual pudemos observar as ações e o pensamento dos intelectuais negros na luta pela democratização. Isto é, ao retomarmos a trajetória de luta política do movimento negro, com foco entre 1988 a 2012, nós nos deparamos com diversos nomes de intelectuais que foram parte destes momentos. Buscamos, então, trazer alguns deles para esta dissertação, tendo em mente que, inevitavelmente, muitos nomes importantes ficariam de fora.

De modo mais explícito, os intelectuais citados aqui respondem aos seguintes critérios: a) terem sido citados na bibliografia sobre os três momentos políticos que apontamos acima; b) terem tido um forte envolvimento com o movimento negro brasileiro, o que demonstrou, para nós, o comprometimento destes sujeitos com a luta antirracista e com o processo de democratização; c) por fim, buscamos selecionar um grupo de intelectuais tendo em vista a diversidade regional e de gênero.

Dito isso, podemos partir, então, para a exposição da forma pela qual encontramos para atingir os objetivos propostos pela pesquisa. O presente texto foi preparado a partir da pesquisa bibliográfica e da aplicação de entrevistas em profundidade.

Quanto ao primeiro método, por meio de dissertações, teses, artigos e livros sobre os três acontecimentos históricos (Assembleia Nacional Constituinte, lei 10.639, ações afirmativas), buscamos rastrear quais intelectuais fizeram parte destes momentos e quais foram as suas ações e/ou interpretações sobre eles. Em uma segunda etapa, exploramos a bibliografia de autoria de alguns dos intelectuais negros, buscando apreender: como estes narram os acontecimentos políticos apontados e qual o significado que dão a eles; quais foram os sentidos de democracia conferido por eles; rastrear como estes encaram, a partir de suas ações, o papel do intelectual diante de assuntos políticos e a especificidade em ser um intelectual negro. Por fim, a bibliografia sobre intelectualidade negra nos ajudou a compreender a especificidade e os desafios do intelectual negro frente ao intelectual não-negro no Brasil.

O outro método utilizado foi a aplicação de entrevistas semiestruturadas. Neste passo, foi criado um roteiro para guiar a entrevista de acordo com os interesses temáticos da pesquisa, porém, outras questões foram feitas a partir das respostas dadas pelos entrevistados.

Assim, através deste método, buscamos ampliar a nossa compreensão acerca de quatro tópicos: tornar-se intelectual negro; tornar-se intelectual público; engajamento; debates políticos atuais. No primeiro tópico, elaboramos questões sobre o contato destes intelectuais com os estudos sobre relações raciais e o seu entendimento sobre o que é ser intelectual negro/a no Brasil. No segundo, os questionamos sobre a relação que estabeleceram entre militância e intelectualidade ao longo de suas trajetórias, quais foram as vantagens e limites desta relação. No terceiro tópico, buscamos rastrear as ações e perspectivas políticas destes sujeitos ao questioná-los acerca dos acontecimentos políticos ligados à luta pela igualdade racial e sobre a relação entre questão racial e democracia. No quarto e último tópico, buscamos trazer uma

atualidade para a pesquisa ao questioná-los sobre o legado do movimento negro nas décadas de 1980 a 2000, além de procurar saber quais são as pautas atuais deste movimento<sup>1</sup>.

Tivemos a oportunidade de entrevistar quatro intelectuais: Henrique Cunha Junior, Valter Silvério, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Matilde Ribeiro. Este recorte não partiu de uma perspectiva quantitativa, mas sim representativa, pois entendemos que estes intelectuais, ao se referirem às lutas políticas do movimento negro e dos intelectuais negros, respondem às pautas de maneira coletiva. São falas, portanto, que representam um agregado de outras experiências e trajetórias. Logo, as experiências destes quatro nomes puderam nos dar uma noção do todo ao qual fazem parte.

Entrevistamos Valter Silvério e Petronilha Silva devido a centralidade de ambos no processo de institucionalização e implementação prática da lei 10.639 e das ações afirmativas. Henrique Cunha Junior é um importante nome para o movimento negro, tendo tido uma relevante contribuição acadêmica para os estudos das relações raciais e uma ampla circulação entre militantes e intelectuais negros. Por fim, Matilde Ribeiro é um nome interessante para entendermos sobre movimento negro e Estado, já que a intelectual foi ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), órgão criado pelo Partido dos Trabalhadores em 2003.

As entrevistas ocorreram à distância, através de chamadas pela internet. Conversei com a Profa. Dra. Matilde Ribeiro no dia 28 de abril de 2021 durante 1 hora e 20 minutos. Além de ter sido ministra da SEPPIR, Ribeiro é professora adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

A intelectual me forneceu dados interessantes sobre sua trajetória pessoal e política. Dentre eles, friso: a sua relação com a identidade negra na infância e na idade adulta; a relação com os estudos sobre a questão racial, bem como com o movimento feminista e com o movimento negro; a relação entre militância e teoria; os desafios do intelectual negro e da intelectual negra; a valorização do conhecimento popular; a importância da SEPPIR e a sua passagem por ela; e, por fim, os desafios da atualidade e o papel do intelectual negro neste contexto.

A entrevista com o Prof. Henrique Cunha Junior aconteceu no dia 17 de junho e durou 1h e 10 minutos. Filho do conhecido militante Henrique Cunha, o intelectual é hoje professor livre-docente pela Universidade de São Paulo e Professor Titular da Universidade Federal do Ceará. Foi o primeiro presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN),

---

<sup>1</sup> Ao final deste texto, anexamos uma tabela com as questões feitas ao longo das entrevistas (anexo 1).

importante instituição que agrega as pautas intelectuais do movimento negro. Ao longo da entrevista, dentre vários temas, Cunha Junior frisou a importância da cultura para a sua afirmação identitária; tratou sobre o debate entre classe e raça na perspectiva dos estudos acadêmicos e da política institucional; citou a influência do pan-africanismo em sua trajetória e nos trouxe argumentos sobre a centralidade do antirracismo para a democracia.

O Professor Valter Roberto Silvério foi o meu terceiro entrevistado. Silvério é professor titular do Departamento de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e é um importante nome para a implementação das ações afirmativas nas Universidades Públicas. Além disso, fez parte da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) entre 2004 e 2005 e foi coordenador técnico da edição em português da Coleção História Geral da África, realizada através da parceria entre a Unesco e as universidades públicas brasileiras. A conversa com o professor durou cerca de 1h e 40 minutos e perpassou, dentre tantos, os seguintes tópicos: a importância do contato com a política para entender a si mesmo e a sua relação com a sociedade; a relevância da militância para a sua experiência intelectual; a centralidade da raça para se compreender a formação social brasileira; a relevância da juventude negra e da arte negra para os movimentos de resistência; os desafios do/a intelectual negro/a racializado/a; e a importância das ações afirmativas na trajetória acadêmica de negros e negras.

Por fim, entrevistei a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, que é professora emérita da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). A entrevista durou 40 minutos. Dentre várias experiências políticas e intelectuais de Silva, destacamos a relatoria do parecer CNE/CP 3/2004, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e regulamentou a lei 10.639/2003. Durante a entrevista, a intelectual citou o histórico de articulação do movimento negro para a conquista da referida lei; o protagonismo das professoras e intelectuais negras na luta pela diversidade na educação; o funcionamento da Comissão na qual participou dentro do Conselho Nacional de Educação; a sua articulação com o movimento negro enquanto estava na função de relatora; e, por fim, a importância e contexto da lei 10.639.

O processo de análise destas entrevistas e daqueles textos utilizados no método bibliográfico seguiram os mesmos passos, que correspondem àqueles apontados pela Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011; SILVIA & FOSSÁ, 2015). Por este motivo, consideraremos, a partir daqui, ambos os materiais enquanto “textos”. Salientamos apenas que a transcrição das entrevistas realizadas foi feita de forma literal, isto é, transcrevemos tudo o que foi dito pelos

intelectuais, salvo os vícios de linguagem e elementos próprios da fala coloquial que não apresentam conteúdo relevante ao texto escrito (GIBBS, 2009).

De acordo com Laurence Bardin (2011), a análise de conteúdo deve respeitar as seguintes fases: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Para esta dissertação, na etapa de pré-análise, buscamos escolher os documentos a serem submetidos à análise tendo em vista os nossos objetivos de pesquisa, os quais foram previamente formulados. Após uma “leitura flutuante”, pudemos constituir um *corpus* para análise, isto é, um conjunto de documentos para serem avaliados de acordo com os procedimentos analíticos. Esclarecemos que a composição deste *corpus* buscou responder às regras de representatividade e de pertinência, ou seja, uma amostra representativa do universo inicial e que se adequassem aos objetivos da análise.

Realizamos, então, uma imersão neste *corpus* a partir do emprego de técnicas tradicionais, como o realçamento de trechos importantes, acrescentando notas e comentários, somado à fichas de anotações e elaboração de agrupamentos temáticos (BAUER; GASKELL, 2002).

Em seguida, codificamos os textos. De acordo com Graham Gibbs (2009), a codificação dos textos tem como finalidade identificar as informações que apresentam, entre si, uma coerência e fazem parte do conjunto de tópicos de interesse do pesquisador. Assim, os trechos dos textos tornam-se dados organizados sob um mesmo código, o que facilita a análise. Gibbs defende que estes códigos devem se afastar o máximo possível da mera descrição dos conteúdos e se aproximar de classificações que sugiram formas teóricas ou analíticas de explicar os dados.

Buscamos, portanto, seguir a sugestão do autor, porém, nomeando nossos grupos enquanto categorias de análise. Estas categorias foram distribuídas nos subcapítulos que compõem a dissertação. São estas: 1) Intelectual público negro, a qual se divide em duas subcategorias: a) definição conceitual; b) desafios deste intelectual; 2) agenda de pesquisa; 3) sentidos da democracia para os intelectuais negros; 4) debates dos intelectuais acerca das políticas públicas; 5) significado e reflexo das políticas públicas.

Por fim, seguimos para a etapa de tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Nesta etapa, buscamos dar um sentido mais amplo para os dados coletados ao uni-los ao amplo universo da bibliografia, o que resultou na análise conjunta entre dados empíricos e teoria.

No primeiro capítulo, discutimos sobre a inserção dos intelectuais públicos negros nas universidades públicas brasileiras, salientando o caminho pelo qual passaram até ocuparem estes espaços. Buscamos trazer também como se deu esta ocupação e quais foram os seus efeitos tanto na produção teórica destes sujeitos quanto em suas perspectivas políticas. Por fim, fizemos

algumas considerações acerca da conceitualização do termo intelectual negro e intelectual público negro a fim de delinear melhor a figura deste sujeito social.

Dos capítulos 2 ao 4, tivemos como objetivo demonstrar mais claramente esta ligação entre teoria e prática na trajetória dos intelectuais públicos negros, o que nos auxiliou a compreender qual foi o papel do intelectual público negro no processo de democratização do Brasil.

Portanto, no segundo capítulo, tratamos da participação dos intelectuais na Assembleia Nacional Legislativa (ANC) e dos momentos políticos que circundaram este acontecimento. Para uma melhor compreensão deste período, retomamos brevemente o contexto que antecedeu a ditadura militar, a formação do Movimento Negro Unificado (MNU), a relação deste movimento com a esquerda e com as estratégias políticas de luta, e, por fim, a Marcha Zumbi dos Palmares.

No terceiro capítulo, trouxemos alguns momentos políticos que marcaram a década de 2000 a fim de tratarmos sobre o contexto e o significado da institucionalização da lei 10.639. Assim, abordamos brevemente a participação do movimento negro na Conferência de Durban e mencionamos a criação de alguns dos aparatos institucionais para a implementação das políticas de igualdade racial, como: a Secretaria de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial (SEPPIR), a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e a elaboração do parecer no. 003/2004, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

No quarto capítulo, tivemos como objetivo continuar esta discussão sobre ações afirmativas do capítulo anterior, mas, desta vez, discutindo sobre o significado e as implicações da Lei 12.711, que institucionaliza as ações afirmativas com recorte racial no âmbito do ensino superior público. Para tanto, trouxemos os debates que ocorreram ao longo da década de 2000 a respeito da legitimação das ações afirmativas em um país como o Brasil. Por fim, discutimos sobre os desafios que intelectuais e discentes negros experienciam nos espaços acadêmicos, o que demonstra que as dificuldades não estão apenas na tentativa de adentrá-los, mas também na tentativa de permanecerem.

No quinto e último capítulo, tendo como base os temas e as ações dos intelectuais públicos negros expostas nos capítulos anteriores, buscamos compreender quais são os elementos que os levam a crer que a luta contra o racismo é central para o aprofundamento da democracia brasileira, assim como qual é a concepção de democracia defendida por estes.

Além disso, nos documentos anexos, inserimos os perfis dos intelectuais públicos negros que deram base para as reflexões desta dissertação, como também o roteiro de entrevista que utilizamos para conversar com aqueles nomes que pudemos acessar ao longo de nossa trajetória de pesquisa.

## **1. A ocupação dos espaços públicos por uma nova categoria de intelectuais**

Em 1903, em uma de suas obras mais importantes denominada *As Almas da Gente Negra*, W. E. B. Du Bois nos apresentou a metáfora do véu. Esta metáfora buscava ilustrar de forma didática o desconhecimento que havia na sociedade americana acerca da realidade social do negro. Este desconhecimento, certamente, não só provocava uma série de preconceitos, como também era um elemento formador da subjetividade destes sujeitos. De acordo com o autor, estar atrás do véu era como estar na sombra, era não ser visto pelo mundo e não enxergar bem a si mesmo, pois o Eu era sempre visto a partir do olhar do Outro (DU BOIS, 1999).

Durante muito tempo, esta metáfora serviu muito bem para definir a produção sociológica sobre o negro no Brasil. O afastamento entre o sujeito e o objeto fazia com que houvesse uma dissonância entre o que era afirmado sobre as comunidades negras na teoria e aquilo que elas vivenciavam no seu cotidiano (RAMOS, 1957). No entanto, com a aproximação destes pesquisadores dos sujeitos pesquisados, e com a posterior inserção de pesquisadores negros com pertencimento racial na academia e na produção científica, esta dissonância foi diminuindo.

Assim, partindo desta constatação, este capítulo tem como objetivo explorar o contexto histórico-social em que se deu esta proximidade entre sujeito e objeto, assim como observar como ocorreu, posteriormente, a passagem destes indivíduos de objeto à sujeitos do conhecimento. Estas mudanças nas relações e no ambiente acadêmico provocou, evidentemente, uma transformação na forma de produzir conhecimento, o que também é apontado neste capítulo.

### **1.1 Desvelando a experiência social do negro: a proposta de uma outra agenda para os estudos das relações raciais**

Durante quase todo o século XX, a presença de pessoas negras nas universidades públicas brasileiras foi extremamente escassa. Sales Augusto dos Santos (2011) nos mostra que importantes intelectuais negros, que já tinham uma produção acadêmica bem desenvolvida, só conseguiram dar aulas em universidades fora do país. Abdias do Nascimento é um bom exemplo.

Após o golpe de 1964 e a posterior promulgação do AI-5 em 1968, tratar da temática racial de forma politizada e crítica se tornou algo proibido no Brasil. Com isso, Abdias decidiu partir para um exílio “voluntário” nos Estados Unidos, onde permaneceu ao longo de 13 anos.

Durante este tempo, o intelectual passou por algumas experiências acadêmicas: foi contratado enquanto professor associado do Centro de Pesquisas e Estudos Porto-Riquenhos da Universidade do Estado de Nova York; permaneceu durante um ano na Universidade de Wesleyan, em Middletown, onde participou do Seminário “A Humanidade em Revolta”; além disso, realizou exposições artísticas em diversas universidades, dentre elas, a Yale University. Já no Brasil na década de 1980, Abdias do Nascimento não foi acolhido em nenhuma universidade pública, tendo conseguido acesso à academia apenas através da Pontifícia Universidade Católica (PUC), quando instala nesta universidade o Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-brasileiros (Ipeafro) (ALMADA, 2021)<sup>2</sup>.

Um outro nome paradigmático para este assunto é Alberto Guerreiro Ramos. Embora tenha atuado como professor no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) na década de 1950, Ramos não conseguiu constituir uma carreira sólida nas instituições públicas brasileiras. Porém, permaneceu por muitos anos dando aulas na Escola de Administração Pública da Universidade do Sul da Califórnia.

Podemos observar, contudo, que apesar do afastamento destes intelectuais do mundo acadêmico, suas ideias e experiências sociais já influenciavam a produção científica de vários pesquisadores no Brasil. De acordo com Mario Augusto Medeiros da Silva (2018), entre os anos de 1950 e 1980, um conjunto de intelectuais ligados à USP mantiveram uma grande proximidade com ativistas negros, sobretudo aqueles que faziam parte da Associação Cultural do Negro (ACN)<sup>3</sup>. Esta relação foi marcada pela presença destes intelectuais em atos públicos, palestras dadas nas instalações da Associação e em uma filiação com ajuda financeira enquanto “sócios honorários”. Ao longo do seu texto, Silva expõe diversos pontos de aproximação entre estes sujeitos, apontando sua relação a partir da metáfora de “órbitas sincrônicas”, isto é, dois

---

<sup>2</sup> O Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-brasileiros (Ipeafro) foi criado em 1981 em São Paulo e conduzido com o apoio de Dom Paulo Evaristo Arns. Seu objetivo era concentrar uma série de pesquisas sobre assuntos afro-brasileiros. Um dos eventos importantes realizados pelo Instituto foi o 3º Congresso de Cultura Negra das Américas, presidido por Abdias e coordenado por Dulce Pereira. Através deste congresso, vieram para o Brasil integrantes do Congresso Nacional Africano, da África do Sul, e da SWAPO (movimento de libertação da Namíbia), além de vários outros líderes importantes da América do Norte, da América do Sul e do Caribe. Contudo, infelizmente, a PUC não sustentou adequadamente esta Instituição, fazendo com que boa parte do acervo de Abdias se perdesse devido às más condições de armazenamento (ALMADA, 2021).

<sup>3</sup> A Associação Cultural do Negro foi criada em 1954 por intelectuais e ativistas negros que tinham o objetivo de criar uma associação que representasse o negro, dada a sua ausência nas comemorações do quarto centenário da cidade de São Paulo, que viria a ocorrer naquele mesmo ano. Entre sua data de inauguração e 1976, quando foram encerradas suas atividades, a Associação promoveu eventos, palestras, cursos e publicações. Henrique Cunha, pai de Henrique Cunha Júnior, um de nossos entrevistados, foi um dos ativistas e intelectuais que esteve presente na sua concepção, tendo sido, inclusive, presidente da Associação por alguns anos. Os documentos da Associação estão abrigados na Unidade Especial de Informação e Memória da Universidade Federal de São Carlos (UEIM-UFSCar). Para mais informações, acesse: <<http://www.ueim.ufscar.br/colecoes/colecao-associacao-cultural-do-negro>>. Acesso em: 29 de set. de 2021.

grupos de lugares sociais distintos que, vez ou outra, encontraram-se em torno dos mesmos interesses e objetivos políticos.

Ao defender em 1964 a sua tese de cátedra denominada *A integração do negro na sociedade de classes*, Florestan Fernandes já tinha iniciado o contato com estes ativistas e intelectuais negros. Silva (2018) nos aponta que, na Nota Explicativa que abre esta obra, Fernandes cita importantes nomes do movimento negro da época. Por ser do interesse desta pesquisa, trazemos o trecho em questão:

Seria longa demais uma lista completa de agradecimentos. No prefácio da obra anterior, publicada em colaboração com o dr. Roger Bastide, consta uma lista dos principais agradecimentos a pessoas e instituições que colaboraram conosco, tornando o nosso projeto factível. A essa lista gostaria de agregar novos agradecimentos. Primeiro, ao dr. Roger Bastide, que me levou a estudar sociologicamente as relações raciais em São Paulo e que, generosamente, concordou com a utilização pessoal subsequente dos materiais que coligimos. Segundo, aos senhores José Correia Leite, Raul Joviano do Amaral e Henrique Cunha, pela prestimosa colaboração que nos deram, colocando à nossa, disposição os exemplares existentes de jornais que circularam ou ainda circulam no “meio negro” de São Paulo. (FERNANDES, 2008, p. 26)

É interessante observar que Henrique Cunha, como o próprio nome já aponta, é pai de um de nossos entrevistados, o Prof. Dr. Henrique Cunha Júnior. Em entrevista, este nos apontou em detalhes como se dava esta relação entre os intelectuais Uspianos e os ativistas e intelectuais negros:

Meu pai foi presidente da Associação Cultural do Negro em São Paulo na década de 1950, minha mãe estava sempre presente na Associação. (...) Além da Associação, eles eram muito envolvidos em movimentos culturais com artistas, artistas plásticos, e tudo isso. Então isso fazia com que, constantemente em casa, tivesse uma reunião de pessoas que vinham para almoçar e esses almoços viravam debates acirrados sobre diversos assuntos. (...) Então, por exemplo, eu conheci Octavio Ianni, Florestan Fernandes. Eu conheci essas pessoas quando eu era criança. Então, eles eram partícipes...não eram só eles, tinham várias outras pessoas que a gente chamava de “os uspianos”, e até hoje eu guardo esse termo “uspiano” (Entrevista).

Podemos perceber que a observação geracional corrobora com o que este subcapítulo busca demonstrar: Henrique Cunha, enquanto presidente da Associação Cultural do Negro, teve uma relação muito próxima com os intelectuais Uspianos, já seu filho, Henrique Cunha Jr., inserido desde muito novo neste mundo da intelectualidade, tornou-se ele mesmo um importante pesquisador da área de relações raciais. Assim, temos um representante da geração de ativistas e intelectuais próximos aos pesquisadores, e o representante de uma geração posterior de pesquisador universitário.

A pesquisa realizada por Flávia Rios (2009) demonstra que somente os estudos realizados a partir de 1980 aproximaram-se de fato da experiência social dos ativistas negros

da primeira metade do século XX. A partir deste estudo de Mario A. M. da Silva e da entrevista de Cunha Jr., vemos que esta aproximação já começava a ser ensaiada na década de 1950 com estes pesquisadores do Projeto Unesco. Desta forma, fica claro que as Ciências Sociais do início daquele século produziam um conhecimento muito distante dos seus “objetos de pesquisa”, o que comprometia sobremaneira as suas investigações. Logo, o estreitamento destas relações, como vemos acima, pode ter sido o responsável (e Silva aposta que foi) por dar corpo ao debate teórico nas relações sociais. De acordo com este, o segundo volume de *Integração do negro na sociedade de classes*, texto que tem como parte de sua abertura o trecho que nós citamos anteriormente, teve suas interpretações alicerçadas fundamentalmente nas informações recebidas por estes interlocutores (SILVA, 2018).

No entanto, essa forte aproximação entre intelectuais negros e uspianos durou poucos anos. Ela perdurou, sobretudo, entre 1950 e 1964. Neste último ano, com o golpe militar, os lugares sociais dos intelectuais, acadêmicos e ativistas sofreram fortes mudanças. Observamos o exílio de muitos destes nomes citados aqui, como Florestan Fernandes, e o esmorecimento do protesto negro em uma época de intensa violência, perseguição e repressão. Assim, com a mudança para o regime autoritário, as pesquisas sobre o negro se esvaziaram para dar lugar a um forte discurso da democracia racial.

Veremos novamente certa movimentação em torno da questão racial somente a partir de 1976, e agora, ela será marcada pela inserção dos intelectuais negros no meio universitário e acadêmico. Aqueles pensadores negros que já se comunicavam com os acadêmicos passam a compor a equipe docente dos departamentos das universidades públicas e proporem uma outra forma de produzir conhecimento e pesquisa. Neste novo cenário, os negros não são mais encarados apenas como objetos do conhecimento, mas também como sujeitos produtores conhecimento. Isso faz parte, é claro, das lutas históricas do movimento negro pela educação (GOMES, 2009; SALES, 2011).

A diferença marcante aqui é que estes sujeitos passam a enxergar os problemas e as características sociais concernentes à população negra não mais a partir do olhar do ‘outro’, mas sim pelo seu próprio olhar, comprometido com uma visão crítica. O véu, metáfora apresentada por nós no parágrafo que abre este subcapítulo, é então dissolvido.

Uma das características gerais do olhar crítico destes intelectuais é a constatação de que há um lugar determinado para brancos e para negros na sociedade brasileira. Esta afirmação, que é expressa a partir das categorias de um “espaço/tempo racializado” e um “pensamento social racializado” desmascara a pretensão da existência de uma democracia racial e de uma nação harmônica.

Seguindo adiante, observamos que um sociólogo negro que “orbitava” sobre o grupo de pesquisa Uspiano ligado à Florestan Fernandes será figura relevante neste segundo momento de investigações sobre o negro no Brasil, além, é claro, de protagonizar as lutas políticas dentro e fora dos muros da universidade. Seu nome é Eduardo de Oliveira Oliveira, autor responsável por lançar “perguntas e inquietações que constituíram as bases de um projeto intelectual, político, cultural, mas, principalmente, epistemológico para o negro no Brasil” (TRAPP, 2020, p. 182).

Este projeto de Oliveira começa a ganhar corpo em um ambiente acadêmico em que a questão racial, na perspectiva política, ainda estava fortemente subsumida à classe, e na produção acadêmica, não se via mais enquanto uma linha de pesquisa relevante nos departamentos. Seus estudos constituíram-se a partir da tradução de ideias dos *African American Studies*, de críticas ao pensamento da Escola Sociológica Paulista e de uma importante reflexão sobre a subjetividade negra.

Esta agenda que começa a ser escrita neste momento e ganha, na figura de Oliveira, uma personificação, é alimentada e alimenta todo um circuito de pensamentos que começa a tomar força dentro e fora da universidade. Neste período, temos a organização de grupos de universitários e intelectuais negros como CECAN, GTPLUN, Centro de Estudos Afro-asiático (CEAA), SINBA, IPCN (Instituto de Pesquisa das Culturas Negras) e o GTAR (Grupo de trabalho André Rebouças), entre vários outros.

A partir de Rafael P. Trapp, temos uma síntese das características da nova agenda trazida pelos intelectuais negros para a pesquisa acadêmica:

A politização das posturas teóricas, pragmatismo das interrogações sociológicas e a problematização epistemológica dos lugares de fala atribuído aos sujeitos, brancos e negros, na ordem racializada do discurso, começam a se estabelecer como lastro crítico de uma nova perspectiva na Sociologia de Relações Raciais no Brasil (TRAPP, 2020, p. 187)

Neste sentido, a Quinzena do Negro, evento organizado por Oliveira na Universidade de São Paulo com patrocínio da Secretaria de Cultura de São Paulo, pode ser um interessante marcador dessa nova agenda nos estudos das relações raciais. A Quinzena reuniu importantes nomes, como Beatriz Nascimento, Clovis Moura, Hamilton Cardoso e Carlos Hasenbalg.

Nas semanas de seu acontecimento, o sociólogo buscou reunir trabalhos que pensassem realmente servir para ler a experiência social do negro. Alguns pontos uniam a crítica destes intelectuais: a denúncia de que as Ciências Sociais estavam produzindo um tipo de conhecimento distante da vivência do negro na sociedade; a concepção do negro como sujeito

no processo histórico e de escrita da história; e uma postura dos acadêmicos mais intervencionista diante dos problemas da sociedade.

Ampliando o debate em uma perspectiva mais geral sobre a década de 1970, Flávia Rios (2009) aponta que houve, neste momento, uma mudança quantitativa e qualitativa nos estudos sobre o movimento negro na academia brasileira. As movimentações políticas em torno da raça passaram a ser vistas a partir de outras metodologias. Se antes a perspectiva macrossociológica era a marca dos pesquisadores, agora, os estudos passam a ter investigações sistemáticas, coletas de dados empíricos e uma leitura mais detalhada destes sujeitos.

Esta mudança não ocorreu à toa. Segundo a autora,

as modificações vão aparecendo aos poucos, tornando-se mais efetivas e consolidadas na medida em que as ações do movimento social tornam-se mais concretas, mais visíveis; e isso leva quase uma década para ser incorporado pela literatura. O impacto das ações dos movimentos sociais sobre a produção acadêmica aconteceu de vários modos, desde os temas e as abordagens até os próprios pesquisadores (RIOS, 2009, p. 266)

O que Flávia Rios nos explica aqui é que estas mudanças ocorreram também em consonância com as ações do movimento negro nos espaços públicos, isto é, com o aumento do seu protagonismo nas lutas pela redemocratização do Brasil. Assim, com base no que foi exposto pela autora, se na década de 1970 presenciemos uma transição nessa temática de estudos, na década de 1980 essa mudança é muito mais contrastante, porque passamos a observar uma presença cada vez mais forte de intelectuais negros na academia. Estes deixam de ser apenas informantes externos dos acadêmicos e passam a ser produtores deste conhecimento.

Desta forma, autores que estavam muito próximos do movimento negro da época, como Clóvis Moura, Lélia Gonzales, Joel Rufino e Hamilton Cardoso, começam a escrever ensaios críticos e a postular uma outra visão deste movimento, salientando não só a sua dimensão econômica, como ocorria nos estudos antes da década de 1970, mas também as suas características culturais e políticas. Acima de tudo, o que eles procuram ressaltar é a importância do movimento negro para a democracia em construção.

Essa mudança na agenda dos estudos sobre relações raciais também pode ser acompanhada a partir de um outro nome importante, o de Beatriz do Nascimento. A intelectual concluiu a sua graduação em História na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 1971. Posteriormente, manteve uma atividade intelectual e militante intensa tendo como objetivo produzir uma outra interpretação sobre a contribuição histórica e cultural do negro para o Brasil. Nascimento, sem dúvidas, é um exemplo da formação do intelectual negro enquanto

um sujeito que se coloca a partir de um posicionamento diferenciado na academia (RATTS, p. 2007, p.41)

Na Universidade Federal Fluminense, em 1973, junto a outros acadêmicos negros de diversos cursos, a historiadora formou o Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR). Para Ratts, o grupo se constituiu como um projeto de acadêmicos ativistas, que tinham como um de seus objetivos manter uma ponte entre a universidade e as comunidades de onde os seus membros pertenciam.

Este grupo conseguiu estabelecer uma importante rede de contatos, mantendo uma ligação com intelectuais negros e brancos de vários países, como Carlos Hasenbalg, Roy Glasgow, Leni Silverstein e Michael Turner (RATTS, 2007, p. 38). Alguns dos seus propósitos eram reformular o programa de Antropologia do Negro Brasileiro da UFF e atualizar a bibliografia utilizada pelo corpo docente e discente.

No entanto, como veremos no capítulo 3, a agenda de pesquisa e o currículo acadêmico das Ciências Sociais, que tem seu ponto de vista eurocêntrico criticado por Guerreiro Ramos em *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira* já em 1957, vêm recebendo as mesmas críticas por parte de intelectuais negros até os dias de hoje, pois estes ainda se mostram insatisfeitos com o modo como a história e a experiência social do negro é representada por esta ciência.

Retomando as ideias de Beatriz do Nascimento, um dos pontos de seu incômodo era a exclusividade dos intelectuais brancos enquanto produtores de conhecimento sobre o negro. A autora ansiava que os negros fossem escritores de sua própria história:

Não podemos aceitar que a História do Negro no Brasil, presentemente, seja entendida apenas através dos estudos etnográficos, sociológicos. Devemos fazer a nossa História, buscando nós mesmos, jogando nosso inconsciente, nossas frustrações, nossos complexos, estudando-os, não os enganando. Só assim poderemos nos entender e fazer-nos aceitar como somos, antes de mais nada pretos, brasileiros, sem sermos confundidos com os americanos ou africanos, pois nossa História é outra como é outra nossa problemática (NASCIMENTO, 1974 *apud* RATTS, 2007, p. 38).

Ainda de acordo com Ratts, o que teria dado base para a crítica do intelectual negro na academia seria a percepção da contraposição existente entre a situação da população negra, de um lado, e os limites raciais e sociais presentes no ambiente acadêmico, de outro. Essa soma teria originado, da parte destes intelectuais negros, o que o autor chama de “textos quentes” e “falas duras” (RATTS, 2007, p. 42).

Ademais, esta contraposição entre a situação da população negra e o modo como esta é representada no ambiente acadêmico, se vista a partir da perspectiva de um autor como Guerreiro Ramos, pode ser o resultado de uma análise permeada por um pensamento eurocêntrico que faz com que haja uma dissonância entre o negro tal como este é em

contraposição ao modo como ele representado na teoria social. Por esse motivo, naquele momento, Beatriz do Nascimento já nos trazia indagações sobre se os intelectuais negros deveriam continuar utilizando as categorias e os conceitos postos no momento, ou se estes não estavam “contaminados” com o olhar da “brancura”.

Para Nilma Lino Gomes (2009), a inserção dos intelectuais negros na academia e a inflexão causada por estes no modo de fazer conhecimento se dá, sobretudo, na década de 1990. Gomes defende que este é o momento em que vemos fortalecer um novo perfil de pesquisador nos departamentos: um sujeito com pertencimento étnico-racial que compreende as relações raciais no Brasil a partir de novas categorias de pensamento, cujo olhar alcança elementos para além das fronteiras socioeconômicas, levando em consideração a cultura, as dimensões simbólicas e as desigualdades que dão forma à vida dos sujeitos sociais. Como bem define,

“São intelectuais, mas um outro tipo de intelectual, pois produzem um conhecimento que tem como objetivo dar visibilidade a subjetividades, desigualdades, silenciamentos e omissões em relação a determinados grupos sócio-raciais (*sic*) e suas vivências.” (GOMES, 2009, p. 421)

Além disso, suas lentes sobre o social são moldadas porque estes sujeitos, que passam a ocupar os lugares da racionalidade científica, desafia-a “por meio de uma outra racionalidade que não se dissocia da corporeidade, da musicalidade, das narrativas, da vivência da periferia, das culturas negras, das formas comunitárias de aprender” (GOMES, 2009, p. 429). Observamos também um maior engajamento político nestes intelectuais, pois suas produções acadêmicas intelectuais têm sempre em vista uma emancipação social. Contudo, trataremos melhor sobre este tópico no subcapítulo 1.2.2.

Neste momento vale dizer que os intelectuais negros engajados são os principais responsáveis pela construção, desde 2000, da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABNP), que é um importante espaço para articulação, socialização e construção de estratégias entre o coletivo de intelectuais. A ABNP, por sua vez, é responsável pelo Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros – COPENE. Este Congresso tem como objetivo apresentar as pesquisas realizadas por intelectuais negros propiciando um diálogo entre pesquisadores africanos, afro-americanos e latino-americanos, além de possibilitar discussões políticas e construções de estratégias acadêmicas em prol da questão racial. A ABPN teve na posição de presidência nomes como: Henrique Cunha Jr., Nilma Lino Gomes, Valter Silvério, Zélia Amador de Deus e Jurema Werneck.

Os intelectuais responsáveis por construir a ABNP também fazem parte da formação dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEAB)<sup>4</sup>. Estes são núcleos compostos majoritariamente por pessoas negras que unem pesquisa, ensino e extensão acerca das relações raciais em diversas áreas do conhecimento. A produção de conhecimento feita por estes Núcleos tem em vista uma perspectiva crítica, sempre ligada à reflexão sobre políticas públicas de promoção da equidade racial, à formação de profissionais para as relações raciais, ao resgate da memória dos povos afrodescendentes e ao estudo de suas relações culturais, sociais, interpessoais e econômicas.

Aldon Morris (2015), ao analisar a trajetória acadêmica de Du Bois, propôs um conceito que pode nos ajudar a compreender quais são as bases que fundamentam a união destes intelectuais em torno dessas associações e grupos de estudo. Morris afirma que o “capital de libertação” (*liberation capital*, no texto original) é um tipo de capital utilizado por intelectuais desprovidos dos demais tipos de capital (econômico, social, cultural, etc) para iniciar projetos de pesquisas científicas não-hegemônicas. Desta forma, ao trabalharem juntos em torno de novas perspectivas teóricas e com um olhar crítico sobre determinada realidade social, estes intelectuais conseguem contornar a situação de escassez de recursos econômicos e aumentar suas chances de lançar novas linhas de pesquisa em seus departamentos.

Como afirma o autor,

The providers of liberation capital, most often members of the oppressed group, work together to formulate new research methodologies that facilitate the collection and analysis of critical evidence leading to new theoretical perspectives on the social conditions faced by the oppressed group, as well as programmatic innovations to be used as weapons of liberation (MORRIS, 2015, p. 188).

Como pudemos notar, a aproximação entre sujeito e objeto de pesquisa no campo de estudos das relações raciais, que começa a ocorrer nos anos 1950, e a posterior inserção de pesquisadores negros com pertencimento étnico-racial no mundo acadêmico, iniciada nos anos 1970 e fortalecida nos anos 1990, teve importantes consequências teóricas. Algumas delas são: a desmistificação do discurso da democracia racial; o estabelecimento de uma relação menos hierarquizada entre pesquisador e pesquisado; e a aproximação da academia em relação aos debates políticos, ou, ainda, a quebra do mito da neutralidade na teoria social. Contudo, é evidente que há um grande caminho a percorrer, pois estes intelectuais ainda enxergam diversos desafios para a sua inserção, como veremos ao longo desta dissertação.

---

<sup>4</sup> O Consórcio de Núcleos de Estudos Afro-brasileiros foi formado no V Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, realizado no dia 29 de julho de 2008. Este Consórcio teve como objetivo central a realização de parcerias e intercâmbios entre os núcleos, a realização de pesquisas e o estabelecimento de contatos internacionais (GOMES, 2009).

## 1.2 O intelectual público negro

Há diferentes concepções do que se entende por “intelectual” na história, a depender do cunho ideológico, cultural e do contexto ao qual nos direcionamos. Contudo, na literatura, como símbolo histórico de origem desta figura, temos o conhecido caso *Dreyfus*, caso este que marcou a utilização da intelectualidade como uma ferramenta para a luta a favor de uma causa política. Neste momento, tivemos a ocupação do espaço público por intelectuais que assumiam como características típicas a defesa de causas universais e a transgressão à ordem vigente.

A literatura aponta que o envolvimento destes intelectuais neste momento histórico é produto da autonomia racional atribuída à modernidade para as ações e pensamentos dos sujeitos. Esta autonomia conferiu aos cidadãos a autoridade teórica e prática para questionar e se colocar contra as instituições religiosas, políticas e acadêmicas (CHAUÍ, 2006; PASSIANI, 2018; PERLATTO, 2015).

Para Marilena Chauí (2006), um significado possível para “intelectual” é aquele que se coloca publicamente contra o poder corrente ao tomar uma posição no interior da luta de classes e se colocar contra a exploração e dominação, postulando a emancipação em todas as esferas da vida. Porém, a presença ou ausência desta categoria no espaço público é mediada pelo contexto político vigente, o qual pode respeitar esta autonomia racional e permitir as críticas ou ameaçá-la e proibir tais intervenções públicas.

Contudo, na contemporaneidade, há diversos autores que afirmam que este elo entre o intelectual e o espaço público está comprometido, pois estes sujeitos perderam a sua ligação com os grupos sociais externos à academia e às instituições e se profissionalizaram demasiadamente. Chauí parte desta constatação e busca nos explicar quais são as principais causas para este silêncio dos intelectuais que, após o fim da ditadura militar e o estabelecimento de um contexto democrático, se tornaram reclusos em seus espaços privados.

A primeira causa apontada pela autora é o abandono das utopias revolucionárias, dado o fim da União Soviética e o recuo da social-democracia nos anos 1980 e 1990. Como afirma, neste momento, o retraimento ocorre por conta da “ausência de um pensamento capaz de desvendar e interpretar as contradições que movem o presente. Não se trata de uma recusa de proferir um discurso público, e sim da impossibilidade de formulá-lo” (CHAUÍ, 2006, p. 9).

A segunda causa é o alargamento do espaço privado e o encolhimento do espaço público gerado pela reorganização econômica, que tem o neoliberalismo como um novo modelo de acumulação do capital. Neste cenário, o cidadão é visto enquanto consumidor e a ampliação de

seus direitos são regidas pela lógica de mercado. Portanto, ao invés de termos aqui um intelectual engajado, temos a figura do especialista competente, o qual opina sobre o pensamento e as ações do cidadão de forma despolitizada.

A terceira e última causa apontada por Chauí diz respeito à mudança no modo de produção do saber. Este, imerso neste modelo de economia neoliberal, passa a ser agente de acumulação do capital, sendo moldado por uma lógica competitiva e produtivista. Com isso, a autora se questiona: “nesse novo contexto, como falar em autonomia racional? Se as artes já haviam sido decoradas pela indústria cultural, agora são as ciências e as técnicas que se encontram submetidas à lógica empresarial” (CHAUÍ, 2006, p. 11). Assim, conclui que o silêncio dos intelectuais não teve como origem o fortalecimento da participação e da cidadania, mas a adaptação do saber ao modo de produção capitalista.

Deste modo, considerando esta perspectiva proposta por Chauí, este subcapítulo tem como objetivo demonstrar que os intelectuais que são foco desta pesquisa e aos quais denominamos como “intelectual público negro” se contrapõem a estas constatações, haja vista que eles mantiveram uma estreita ligação com o espaço público após a democratização do país e propuseram discussões e ações políticas junto aos movimentos sociais e à comunidade negra no geral.

### **1.2.1 Algumas considerações sobre a intelectualidade negra**

Como vimos no primeiro subcapítulo, os intelectuais negros passaram a ocupar as universidades em maior número a partir dos anos 1980, ou seja, no final da ditadura militar. Portanto, se para o intelectual não-negro, a ampla produção de conhecimento na academia no contexto de democratização significou um afastamento do espaço público e dos debates políticos, para o intelectual negro, a inserção nestes espaços significou uma forma de fortalecer sua comunidade e suas ações políticas através do enriquecimento de seu conhecimento e a chance de produzir um conhecimento a partir de suas próprias perspectivas. Porém, antes de entendermos melhor como se dá esta relação entre ciência e política para a intelectualidade negra, precisamos compreender quais são algumas das características desta categoria de intelectuais.

É muito comum, nos estudos sobre intelectuais negros, o uso do conceito de “intelectual orgânico” concebido por Gramsci (OLIVEIRA, 2014). Para o autor marxista, todos são intelectuais em determinada medida, porém, não são todos que exercem esta função. Assim, o

que define o indivíduo intelectual dos demais é a proeminência que esta atividade tem em seu cotidiano em detrimento das atividades manuais.

Partindo deste pressuposto, o autor afirma que “intelectual orgânico” é todo intelectual que se identifica com determinada classe social e é capaz de produzir homogeneidade ideológica, autoconsciência e legitimidade a esta (GRAMSCI, 1982). Portanto, este intelectual busca sempre informar a prática política de seu grupo social, além de trabalhar em prol de uma mudança social e econômica. Com base em Stuart Hall (2003), vemos que a frequência no uso da teoria Gramsciana para se pensar o intelectual negro se dá pois, apesar de este não ter se referido especificamente sobre a questão racial em seus estudos, os temas e conceitos presentes em sua obra podem ser interessantes para pensarmos os paradigmas da teoria social nessas áreas.

Um exemplo disso está no uso da acepção de Gramsci no texto de Joaze Bernardino Costa (2018) a respeito dos intelectuais no Atlântico Negro. Porém, o sociólogo brasileiro vai além e afirma que o intelectual negro não age apenas como intelectual orgânico, mas também produz um contradiscurso sobre a modernidade ocidental, a fim de afirmar a agência do sujeito negro.

Um outro nome importante para os estudos sobre esta categoria de intelectuais é Edward Said, sobretudo para as reflexões desta pesquisa, que tem a teoria pós-colonial como perspectiva. De acordo com o autor, o objetivo do intelectual é promover a liberdade e o conhecimento. Por este motivo, ele age com base em princípios universais, tendo em vista que todos têm direito ao acesso à justiça social (SAID, 2005).

Ao se focar nas características do intelectual público, especificamente, Said nos aponta que o seu papel é derrubar os estereótipos e as categorias redutoras, se dirigir a um público amplo e rastrear fontes alternativas de conhecimento e revelar histórias esquecidas (ou abandonadas) dos grupos sociais marginalizados. O autor vê este intelectual enquanto um outsider, ou então um espírito de oposição, que busca sempre levantar questões embaraçosas, confrontar ortodoxias e dogmas.

Said nos aponta que não existe um intelectual totalmente público, isto é, voltado apenas para uma causa ou movimento, pois há sempre espaço para o indivíduo, que tem sua experiência, sentimentos e valores pessoais. Assim como também não existe um totalmente privado, pois as palavras escritas sempre imergem no espaço público. Portanto, ao conseguir mediar esta relação entre público e privado, o importante é que o intelectual nunca atue para que o outro se sinta bem, pois seu objetivo é fazer refletir, causar embaraço e colocar críticas.

Apesar desta postura crítica, inegavelmente o que o intelectual público busca é representar. Esta é uma questão central para o autor. O intelectual deve dar corpo e articular uma mensagem, uma visão de mundo ou uma atitude para e por um público. Por esse motivo, Said nos aponta a importância de reparar na imagem, nas características pessoais e no desempenho, que são o que constitui a força vital de todo intelectual e são também elementos essenciais para o conectar ao seu público.

Patrícia Hill Collins nos fornece um perfil específico de intelectual concebido a partir da categoria “raça” e de seu conceito denominado “outsider within”. Para a autora, “outsider within” são indivíduos que fizeram parte de grupos marginalizados e estiveram nas fronteiras sociais, porém, ao ascenderem e ocuparem uma certa posição de prestígio, ainda sentem a ambiguidade que é pertencer, porém não pertencer totalmente. Por conta deste impasse, estes indivíduos desenvolvem uma capacidade crítica que recorre constantemente à sua trajetória social, o que, de acordo com Collins, acaba por fornecer um ponto de vista privilegiado para a análise que estes sujeitos fazem, a qual se diferencia muito da análise proveniente da elite (COLLINS, 2012).

Para a socióloga americana, há duas tarefas importantes no ativismo intelectual: 1) falar a verdade para o poder; 2) falar a verdade para as pessoas, sempre dialogando com um público amplo. Esta primeira tarefa pode ser muito desafiadora, pois o fluxo padrão em nossa sociedade é que aqueles que estão abaixo na hierarquia de poder ouçam e absorvam as ideias de quem está em seu topo. Agora, o desafio presente no segundo ponto está na legitimação da intelectualidade enquanto uma importante ferramenta de luta, pois há uma crença, inclusive no meio progressista, de que escrever livros significa estar fora das disputas políticas. Collins, no entanto, vê esta estratégia enquanto uma forma relevante de lutar por dentro do sistema.

Basicamente, nesta perspectiva, o papel do intelectual é colocar o poder de suas ideias a serviço da justiça social, seja nas artes visuais, na música, na poesia, nas escolas e universidades ou nos jornais. Para isso, é preciso que haja apenas uma linguagem que conceitualize o que é (in)justiça social e que busque reforçar políticas públicas que assegure esta justiça.

É interessante que a própria trajetória de Patrícia H. Collins representa este ideal de ativismo intelectual que ela nos descreve em sua obra, tanto que há nas várias páginas que a compõem experiências pessoais que aconteceram durante sua carreira enquanto professora. Collins coloca em prática em suas aulas a relação entre uma pedagogia crítica e uma postura acadêmica engajada. Seus principais objetivos, no que chama de “ensinar para a mudança”, está em desenvolver um pensamento crítico nos alunos e a lutar por uma transformação institucional.

bell hooks (1995) também tem importantes contribuições para este debate, sobretudo em sua afirmação sobre a especificidade da situação da mulher negra neste meio intelectual. Para a autora, é inegável que o patriarcado torna a situação dos intelectuais negros diferente da situação das mulheres negras que decidem seguir esta carreira. Estas enfrentam julgamentos sexistas que acabam por obscurecer e desvalorizar suas obras.

Além disso, há empecilhos que são mais presentes em suas experiências do que naquela dos homens negros, e certamente muito mais frequentes do que na experiência das mulheres brancas. Os desafios já começam no início, pois optar por seguir uma carreira acadêmica é uma tarefa árdua para este grupo social. Há um lugar social fixo para as mulheres negras, e normalmente ele está ligado às tarefas domésticas ou aos postos de trabalho desvalorizados. Ademais, por conta do modo como foram socializadas, estas mulheres muitas vezes se sentem culpadas por passarem muito tempo isoladas em seus estudos, longe de sua comunidade e da tarefa para a qual foram socialmente designadas, que é o cuidado com os outros. Por todos estes obstáculos, hooks aponta que é essencial que toda mulher negra descolonize sua mente para se tornar intelectual.

Pelo que vemos nas afirmações de hooks, a identidade é um ponto importante quando discutimos a intelectualidade como um todo. Sabemos que, ainda que não seja citado o pertencimento racial daquele que é tido enquanto intelectual, esta categoria acaba por moldar sua experiência social, os espaços que este acessa e os desafios (ou a falta destes) em sua carreira.

Nesta dissertação, consideramos que a identidade resulta de uma criação linguística, portanto, ela é uma criação social que faz parte de uma determinada cultura e de seus sistemas simbólicos. Em outras palavras, como a história é um processo em constante mudança, assim como nossa subjetividade, logo, as identidades não são estruturas fixas, mas sim sujeitas às transformações contextuais e subjetivas. Portanto, longe de ser uma essência ou um núcleo estável, a identidade faz parte de um processo indeterminado e instável. Outros termos que poderíamos associar a este conceito seriam: a identidade enquanto um processo de produção, uma relação ou um ato performativo (SILVA, 2000)

Neste sentido, ao definir o que entende por identidade, Stuart Hall afirma que esta é:

o ponto de encontro, o ponto de *sutura*, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (HALL, 2000, p. 111).

Além disso, é importante salientar que a identidade depende da diferença. Esta é uma afirmação que será melhor explorada por nós no capítulo 4, mas que adiantamos aqui pois entendemos que identidade e diferença são conceitos dependentes e que se retroalimentam. O que queremos dizer com isso é que afirmar-se enquanto brasileiro significa excluir diversas outras possibilidades de pertencimento e se mostrar diferente delas. Logo, a diferença vem primeiro, e depois a identificação com uma categoria.

Do mesmo modo, não podemos separar a produção da identidade das relações de poder. Ao utilizarmos a categoria “intelectual negro” para identificar pessoas com determinado pertencimento racial no Brasil, e apenas “intelectual” para nomear aqueles intelectuais lidos como brancos ou como não-negros, postulamos que o pertencimento racial destes é algo neutro ou o padrão. Isso se dá pois a identidade tida como normal é a regra, então todas as demais são o desvio, e portanto precisam ser especificadas. Como afirma Tomaz Silva (2000, p. 83), “a força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade”.

Matilde Ribeiro, em entrevista, demonstrou esta mesma perspectiva, ao expressar que:

Infelizmente, devido ao racismo estrutural que a gente vive, a gente tem que se afirmar enquanto intelectual negro. Não como intelectual. Tipo, Milton Santos foi um *puta* intelectual. No entanto, para qualificá-lo, tem que vir o “negro” na frente. Isso é uma estratégia de afirmação. Isso é prova cabal de que o racismo existe. Milton Santos foi tão intelectual ou mais intelectual que muitos dos intelectuais brancos da sua época. Foi o que mais recebeu títulos, foi o que recebeu premiações que muitos brancos não chegaram. A sua teoria está no nosso meio até hoje, e assim será por muitas gerações. Ele é um dos clássicos, falando em função intelectual. Mas ele sempre será visto como intelectual negro. Então, eu me vejo como uma intelectual que a denominação “intelectual negra” é uma pressão em função do racismo institucional que vivemos, e também uma forma positiva de nos colocarmos. A nossa produção está a serviço da sociedade. Não se produz pra nós mesmos (Entrevista).

Logo, como vemos, o processo de produção da identidade é composto por dois movimentos: os processos que tendem a fixar e a estabilizar a identidade, por um lado; e os processos que tentam subvertê-la ou desestabilizá-la, por outro (SILVA, 2000). Podemos notar que os intelectuais negros fazem parte do segundo movimento, ao postularem a pluralidade da categoria e a impossibilidade de fixá-los em uma essência. Contudo, como observamos nas afirmações de Ribeiro, ao mesmo tempo em que esta identificação é uma consequência de uma categorização externa, ela também pode ser adotada, em algum momento, enquanto uma afirmação política.

Certamente, quando falamos sobre “intelectual negro”, não há uma homogeneidade nesta categoria. Há, evidentemente, pensamentos, posições políticas e comportamentos distintos entre eles. No que tange às experiências sociais, há, sobretudo, uma diferenciação

relacionada às questões de gênero e uma aproximação ou um afastamento do movimento negro. Isso é o que nos afirma Valter Silvério,

Há divisões no meio negro, ou entre intelectuais e acadêmicos negros em torno da leitura possível. Por exemplo, há vários grupos marxistas negros que acham que a questão da classe...que a raça é subsumida formalmente à classe. Isso cria, na verdade, um ambiente...que quando você fala ‘comunidade negra’ ou ‘intelectual negro’, cabe a pergunta do Stuart Hall: que intelectual é esse que você tá querendo saber? (Entrevista).

Feita esta ressalva sobre a pluralidade desta categoria, nesta dissertação, decidimos tratar deste conjunto diverso a partir de uma única denominação por uma necessidade analítica. Avtah Brah (2006), por exemplo, se coloca contra a essencialização do termo “negro”, mas assume a sua utilidade em determinados contextos e em determinadas contingências históricas. A autora nos informa que uma categoria como a “raça” pode ser encarada como objeto de discurso social, como categoria analítica e como tema de mobilização política, sem que precisemos supor que este termo será permanente ou estável ao longo do tempo e do espaço.

Portanto, quando utilizamos o termo “intelectual negro” ou “intelectual público negro” nesta dissertação, assumimos estas denominações enquanto categorias de análise. E o fazemos por algumas razões: 1) temos em mente o fato de que estas denominações são produtos de uma diferenciação e de uma racialização do negro, mas, por outro lado, consideramos que ela pode nos ajudar a explicitar as especificidades da experiência social destes sujeitos, como, por exemplo, os próprios desafios que o processo de racialização imputa a eles; 2) podemos afirmar que há uma rota entre o pensamento destes intelectuais, isto é, elementos em comum que ao invés de os essencializarem, nos fazem entender que eles fazem parte de um grupo com um objetivo em comum: lutar pela inserção plena do negro no sistema democrático, garantindo seus direitos básicos (BRAH, 2006; FLOR; KAWAKAMI; SILVERIO, 2020).

### **1.2.2 Ciência e política: termos inseparáveis**

Ao observar o percurso dos intelectuais negros brasileiros, notamos que o debate sobre a relação entre ciência e política é muito caro a nós. A importância em trazer este ponto está no fato de que, se para um escritor, para um artista, ou qualquer outro indivíduo que seja tido como intelectual, o envolvimento com a política é mais facilmente aceito, o mesmo não acontece com aqueles que estão dentro da academia imersos em pesquisas científicas.

Primeiramente, gostaríamos de definir o que consideramos ser uma pesquisa científica engajada politicamente no que concerne à temática racial no país. No entendimento de Petronilha B. Gonçalves e Silva (2005), a pesquisa engajada com a questão racial tem as

seguintes características: é aquela que leva em consideração os objetivos e as prioridades de um grupo marginalizado pela sociedade; são desenvolvidas com o intuito de ser um suporte teórico para as comunidades negras; buscam explicitar as nuances das relações étnico-raciais, expondo os problemas delas decorridos e propondo formas de pôr em prática uma educação antirracista e sem discriminações; além disso, são pesquisas que refletem sobre as ações de grupos do movimento negro e tem como propósito avaliar e formular políticas públicas.

De acordo com Edward Said (2005), não é possível separar a produção científica da política, pois esta sempre estará em toda a parte. É importante que tenhamos em mente que os intelectuais pertencem ao seu tempo, e que, por este motivo, é impossível manter um pensamento puro, uma objetividade desinteressada ou uma teoria transcendental.

hooks (1995) segue no mesmo sentido, porém, torna a política ainda mais intrínseca à intelectualidade ao afirmar que esta é um recurso para intensificar a sobrevivência dos sujeitos que experienciam alguma opressão social. De modo mais claro, a intelectualidade, para a autora, é uma importante ferramenta política e parte necessária da luta pela libertação. O ato de ser intelectual já é político, pois é um elemento fundamental para aqueles que passaram ou desejam passar de objeto a sujeito do pensamento.

Collins (2012) recusa veementemente o binarismo entre o pensar e o agir. Para a autora, a perspectiva que separa política e intelectualidade acaba por obscurecer a complexidade do engajamento envolvido no ativismo intelectual. Segundo ela,

Essa perspectiva que vê o trabalho intelectual como aquele que ocorre principalmente dentro do ambiente acadêmico, ocupado por professores e estudantes mimados, e o trabalho político e ativismo enquanto aquele situado no chamado mundo real, ocupado por ativistas e membros do público geral, separa as ideias das relações de poder. (...) Em vez disso, porque as ideias e a política estão em todos os lugares, o potencial do ativismo intelectual também é possível em todos os lugares. (COLLINS, 2012, p. 13 - tradução livre).

Podemos afirmar, portanto, que as ideias são políticas ou podem fortalecer posições políticas, assim como estão permeadas por relações de poder; e é neste tipo de raciocínio que se encontra o fundamento do elo entre estes dois mundos. Seguindo esta perspectiva, Matilde Ribeiro, em entrevista, afirmou: “eu me considero um agente político e vejo que no mundo acadêmico, as pessoas se posam de intelectuais, quando ser intelectual do meu ponto de vista é você colocar seu saber em movimento”. Sueli Carneiro também compreende a relação entre política e ciência desta forma quando assegura que “a teoria (...) é um instrumento para potencializar a ação, e a ação política é um instrumento que potencializa a reflexão sobre determinado campo.” (BORGES, 2009, p. 97).

No Brasil, uma das formas de envolvimento do intelectual negro com a política se dá através de sua ligação com o Movimento Negro. Para Nilma Lino Gomes (2017), este movimento social é um importante educador e tem papel fundamental na propagação dos estudos sobre as relações raciais e as questões da diáspora africana em uma perspectiva descolonizada. Gomes é categórica ao afirmar que as diversas disciplinas das ciências humanas e sociais só passaram a valorizar política e epistemologicamente estas temáticas por conta dos esforços do movimento negro.

Assim, os intelectuais que se articularam às práticas e intervenções do movimento foram reeducados direta e indiretamente por ele, sendo importantes peças na afirmação da identidade, dos valores, da cultura, e do trabalho da população negra. Logo, o movimento negro cumpre duas funções frente às necessidades destes intelectuais: ele é um meio de atuação política, ao mesmo tempo que é um relevante espaço para o aprendizado.

Em seu livro denominado “Entre Brasil e África: construindo conhecimento e militância” (2011), Petronilha B. G. Silva sustenta que há uma sólida ponte entre a sua experiência enquanto militante e a sua produção acadêmico-científica. Esta ponte tem, de um lado, o movimento negro, e de outro, a universidade pública. Vemos que os diversos grupos do Movimento Negro lhe proporcionaram não só um acesso à experiência coletiva do que é ser negro no Brasil, como também possibilitou que Silva pudesse realizar seus primeiros intercâmbios internacionais para discutir sobre o negro e a educação. Ou seja, o movimento lhe proporcionou conhecimento e possibilidade de projeção a este. Mais adiante, em seu livro, diz até mesmo que os grupos do movimento negro do qual participou instigaram, desafiaram e direcionaram suas preocupações de pesquisa.

Ao articular *pesquisa*, *intervenção* e *militância*, Silva expõe que o seu interesse é produzir uma pedagogia capaz de se contrapor às relações opressivas a que os negros são submetidos. Nesse sentido, para a intelectual, a pesquisa é o trabalho sistematizado; a intervenção significa “pôr-se lado a lado”, isto é, acompanhar de perto a realidade destes sujeitos; por fim, a militância significa combater as ideologias, pensamentos e atitudes que naturalizam a discriminação, como o racismo, o machismo, etc.

Assim, para reforçar este ponto de vista, a intelectual sintetiza o porquê acredita ser legítima a relação entre ciência e política:

Estou convencida de que não há incompatibilidade [entre fazer ciência e exercer militância concomitantemente], se se concebe militância como ato de combater ativamente ideologias que cultivam e mantêm desigualdades entre pessoas e grupos, tais como a do racismo, e da incompetência dos pobres, a do machismo; se se realizam pesquisas, com objetivo, entre outros, de produzir conhecimentos que contribuam para sustentar a busca por justiça. Militância e pesquisa podem, pois, se combinarem num

único esforço, com a finalidade de atingir compreensões de ações humanas, como a de se educar, indispensáveis para novas relações na sociedade (SILVA, 2011, p. 105).

No entanto, Nilma L. Gomes afirma que esta ligação com o movimento negro, exemplificada aqui a partir da trajetória da professora Petronilha, vem mudando nos últimos tempos. Os intelectuais negros das gerações mais novas estão próximos das demandas deste movimento social, mas não se vinculam mais a este diretamente. No lugar, optam por encarar a academia como o único espaço de militância. Uma militância que é caracterizada pela junção entre a validação científica e as reflexões sobre as pautas políticas e emancipatórias da sociedade (GOMES, 2009).

A relação entre ciência e política demarca, para Sales Augusto dos Santos (2011), a diferença entre os “intelectuais negros” e os “negros intelectuais”. Este segundo, objeto de estudo de seu trabalho, é caracterizado por ter uma relação direta ou indireta com os movimentos sociais negros, o que ocasiona numa convicção antirracismo e um *ethos* acadêmico-científico que o faz ser ativo na luta pelas políticas públicas de promoção da igualdade racial e na busca por um pensamento crítico anticolonial balizado pela agenda destes movimentos. Assim, se “intelectuais negros” sempre existiram nos departamentos acadêmicos, os “negros intelectuais” fazem parte daquela categoria nova que vimos emergir nas universidades a partir da década de 1970.

Vemos que o espaço universitário é visto pelos intelectuais negros como espaço político desde o início, por este motivo não há uma fronteira entre estes dois mundos, mas sim um imbricamento ou uma diluição de um no outro. Aliás, no Brasil, muitas das vezes, a própria atuação destes sujeitos no movimento negro é o que os motiva a buscar o conhecimento acadêmico como um meio de legitimar as suas lutas, já que a militância por si só pode não propiciar uma observação da realidade a partir de uma perspectiva macrossociológica. Desta forma, Santos (2011) defende que é justamente essa ponte entre teoria e política que faz com que estes intelectuais negros proponham uma outra agenda de pesquisa, que é muito mais ligada com uma descolonização intelectual em contraposição a um conhecimento eurocêntrico acrítico.

Como afirmamos na primeira parte deste capítulo, W.E.B. Du Bois é um exemplo interessante do intelectual engajado politicamente, ou do “black public intellectual”. Collins endossa esta perspectiva e afirma que o sociólogo representa a figura do intelectual público negro “não por ignorar a cor, mas por usar uma situação particular de injustiça racial para levantar questões universais concernentes ao significado da democracia americana” (COLLINS, 2005, p.27).

Para Aldon Morris (2000), Du Bois demonstrou em sua carreira que é possível ser um bom pesquisador e um ativista admirável. Tendo sido de extrema relevância para o movimento moderno de direitos civis e engajado na luta por justiça social, o autor defendia que um dos objetivos da ciência era produzir conhecimento para as lutas de libertação. Assim, vemos que antes da formação do que se convencionou chamar de “sociologia pública”, Du Bois já unia o pensamento e a ação política na produção de uma ciência engajada.

Contudo, como expusemos no início deste subcapítulo, a academia, muitas das vezes, não vê a relação entre ciência e política enquanto algo positivo. Apesar de a presunção de uma objetividade do conhecimento estar sendo questionada há algum tempo por diversas linhas teóricas, com frequência, o pertencimento racial e/ou de gênero é tido enquanto um obstáculo para a pesquisa científica (BORGES, 2015; RATTTS, 2009).

Assim, observar a trajetória acadêmica de um intelectual como Du Bois é interessante para iniciarmos a discussão sobre este assunto. De acordo com Aldon Morris (2020), Du Bois foi o primeiro pesquisador a encarar o estudo sobre a condição social dos afro-americanos de forma crítica, atestando que a hierarquização racial presente nos Estados Unidos se devia a uma opressão social e não a uma característica biológica específica dos negros, como afirmavam os estudiosos brancos de sua época.

A constatação de que haviam erros no modo como eram conduzidos os estudos sobre o negro nos E.U.A fez com que o sociólogo buscasse uma metodologia diferente daquela praticada até então, passando a apostar em técnicas que o levasse a observar de perto os seus sujeitos de pesquisa. Desta forma, vemos que Du Bois enxergou o negro de uma outra forma não porque era uma pessoa negra, mas sim porque o seu pertencimento étnico-racial fez com que ele tivesse uma maior proximidade com esses sujeitos e, conseqüentemente, com base em uma perspectiva sociológica, tivesse uma visão crítica sobre as suas experiências sociais.

A partir deste outro olhar, o sociólogo também lançou mão de uma outra visão sobre a modernidade, muito diferente daquela que reconhece o industrialismo do burguês branco como ponto central para o desenvolvimento capitalista. Para ele, a exploração das colônias, a escravização do povo africano e o conseqüente usufruto do seu trabalho foi determinante para a formação da economia moderna; para além disso, afirmou que a estratificação racial era tão estruturante deste contexto quanto as estratificações de classe social e de status (MORRIS, 2020).

Os estudos de Du Bois também trouxeram novos conhecimentos sobre a subjetividade dos sujeitos, esta vista sempre em constante formação a partir de suas experiências sociais. Ao teorizar o conceito de dupla consciência, concebeu uma perspectiva que se aproxima muito do

que o Interacionismo Simbólicoalaria posteriormente, contudo, com um complemento a mais: além das influências das interações sociais, a autoformação também era moldada pela raça e pelo poder (BROWN, ITZIGSOH, 2015; MORRIS, 2020).

Portanto, é notório que a presença de Du Bois no meio acadêmico, assim como as afirmações contidas em sua obra, significou um grande avanço para a sociologia da época. Porém, apesar disso, o autor não foi reconhecido enquanto um pesquisador essencial para os estudos sobre a sociologia até muito recentemente. E na grade curricular brasileira, ainda não o é.

A constatação deste apagamento de Du Bois na produção de conhecimento acadêmica vai ao encontro da perspectiva exposta por Valter Silvério, quando este afirma que a militância do branco está, sobretudo, no modo como este organiza o conhecimento das Ciências Sociais:

Se tem alguma coisa ideológica nas Ciências Sociais é a sistematização do conhecimento que foi feito depois da Segunda Grande Guerra Mundial. Porque os cursos que a gente dá hoje nas Ciências Sociais são cursos que se referem à segunda metade do século XIX e à primeira metade do século XX. (...) A gente não discute o que aconteceu depois da grande guerra mundial. A gente está utilizando autores que tiveram seu ápice nos anos 1950, 1960...quando eles são muito avançados. É como se não tivesse acontecido nada depois da segunda guerra mundial. A grande mudança que ocorreu no interior da orientação iluminista, que nós vivemos ou estamos em transição, ocorreu exatamente na segunda metade do século XX. Então nossos cursos [são] para formar cientistas sociais que vão operar em um quadro social que ele[s] não têm os recursos. Ele fica dizendo que é um problema de classe, que é um problema de raça, enfim...Mas são problemas que tem este componente, mas que são problemas novos. E que eu acho que a ideologização, ou a militância branca, em relação às teorias do século XIX não deixa que isso venha à tona (Entrevista).

Portanto, torna-se claro que a experiência social e acadêmica destes intelectuais demonstra que a neutralidade científica é um mito. Por outro lado, assim como vemos a partir da trajetória de Du Bois, o posicionamento político declarado não implica na falta de objetividade científica.

Além de demonstrar para nós que a separação entre política e teoria é impossível, o intelectual público negro também ressalta que a origem social do pesquisador pode abrir novas possibilidades de pesquisa. Uma pessoa inserida no mesmo contexto social que o seu sujeito pesquisado pode gerar olhares, questões e problemas de pesquisa que talvez não pudessem ser imaginados por alguém de fora daquele contexto. Pudemos observar um exemplo disso em nossa entrevista com a Profa. Dra. Matilde Ribeiro.

Ribeiro nos contou que, no final dos anos 1980, conheceu a história de Dona Maria do Carmo<sup>5</sup>. Dona Maria foi considerada a mulher mais velha do Brasil pela edição nacional do

---

<sup>5</sup> Em 2000, anos depois do encontro de Matilde com Maria do Carmo, esta faleceu no hospital da Faculdade de Medicina de Itajubá, no sul de Minas, aos 129 anos. Nos seus últimos meses de vida, sua família estava tentando colocá-la no Guinness mundial como a mulher mais velha do planeta. No entanto, a falta de certidão de nascimento

livro *Guinness Book*. Com isso, o movimento negro de sua cidade, Itajubá – MG, apresentou à Câmara Municipal a proposta de dar àquela senhora o título de cidadã Itajubense. Os vereadores negaram o título com a alegação de que ela não tinha nenhum feito, era apenas uma empregada doméstica. Ribeiro, intrigada com o relato, foi até a referida cidade conhecer Dona Maria. Tomar conhecimento daquela história de perto a motivou a estudar a intersecção entre gênero, raça e faixa etária. Portanto, mulheres negras idosas. Sobre isso, a intelectual expõe:

Na época essa era uma das razões para eu querer estudar interseccionalidades. (...) Por que que eu tô te contando essa história? Porque...as motivações [de estudo] são muitas. Elas são pessoas, elas são familiares, elas são sociais. E a situação da Maria do Carmo me demonstrava uma situação social, tipo “negro não é gente”. Os feitos da Maria do Carmo não foram significativos para convencer meia dúzia a importância da sua história. Então se é assim com Maria do Carmo, é assim com a minha mãe, é assim com a minha vizinha. E foi essa a motivação. Eu queria debater o ‘ser negra’ no Brasil a partir das discriminações existentes.

Assim, é possível notar que as experiências pessoais somadas ao olhar crítico de Matilde Ribeiro, parcialmente produto, possivelmente, de sua trajetória na militância, a fez ter uma sensibilidade maior e lançar um outro olhar sobre a história de Maria do Carmo. Ribeiro buscou valorizar a longa trajetória daquela mulher pois, a partir de uma noção de identidade, projetou a possibilidade de a invisibilidade poder ocorrer com seus familiares e amigos. Além disso, como afirmamos anteriormente, temos aqui um exemplo da concepção de intelectual negro de acordo com Patrícia H. Collins, a qual afirma que estes são sujeitos que desenvolvem uma capacidade crítica que recorre constantemente à sua trajetória social (COLLINS, 2012).

Com base nas discussões e nas perspectivas aqui expostas, apontaremos algumas das características que pudemos observar nos sujeitos de pesquisa desta dissertação e que nos levam a entendê-los enquanto “intelectuais públicos negros”. Assim, ao longo dos próximos capítulos, ao expor a relação entre intelectualidade negra e políticas públicas, esperamos demonstrar para o leitor quais são as razões que nos levaram a delinear este perfil.

Entendemos o “intelectual público negro” enquanto aquele/a intelectual que se identifica com o movimento negro, informa sua prática política, procura produzir uma autoconsciência e uma legitimidade a este, além de trabalhar em prol de uma mudança social e econômica.

No que concerne à produção de conhecimento, esta categoria de intelectual é aquela que começa a ocupar a academia no final da década de 1970, quando temos a organização sistemática dos movimentos negros. Portanto, consideramos que estes sujeitos ocupam estes espaços com um projeto político, que tem, como um de seus objetivos, o combate a elitização

da universidade pública e a inserção de novos alunos e docentes negros no seu quadro (RATTS, 2009).

Na sua prática acadêmica, estes intelectuais articulam pesquisa, intervenção e militância, se envolvendo, desta forma, com pesquisas engajadas com a questão racial, que buscam afirmar a agência do sujeito negro. Carregam consigo um *ethos* acadêmico-científico que os faz serem ativos na luta por políticas públicas de promoção da igualdade racial e na busca por um pensamento crítico anticolonial balizado pela agenda do movimento negro.

Desta forma, consideram que a intelectualidade é uma importante ferramenta política e parte necessária da luta pela justiça social. Suas experiências pessoais com o racismo e com as desigualdades decorrentes deste é uma importante fonte para o conhecimento teórico, porém, de forma alguma isso compromete a objetividade de sua produção teórica.

Consideram que é impossível haver uma separação entre política e ciência, pois as ideias são sempre políticas e estão sempre permeadas por relações de poder. Assim, a teoria lhes serve enquanto um instrumento para potencializar a ação política, ao passo que, por outro lado, esta enriquece a reflexão teórica.

Por fim, compreendemos que o “intelectual público negro” age com base em categorias universais, como a ideia de justiça social e de democracia. Contudo, o faz tomando o cuidado de ressaltar que o negro foi excluído destas categorias. Assim, podemos afirmar que eles utilizam uma situação específica de injustiça racial para questionar os princípios universais ligados à democracia brasileira, como, por exemplo, os princípios de igualdade formal e de justiça econômica e social.

## **2. O Brasil não é uma democracia racial: a participação dos intelectuais públicos negros na reabertura política**

Em consonância com a inserção dos intelectuais negros nas universidades públicas, nas décadas de 1970 e 1980, observamos o retorno das manifestações políticas no espaço público em decorrência da abertura democrática no país. O movimento negro sai às ruas para se colocar contra o mito da democracia racial e exigir do Estado medidas concretas contra o racismo no país.

Assim, neste capítulo, buscamos demonstrar que os intelectuais negros atuaram tanto de forma prática, ao coordenarem atos de rua e participarem de comissões do Estado, como também agiram enquanto “intelectuais orgânicos” no sentido apresentado por Gramsci, ao apresentar uma outra leitura sobre o negro, o que acabou por auxiliar na fundamentação das ações do movimento negro.

### **2.1 A militância antes da ditadura militar**

Historicamente, entre as décadas de 1940 e 1950, o que caracterizou o movimento negro foi a denúncia do racismo velado cotidiano e da inépcia do Estado em combater a discriminação. Em relação aos intelectuais negros, personagens que mais nos interessa, vemos que estavam fortemente envolvidos com as diversas associações negras e, portanto, lutavam pela democratização a partir destes lugares.

Como vimos no capítulo anterior, ainda havia, neste momento, fortes obstáculos para o ingresso de pessoas negras nas universidades públicas. Conforme nos mostrou Mario Augusto Medeiros da Silva (2018), os círculos de intelectuais negros e brancos progressistas orbitaram, durante algum tempo, sob o mesmo espaço e com lutas sincrônicas, o que fazia com que este último grupo de intelectuais fossem uma ponte entre os intelectuais negros e os espaços aos quais eles ainda não podiam acessar.

Também no primeiro capítulo, utilizamos a experiência do professor Henrique Cunha Junior para ilustrar um pouco sobre como era esta relação, a partir dos encontros que este presenciou na casa de seus pais ao longo da infância. Citamos, então, as várias reuniões que ocorriam em sua casa, com a presença de importantes intelectuais paulistas. Gostaríamos de retomar este ponto para salientar o seguinte trecho de nossa entrevista com o intelectual:

Na minha infância, um dos caras que era declaradamente socialista e tudo, mas não era do Partido Comunista, era o Lobato, pena que eu não lembro o sobrenome do Lobato, mas ele era uma figura importante. (...) Lobato era um grande crítico do

Florestan Fernandes. O Florestan defendeu em 1968 a livre docência dele, na semana seguinte teve um almoço na casa do Correia Leite, e eu me lembro que o Lobato que tomou o início da conversa. (...) Ele saudou o nobre companheiro Florestan Fernandes que, muito brilhantemente, defendeu sua tese. Porém, ele discordava de um certo número de coisas. Eu acho que nem a banca fez tanta pergunta para o Florestan quanto o Lobato. Então, eu acho que isso explica. Eu fui criado em um mundo com essas contradições. (Entrevista)

Infelizmente não conseguimos encontrar informações sobre Lobato e suas críticas à tese de Florestan. Contudo, trazemos este trecho pois ele trata sobre um debate que acompanha o movimento negro já há algum tempo, qual seja, os conflitos entre esquerda e os militantes negros ou, em outras palavras, entre aqueles que defendem a proeminência da raça na análise e aqueles que priorizam a classe. Porém, guardemos este dado para tratá-lo melhor depois pois, por ora, gostaríamos apenas de chamar atenção para a relação à qual Mario Medeiros (2018) se refere, que é aquela entre os intelectuais negros militantes e os intelectuais brancos uspianos. Como podemos ver através deste trecho da entrevista de Cunha Júnior, esta não se deu sem conflitos.

Mais adiante, na década de 1960, o cenário ilustrado por Henrique Cunha sofrerá grandes mudanças. A instauração da ditadura militar fará com que diversos intelectuais se exilem em outros países. Foi o caso, por exemplo, de Abdias do Nascimento, que permaneceu nos Estados Unidos por mais de uma década, assim como citamos no capítulo anterior (ALMADA, 2021). Entre aqueles que permaneceram no Brasil, nós observaremos a desmobilização de grandes grupos e lideranças negras que, apesar de não se desconstituírem, serão lançadas à semiclandestinidade, isoladas das organizações realmente clandestinas que eram lideradas por militantes de esquerda (GONZALES, 1982).

No entanto, é importante ressaltar que estes militantes não arrefeceram à luta, tendo se mantido firmes, ainda que fora das ruas, na luta contra o autoritarismo e na defesa de suas demandas políticas: “o movimento negro sempre se fez presente na busca por uma agenda democrática. Em alguns momentos com voz mais forte, em outros momentos com fragilidades, mas faz parte do processo de organização e luta”.<sup>6</sup>

## 2.2 De volta às ruas: a formação do MNU

Em maio de 1978, jovens militantes se reuniram no Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN) para discutir as comemorações do 13 de maio, data que marca a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel. Os militantes se dividiam entre aqueles que defendiam a saída da

---

<sup>6</sup> Entrevista de Matilde Ribeiro para o programa “Brasil de Fato Entrevista: “se o racismo não dá trégua, a luta também não”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nJmx7xe3QHU>>. Acesso em: 28 de set. 2021.

população às ruas para denunciar a falsa abolição, e aqueles que defendiam o oposto. O primeiro grupo que era composto Hamilton Cardoso e Milton Barbosa, entre outros, argumentava que a data seria comemorada de qualquer forma e o mais adequado seria se colocar de forma crítica, ao invés de se omitir (ALMADA, 2021).

Tendo sido a proposta vitoriosa, o 13 de maio passou a ser considerado pelo movimento negro como o dia nacional da luta contra o racismo, ao passo que o 20 de novembro ficou conhecido como o Dia Nacional da Consciência Negra. Decidida, então, a estratégia, o movimento organizou o seu primeiro ato público após a instauração da ditadura militar, que ocorreu no Largo do Paissandu. Havia mais dois fatos que motivavam a mobilização: a tortura e o assassinato de Robson Silveira da Luz nas dependências da 14ª Delegacia de Polícia da Capital e a discriminação experienciada por jovens negros em um clube de basquete chamado Regatas Tietê. É nesse contexto, de discussão sobre as datas comemorativas e episódios de racismo, que o movimento funda o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), com o planejamento de lançá-lo no dia 7 de julho.

O ato aconteceu nesta data em frente às escadarias do Teatro Municipal. Este encontro contou com a presença de militantes de associações negras do Rio de Janeiro e moções de apoio vindas do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e da Bahia. De acordo com Lélia Gonzales, o convite para militantes negros de Minas se unirem ao movimento partiu de intelectuais negros que foram ao estado participar da II Semana de Estudos Afro-brasileiros em Belo Horizonte (GONZALES, 1982).

Um dos grandes nomes do ato foi Abdias do Nascimento. À época, Nascimento não era um consenso entre os militantes. O intelectual tinha diversos conflitos com a esquerda do país, a qual estava se aproximando cada vez mais dos grupos que compunham a unidade nacional do movimento. Ainda assim, fez um grande discurso naquele dia e se envolveu fortemente nas posteriores mobilizações políticas que viriam a ocorrer. Foi, inclusive, um dos responsáveis pela inserção da palavra “negro” na nova sigla do grupo, após uma longa discussão com pessoas como Hamilton Cardoso e Milton Barbosa<sup>7</sup> (ALMADA, 2021).

O ato de 1978 teve um caráter contestatório e reivindicativo. O que os manifestantes buscavam era uma verdadeira democracia racial. Nota-se, portanto, que o tom adotado pelo movimento negro neste momento estava na chave da integração. Assim, os passos que se seguiram após aquele evento foi a elaboração de algumas metas concretas, documentadas em uma Carta de Princípios, em um Estatuto e em um Programa de Ação. Esta Carta buscava o

---

<sup>7</sup> Após esta discussão, o movimento passaria a se chamar Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR).

apoio daqueles que prezavam pela democracia: “Convidamos os setores democráticos da sociedade (para) que nos apoiem, criando condições necessárias para criar uma verdadeira democracia racial” (GONZALES, 1982, p. 50).

Após este encontro, o plano foi agir de diversas formas, fosse através de outras manifestações de ruas ou de trabalhos com a comunidade negra. Algumas de suas pautas centrais, eram: oportunidades de empregos, assistência à saúde, à educação, à habitação, reavaliação do papel do negro na História do Brasil, valorização da cultura negra e combate à sua comercialização, folclorização e distorção, além do repúdio à violência (SANTOS, 2015).

Lélia Gonzales (1982) afirma que o 7 de julho foi um marco histórico, pois significou um ponto de convergência entre os militantes negros de todo o país, os quais se uniram em torno da constatação de práticas racistas e da determinação de dar seguimento à organização política dos negros. O ato também marca a saída dos intelectuais negros às ruas, os quais se colocarão fortemente contra o discurso oficial do Estado, aquele sobre o mito da democracia racial. Neste momento, tais intelectuais agem sabendo que o contexto não está propício para apenas escrever ou falar dentro das universidades, mas sim ocupar as ruas para dar visibilidade às reivindicações negras (RATTS; RIOS, 2010).

Além da politização da raça em atos públicos, esta década também é marcada pela politização do gênero em interface com a raça. Ou seja, começamos a presenciar, neste período, a formação de núcleos e coletivos femininos no interior do movimento negro, pautando suas demandas específicas e denunciando o comportamento machista de seus colegas militantes. Lélia Gonzales, ao expor os comentários negativos que ouvia nos ambientes de militância, definiu estas atitudes enquanto um tipo de “moralismo calvinista e machista”. A necessidade de se unir se dava, portanto, por conta da incompreensão presente tanto entre os homens negros quanto entre as mulheres brancas:

“Foi a partir da convivência com essas irmãs, já no Movimento Negro Unificado, que passei a me preocupar e trabalhar sobre a nossa própria especificidade. E nesse trabalho, tem dado pra sacar, por exemplo, que pelo fato de não ser educada para se casar com um “príncipe encantado”, mas para o trabalho (por razões históricas e socioeconômicas concretas), a mulher negra não faz o gênero da submissa. Sua prática cotidiana faz dela alguém que tem consciência de que lhe cabe batalhar pelo “leite das crianças”. (...) Se a gente junta a essa prática uma consciência política, dá pra entender porque não só nossos irmãos, mas determinados setores do movimento de mulheres tenham ficado chocados com a nossa autonomia e agressividade de mulheres negras.” (GONZALES, 1982, p. 36)

Apesar de ser consciente destas especificidades, é importante citar que Lélia não era sectarista. Em sua militância, a intelectual tinha uma habilidade política que a possibilitava de criar articulações com diferentes grupos a fim de criar uma unidade na luta contra as opressões.

Assim, a articulação de mulheres negras deu origem à diversos grupos autônomos nos finais da década de 1970 e ao longo da década de 1980. Um deles foi o Nzinga Coletivo de Mulheres, que teve Lélia Gonzales como primeira coordenadora. Sobre o Coletivo, Benedita da Silva, em entrevista à Alex Ratts e Flávia Rios, afirma:

“Nós queríamos que esse recorte da mulher negra com toda a sua plenitude fosse trabalhado. A grande discussão do momento era “meu corpo me pertence”. E o corpo da mulher negra da comunidade era um corpo que tinha que ir para a fila pegar água de madrugada. Algumas pegavam lenha e outras o gás, que acabava (RATTS, RIOS, 2010, p. 99)

Na década de 1980, estes grupos se delinearão melhor e se organizarão em fóruns específicos e instâncias nacionais organizativas. Ressaltamos, neste sentido, o VII Encontro Nacional Feminista em Garanhuns/Pernambuco, que ocorreu em 1987 e o “Encontro Nacional de Mulheres Negras”, em 1988 (RIBEIRO, 2013).

### 2.2.1 A cultura enquanto uma ferramenta política

“Se o racismo não dá trégua, a luta também não”. Esta é a frase que o jornal *Brasil de Fato*<sup>8</sup> escolheu para nomear a entrevista que Matilde Ribeiro o concedeu no dia da Consciência Negra, no ano de 2021. A frase sintetiza muito bem a trajetória do movimento negro que, de acordo com a própria Matilde e os demais intelectuais negros, resiste à opressão racial desde a época da escravidão. Em entrevista concedida a mim, a professora conta ter ouvido de Abdias do Nascimento que “desde que o primeiro negro, a primeira negra, chegou no Brasil, na condição de seres humanos escravizados, existe a luta pra combater a situação de discriminação e a luta pela liberdade”.

É por este motivo que, ao definir o que é o movimento negro, Petrônio Domingues (2007) afirmará que é o coletivo de sujeitos que luta contra os preconceitos e as discriminações existentes nas diversas esferas sociais, como no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Já Nilma Lino Gomes considera estes elementos e traz uma perspectiva ainda mais abrangente, pois vê o movimento enquanto

[...] as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o objetivo explícito de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negras no Brasil, de rompimento com as barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade. Trata-se de um movimento que não se reporta de forma romântica

<sup>8</sup> Entrevista de Matilde Ribeiro para o programa “Brasil de Fato Entrevista: “se o racismo não dá trégua, a luta também não”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nJmx7xe3QHU>>. Acesso em: 28 de set. 2021.

à relação entre os negros brasileiros, a ancestralidade africana e o continente africano da atualidade, mas reconhece os vínculos históricos, políticos e culturais dessa relação, compreendendo-a como integrante da complexa diáspora africana. Portanto, não basta apenas valorizar a presença e a participação dos negros na história, na cultura e louvar a ancestralidade negra e africana para que coletivos sejam considerados como movimento negro. É preciso que nas ações desse coletivo se faça presente e de forma explícita uma postura política de combate ao racismo. Postura essa, que não nega os possíveis enfrentamentos no contexto de uma sociedade hierarquizada, patriarcal, capitalista, LGBTfóbica e racista (GOMES, 2017, p. 23-24).

Nas décadas de 1970 e 1980, notamos uma mudança no perfil do movimento negro. O embate por meio do associativismo se mantém, contudo, uma outra opção estratégica de luta passa a ser pauta de suas discussões: a cultura e a estética negra enquanto uma ferramenta política. Assim, esta temática das expressões culturais se somará à preocupação econômica, tema este que já estava presente nos debates sobre desigualdade racial dentro do movimento negro.

Esta nova interface, no entanto, não foi bem aceita por todos, já que, enquanto alguns a encaravam enquanto uma importante ferramenta do processo de organização política, como um meio de positivação da identidade negra e de luta pelo simbólico, outros a viam enquanto meio de despolitização e até de alienação (OLIVEIRA; RIOS, 2014).

Vemos surgir, assim, diversas entidades com cunho cultural pelo país, com a proposta de valorização da história e da cultura afro-brasileiras. Dentre elas, estão: o Grupo Palmares em 1971 no Rio Grande do Sul; a Sociedade Cultural Bloco Afro Ilê Ayê, em Salvador; o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN) e o Instituto de Pesquisas e Culturas Negras (IPCN) em 1975. (DOMINGUES, 2007)<sup>9</sup>.

Essa nova expressão do movimento negro é marcada, sobretudo, pela valorização dos elementos culturais que são imaginariamente ligados à África. O que se pretende aqui não é a busca por uma integração da cultura afro-brasileira na cultura nacional, mas sim um destaque à cultura africana em oposição à identidade nacional. O objetivo é associar o corpo negro a uma matriz cultural africana em busca de uma “cultura negra” autêntica. Um exemplo interessante é a criação do bloco Afro Ilê Ayê, citado acima. Ele representa este ponto de inflexão que queremos demonstrar, ao apostar em um processo de reafricanização enquanto um meio de se opor à opressão racial (COSTA, 2006).

No sudeste, mais especificamente no Rio de Janeiro e em São Paulo, a construção desta “cultura negra” esteve associada ao consumo de músicas como o *soul*, o *funk* e o *hip hop*. Os

---

<sup>9</sup> Podemos constatar a existência de uma imprensa negra desde o século XIX. Há diversos trabalhos que tratam sobre este tema, consultar: ARAUJO, 2019; ROSA, 2014; PEREIRA, 2009; PINTO, 2006

principais atores desta onda foram os DJs e produtores que obtinham as últimas novidades da música negra nacional e internacional e as levavam para os chamados *bailes blacks*. Estes bailes eram fonte não apenas de divertimento, mas também um importante meio de sociabilização e de formação política e de identidade, como nos mostra Carlos Alberto Medeiros:

Nessa época, eu andava muito pelo subúrbio e já havia esse tipo de baile. Ainda não era exatamente como ele apareceu para o grande público, mas já era o embrião. Eram bailes que tocavam muito James Brown, por exemplo. Um negócio que o pessoal curtia muito e tinha mais ou menos a mesma estrutura. (...). Mas, ao mesmo tempo em que existe esse dado [de alienação], existe também um fator importante, que é o da aglutinação. (...) No momento em que se pode perceber “já que eu posso me unir para fazer isso, eu posso me unir para fazer uma coisa mais positiva”, isso se torna importante. É claro que nem todo mundo faz essa passagem”. (Carlos Alberto Medeiros, em entrevista dada a Artefato, Jornal de Cultura, p. 12-14, Ano II, nº 10, s.d.)” (GONZALES, 1982, p. 32).

Estas experiências também estiveram presentes na juventude de dois de nossos entrevistados, porém, de diferentes formas, mediadas provavelmente pela diferença de classe. Para Henrique Cunha Junior, a presença em bailes era algo constante:

A outra coisa importante, que merece um destaque era como se dava a sociabilidade da população negra nesta época. Para nós, ser negro, era ir à baile. Então, assim, a gente ia à baile [na] quinta, sexta, sábado, domingo... Às vezes tinha bailes no sábado, e ia na domingueira também. Flor de Maio, por exemplo, tinha o sábado e o domingo. Então essa sociabilidade do baile é o que também é marcante na minha vida. Eu já descrevi uma vez: eu fui formado na pedagogia do baile. Então, o que nos fazia pensar como negros e círculo de união foi essa coisa do baile... (Entrevista).

Contudo, para Valter Silvério, a demanda da vida acadêmica e da militância não deixava tempo para estes momentos de descontração. E, quando havia algum, ele era aproveitado para as discussões políticas:

Aos finais de semana, vira e mexe a gente ficava lendo. O pessoal da célula se reunia em algum lugar, a gente tinha algumas obrigações de leitura e tal, isso era feito no final de semana. E uma vez por ano a gente tinha uma festa. Então não tinha essa coisa assim de...isso era um pouco...era ambíguo, né...porque eu sempre gostei de festa, de dança, de baile, mas eu fiz uma trajetória bem diferente dos jovens negros. (...) Você não tinha vida, né, vida social no sentido de...olha, eu vou a um baile, vou a uma festa. Você ia tomar cerveja para discutir política, você ia num baile para fazer pesquisa. Enfim, era um negócio assim meio desumano (Entrevista).

De todo modo, ainda que não aproveitasse os bailes de modo usual, o que Silvério nos conta, somado ao relato de Cunha Jr., acaba salientando o quão politizado eram esses espaços culturais. É por este motivo que Lélia Gonzales afirmará que a coesão do movimento negro se formou nos bailes e nos bares. Os laços identitários foram, pouco a pouco, se construindo nestes espaços de lazer (GONZALES, 1982).

Esta politização da cultura pode ser compreendida enquanto uma forma de acesso a uma liberdade negada (DU BOIS, 1999). Há, ainda, autores que a leem enquanto a expressão de uma

resistência inteligente, isto é, a possibilidade de utilizar-se de uma ferramenta simbólica para criticar a sociedade e, com isto, tensionar as hierarquias raciais e ser uma alternativa, no cotidiano, para um contexto adverso. Falamos sobre resistência inteligente porque a ideia de resistência aqui é ressignificada, já que ela está não apenas na disputa institucional, como também pertence à capoeira que ocorre nos meios urbanos, à batalha de rap que vemos nas praças, ou à existência dos terreiros de candomblé (GUSMÃO; SIMSON, 1989). Por este motivo, Paul Gilroy vê criação cultural cotidiana enquanto um local de “agenciamento micro-político”. Estas pequenas ações e resistências presentes no dia a dia têm, para o autor, o poder de comunicar informações, organizar a consciência e articular subjetividades (GILROY, 2001).

Além disso, a cultura, através de um dinâmico trabalho de memória, tem a capacidade de criar um senso de coletividade e de comunidade, o que possibilita aos sujeitos criar e cultivar seus universos e visões de mundos que se contrapõe ao imaginário social que os oprime. Estes são elementos primordiais na elaboração de uma outra possibilidade de mundo. Como nos diria novamente Gilroy (2001, p. 96), “a utopia está ligada à política de transfiguração. Política esta que marca o surgimento de desejos, relações sociais e modos de associação qualitativamente diferentes no âmbito da comunidade racial de interpretação e resistência.” Por isso, ética e estética, cultura e política não podem ser pensadas separadamente, já que a expressão artística é tida por estes autores enquanto um meio para a reelaboração subjetiva e libertação coletiva.

Essa ressignificação da política e da cultura não se limitou às fronteiras brasileiras, pois foi um movimento transnacional. De acordo com Stuart Hall (2003), o estabelecimento destas novas etnicidades no espaço público se deve a características conjunturais, que são definidas não só pelas especificidades contextuais como também pelas estratégias das políticas culturais presentes em determinado momento. Dando seguimento a uma reflexão proposta por Cornell West, o autor afirma que esta mudança se deve a alguns fatores, sendo alguns destes: o aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural, que trouxeram importantes pautas ligadas às políticas culturais da diferença e a produção de novas identidades; o deslocamento dos modelos europeus de alta cultura, isto é, a abertura de espaço para a cultura periférica; e a descolonização do Terceiro Mundo, incluindo as lutas negras pela descolonização das mentes dos povos da diáspora.

Além disso, a inserção de novas identidades no espaço público brasileiro foi fortemente influenciada pelo movimento estadunidense chamado *Black is Beautiful*<sup>10</sup>, que chega aqui no

---

<sup>10</sup> O movimento *Black is Beautiful* foi um movimento cultural criado por afro-americanos nos Estados Unidos durante a década de 1960. Seu objetivo foi positivar as características físicas e culturais dos negros, buscando enfraquecer, assim, o processo de embranquecimento tão presente naquele país.

final dos anos 1960. Esta época foi marcada pela ressignificação das características físicas de negros e negras e da valorização de todas as expressões simbólicas associadas à África. Desta forma, ao invés de encararem a cultura afro-brasileira pela chave da assimilação, o movimento negro passa a lutar para que suas heranças sejam destacadas na simbologia nacional, que é o que dá base para a ideia de “cultura negra” (COSTA, 2006).

Contudo, é importante ter em mente que, apesar de este contexto ter sido bem aproveitado pelos intelectuais negros e pelo movimento negro daquela época, Hall (2003) aponta que esta ressignificação da cultura pode apresentar uma abertura ambígua para a diferença. Se, por um lado, a cultura popular negra pode ser um local de contestação estratégica, possibilitando a ascensão de narrativas locais e o descentramento de grandes narrativas, por outro, é preciso ficar atento para que as expressões artísticas ou, de modo mais abrangente, as expressões da diferença, realmente façam diferença e não caiam em uma lógica binária e homogeneizante. De todo modo, o autor reconhece que, ainda que estas expressões sejam criticáveis e caiam em uma homogeneização da representação do negro, ainda assim ela é válida, pois é uma forma de intervir no campo da cultura popular mainstream, o que, para Hall, significa agir de acordo com um essencialismo estratégico, isto é, aceitar as regras do jogo para conquistar novos lugares e ir avançando na luta.

### **2.2.2 O embate entre classe e raça**

No século XX, acreditou-se que os problemas sociais do Brasil seriam resolvidos tão logo o país aderisse corretamente aos ciclos de modernização econômica. Nessa perspectiva, a questão racial não merecia uma atenção central no planejamento político, pois a integração do negro à economia era uma mera questão de tempo. Vale lembrar também que estes eram tempos de crença na “democracia racial” e no ideal de mestiçagem como símbolo e aposta do projeto de nação.

A partir desta observação, Marcelo Paixão (2015) apresenta um interessante artigo que tem como um de seus objetivos demonstrar os equívocos desta crença supracitada ao expor que o crescimento econômico vivenciado pelo país entre os anos 1930 e 1980 não resultou em inserção do negro no mercado de trabalho, tampouco no cenário político institucional. Desta forma, lança os seguintes questionamentos: “A que taxas, então, deveria o país crescer, para que as hierarquias sócio-raciais (*sic*) herdadas do passado pudessem ser, finalmente, superadas?”. Logo em seguida, nos apresenta a resposta que guiará o seu raciocínio: “o

crescimento econômico, em si mesmo, pode ser uma dimensão necessária, mas certamente é insuficiente para o enfrentamento das diferentes mazelas nacionais” (PAIXÃO, 2015, p. 21).

O que Paixão busca evidenciar, ao longo de dados e argumentos, é que o negro nunca esteve nas preocupações centrais daqueles que pensam sobre a democracia brasileira, e pode-se incluir neste grupo os diversos militantes e partidos progressistas ou de esquerda. Assim, também conseguimos concluir que, diferentemente do que costumam afirmar, as desigualdades raciais que vivenciamos atualmente e que perpassa toda a história do país, não é simplesmente produto da prática escravocrata dos séculos passados, mas sim de um *modus operandi* que é sempre reiterado e atualizado. Em outras palavras, para compreendermos o racismo no país, não precisamos necessariamente buscar explicações nas relações entre senhor e escravo, ao invés disso, podemos apenas observar o lugar do negro nas decisões sobre políticas públicas ou de mercado nos dias de hoje.

Estas constatações acerca da marginalização da raça nos planos políticos fazem parte do pensamento e das denúncias de intelectuais negros já há algum tempo. Até mesmo antes da ditadura militar, esses posicionamentos já eram bem delineados em alguns militantes. Henrique Cunha Junior, por exemplo, nos conta que havia uma crítica muito forte dos intelectuais do movimento negro à produção acadêmica das Ciências Humanas da USP e à esquerda brasileira:

Uma boa parte das pessoas optavam entre estar no Partido Comunista ou estar no Movimento Negro, e haviam intelectuais que às vezes saíam de um e entravam em outro. Parecia incompatível você fazer as duas coisas. Então, por exemplo, o movimento negro amargava muito a constituinte, depois da ditadura de Getúlio, porque nesta constituinte se votou a questão de o Brasil se declarar um país com racismo e isso não passou na Constituinte por causa do Partido Comunista. O Partido Comunista, baseado em uma versão marxista de que os problemas eram todos mais de classes, eram unicamente problemas de classe...não existia nenhum outro problema que não fosse a classe na sua essência marxista de um conflito operário (Entrevista).

O professor Valter Silvério compartilhou uma narrativa similar acerca de outro grupo de esquerda, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a qual foi fundada, aliás, em 1983, nos demonstrando, portanto, a manutenção desta mesma lógica de pensamento:

o sindicalismo, que tinha uma fração negra, ele tinha muito mais dificuldade de entender a importância da questão racial. Então, eu estive em debates com a CUT no momento da formação, um pouquinho depois da formação da CUT, que as pessoas diziam “não, vocês querem fracionar a classe trabalhadora”, porque você tinha discussão da questão racial. Então era muito difícil. E diria que essa agenda andou o tanto que andou, por conta dos jovens negros e das jovens negras que tinham ali algumas referências icônicas, tipo o Professor Kabengele Munanga, o Prof. Wilson Nascimento mais à esquerda, o Prof. Muniz Sodré que era um pouco depois, a Profa. Helena Theodoro. Então a gente tinha alguns ícones em meio a pedreira que todo dia jogavam sobre nós (Entrevista).

Além disso, é comum, ao observarmos as participações de intelectuais negros em coletivos ou partidos políticos, nos depararmos com uma crítica ou um desligamento destes

motivados pela falta de espaço para discutirem pautas ligadas à questão racial. Foi o que ocorreu com Lélia Gonzales ao deixar o PT em 1985, por exemplo, ou com o mandato de Abdias do Nascimento que, apesar de ter recebido amplo apoio de Leonel Brizola durante sua estada no PDT, teve vários de seus projetos negados ao longo de sua jornada parlamentar (ALMADA, 2021).

Claudete Soares (2015), em sua investigação sobre a absorção da questão racial na história do Partido dos Trabalhadores, nos dá pistas sobre o porquê o Partido se manteve, por tantos anos, resistente à valorização desta pauta. A autora observa que, na década de 1980, os movimentos que conseguiram atrelar as suas demandas às noções de injustiça econômica ganharam um espaço significativamente maior no meio petista. Foi o caso do movimento feminista, por exemplo. O movimento negro, por outro lado, era visto pelos partidários enquanto uma militância mais ligada apenas à cultura; algo mais “específico” e restrito à experiência negra, portanto.

Nesse sentido, havia, então, uma distinção entre o que era exploração e o que era opressão na interpretação do partido sobre as lutas políticas. A exploração estava associada às lutas da classe trabalhadora e a opressão, às lutas mais “identitárias”. Além disso, essa divisão e a marginalização da raça foram ainda mais reforçadas porque, de acordo com Soares, a articulação entre raça e classe no movimento negro ainda era muito embrionária.

Um outro argumento exposto pela autora foi o fato de o próprio Estado e outras organizações da sociedade civil se silenciarem sobre a centralidade da raça na formação da sociedade brasileira. Para a autora, a desigualdade no país era vista apenas através da categoria de classe, e a questão do negro era lida de modo folclórico ou apenas cultural. Isso se dava porque, enquanto os movimentos organizados com base no gênero, por exemplo, denunciavam a exclusão econômica de mulheres e o machismo perpetrado pela sociedade, o racismo, por outro lado, acabava por colocar em questão a representação que o Brasil tinha de si mesmo.

Lélia Gonzales também formulou uma explicação para esta negação. Para a autora, isso se deve à ideologia do branqueamento presente em nossa sociedade. Esta ideologia consiste “no fato de os aparelhos ideológicos (família, escola, igreja, meios de comunicação, etc) veicularem valores que, juntamente com o mito da democracia racial, apontam para uma suposta superioridade racial e cultural branca” (GONZALES, 1982, p. 54). Estes valores, ao serem internalizados por brancos e negros, fazem com que a brancura seja considerada a norma, um padrão a ser valorizado e perseguido. Para as pessoas brancas, o efeito é a tentativa de afastamento de tudo o que está relacionado com o negro e, para estes, é a busca por mecanismos que ocultem a sua “inferioridade”. Assim, esta organização dos valores e pensamentos geram a

um quadro de racionalização que busca negar a questão racial a qualquer custo, incluindo aí uma atitude “democrática” que postula a harmonia entre as raças ou a diluição mecânica destas na luta de classes.

Contudo, é importante frisar que o cenário político das últimas décadas do século passado não se dava de forma tão binária como até agora pôde parecer, é claro. Os intelectuais negros circulavam pelos grupos de esquerda e, vários deles, buscaram conviver com uma esquerda progressista ou até mesmo mais radical, e, ao mesmo tempo, com o movimento negro. Hédio Silva Junior, em entrevista à Claudete Soares, afirmou que sempre teve “o entendimento de que a luta contra o racismo deveria ser articulada com as lutas dos trabalhadores, as lutas populares”, daí o motivo de ter se dedicado à construção da CUT e do PT em São José dos Campos e no Vale do Paraíba (SOARES, 2015, p. 47).

Para muitos intelectuais, inclusive, as organizações de esquerda, sobretudo aquelas que estavam presentes no ambiente universitário da década de 1970 e 1980, foram importantes para iniciar os seus contatos com a prática política. É o que vimos ocorrer com Valter Silvério, Matilde Ribeiro, Gevanilda Santos e Milton Barbosa, apenas para citar alguns nomes. Mas, quanto aos intelectuais que buscaram conciliar uma postura radical em relação à classe com a questão racial, frisamos a militância de Clovis Moura e Hamilton Cardoso, por exemplo.

Nós nos atentaremos por alguns instantes à trajetória deste último porque entendemos, em acordo com a análise feita por Fábio Nogueira de Oliveira e Flávia Rios (2014), que ela nos permite compreender melhor como se deu essa relação e estes atritos entre redes socialistas e o movimento negro.

Durante vários anos da década de 1970, Hamilton foi associado da Liga Operária, uma pequena organização operária com influências trotskista. A partir da Liga, o jornalista passou a atuar também no jornal *Versus*, jornal este que tinha entre seus integrantes diversos militantes socialistas, mas que, também, objetivava reunir o pensamento de intelectuais de um amplo espectro político, desde democratas liberais a socialistas revolucionários.

Por ter entre seus integrantes alguns militantes negros, o *Versus* foi pressionado a abrir espaço para expor conteúdos ligados à questão racial, daí a criação da seção “Afro-Latino-America”. Nesta seção, tivemos textos de importantes lideranças e artistas negros, como Abdias do Nascimento, Clóvis Moura, Lélia Gonzalez, Thereza Santos, Hélio Santos, Licínio Azevedo, Lumumba e Antônio Carlos.

A participação destes nomes não era à toa, de fato Cardoso manteve um forte contato com redes de militantes negros que se articulavam nacionalmente, se constituindo, portanto, enquanto um militante que participava de grupos da esquerda radical e, ao mesmo tempo,

circulava e militava no movimento negro. O intelectual foi uma presença constante na “cultura negra paulistana”: frequentou diversas atividades culturais, reuniões políticas, clubes negros, casas de intelectuais, etc. Em 1971, fez parte da peça *E agora falamos nós*, produzida por Eduardo de Oliveira e Oliveira e Thereza Santos (OLIVEIRA; RIOS, 2014).

Contudo, estar nos interstícios da relação entre esquerda e movimento negro fez com que o intelectual tivesse posições que, à época, já estavam sendo muito criticadas por uma parte da militância negra. Coloquemos aqui apenas alguns exemplos. Hamilton Cardoso sustentava que poderia existir um movimento negro autônomo, contudo, seria importante criar uma base ampla antirracista, o que levaria o movimento a não se restringir a apenas um segmento social. Além disso, criticava o fato de parte do movimento encarar a cultura enquanto uma ferramenta política, posição esta, aliás, que representava a opinião do movimento negro paulistana. O jornalista achava que a cultura não poderia fornecer uma possibilidade de transformação social, servindo apenas, então, para uma sociabilidade do negro.

Porém, justamente por estar neste interstício, Hamilton dirigia crítica aos dois grupos. Quanto ao marxismo, uma das suas críticas era sobre a tese etapista do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a qual afirmava que primeiro teríamos que vencer a luta de classes, para depois nos preocuparmos com a questão racial. Hamilton Cardoso estava mais próximo do posicionamento de intelectuais como Florestan Fernandes e Clovis Moura, que afirmavam que ambas as lutas tinham que ocorrer simultaneamente.

Já no final da década de 1980, Oliveira e Rios (2014) apontam que houve uma importante inflexão no pensamento do intelectual. Este escreve um texto apontando que há, nas lideranças negras, uma postura de “subversão” ao buscarem romper com as tradicionais representações que a sociedade faz do negro. Os principais nomes nesse grupo seriam Joel Rufino dos Santos, Abdias do Nascimento e Lélia Gonzales. Esta subversão, por sua vez, não teria um caráter revolucionário, de rompimento com as estruturas atuais. Porém, seria um importante meio para construir um lugar para o negro dentro dos planos de redemocratização. Vemos, portanto, uma adesão de Hamilton à outras estratégias de luta. A esta estratégia se soma, também, uma reinterpretação da cultura como ferramenta política: o intelectual passa a valorizar mais os fenômenos culturais como uma forma de transformação da sociedade.

Por fim, uma outra inflexão que podemos observar na trajetória de Hamilton Cardoso foi sua revisão crítica sobre o pensamento de esquerda. O intelectual reconhece que a necessidade de um “nacionalismo negro” na trajetória do movimento se deu pois grande parte das lideranças da sociedade civil, incluindo neste meio os setores de esquerda, os liberais e os

social-democratas, marginalizaram os fatores culturais e políticos do colonialismo, além dos privilégios provindos da branquitude.

Estas inflexões na trajetória da militância negra foram muito bem ilustradas por Valter Silvério:

A minha geração de movimento negro tinha começado a se organizar no final dos anos 70. Então a gente tinha muita relação e também tinha essa participação ambígua, porque grande parte dessa geração que deu continuidade à luta racial era militante de tendências políticas. O passo seguinte foi romper com as tendências políticas porque elas não contemplavam adequadamente da nossa leitura a dimensão racial, ou a perspectiva racial. Aí é que eu acho que tem um salto. Isso vai se dar...eu acho que por volta de 85, 86. E começa também a formar essas estruturas: conselho da comunidade negra, conselhos municipais. No Rio de Janeiro, a presença do Abdias. (...) Então, quando você vê, (...) o ser de esquerda passa a estar subsumido ao ser negro, e não ao contrário. É como se houvesse uma inversão. E esse é um processo de longa duração. Você tem uma formação em que tudo meio que se resume à classe. Subsunção formal...esse era o termo, né...da raça-classe. Aí depois você vai desconstruindo isso, né. Você vai verificando que no seu entorno não basta você ter mobilidade educacional, não basta você fazer todo o trajeto exigido. Você faz todo o trajeto exigido e aí depois você ganha um novo estereótipo, um novo estigma (Entrevista).

Portanto, o texto de autoria de Marcelo Paixão, que abre esta seção, e a trajetória política de Cardoso somado ao relato de Silvério, nos indica que temos diante de nós alguns direcionamentos políticos, que se norteiam colocando a raça às margens da análise ou considerando-a como central para as suas preocupações. Na análise do professor Valter Silvério, o que dá base para ambas as posições é a interpretação que cada grupo faz sobre a relevância da colonização e da escravidão para a formação da sociedade brasileira. Há aqueles que ignoram a sua existência e operam em uma chave *colorblind*, enquanto outros apontam que estes são elementos estruturantes de nosso país. A seu ver, esta última perspectiva está presente, sobretudo, na análise dos intelectuais negros.

Eu acho que isso já está em autores como Guerreiro Ramos...eu acho que já está em um cara muito importante que, infelizmente, é muito pouco lido, como o Clóvis Moura. *Rebeliões da Senzala*, por exemplo, livro de [19]58, é um livro que o meu próprio orientador de doutorado dizia: “olha, esse é o livro mais importante da década de 50”. Ou seja, não era *Negros e Brancos em São Paulo*, né...e esse livro foi praticamente escondido. As pessoas foram ler este livro 40 anos depois...mas é um livro de 1958. E que mudava, ali, já, colocava uma inflexão nessa leitura de base histórica centrada na sociedade urbana industrial. Em [19]58, o Clóvis Moura já estava dizendo “olha, tem mais água nesse moinho, né”. Então acho que autores como o Guerreiro Ramos, o Clóvis Moura, o Joel Rufino, Helena Theodoro, Wilson Nascimento mais pra cá, né...a Lélia Gonzales, a Beatriz Nascimento já num outro movimento, digamos assim, influenciadas pelas vertentes do feminismo (Entrevista).

As consequências analíticas e os enquadramentos teóricos que esta segunda perspectiva gerou nos militantes negros serão abordadas ao longo desta dissertação, pois veremos que estes intelectuais oferecerão análises contra-hegemônicas sobre diversos aspectos sociais, como a

educação e a cultura. Por ora, gostaria apenas de esclarecer que esta perspectiva “subversiva”, como diria Hamilton Cardoso, teve forte influência de elementos que estavam para além das fronteiras nacionais: as lutas pela libertação que estavam ocorrendo na África; os enfrentamentos do movimento negro americano e a literatura que estes intelectuais estavam consumindo, dentre elas, a obra de autores como Frantz Fanon (FAUSTINO, 2015).

### **2.3 A participação dos intelectuais públicos negros na Assembleia Nacional Constituinte**

Na década de 1980, inicia-se o processo de abertura política e de redemocratização do país. Neste contexto, coube ao movimento negro duas importantes guinadas: a denúncia de que a esquerda brasileira estaria focando na classe em detrimento da raça, abordada no subcapítulo anterior; e a indagação do papel do Estado frente às desigualdades entre brancos e negros no que diz respeito ao acesso aos direitos e aos bens sociais. Ao se posicionar sobre estes dois aspectos, a comunidade negra postulava que não iria tolerar um posicionamento neutro e omissivo no ambiente político, tampouco iria aceitar que a raça figurasse enquanto algo periférico na formação do país (SCHERER-WARREN, 2010).

Assim, na segunda metade da década, iniciam-se as preparações do movimento para a Assembleia Nacional Legislativa (ANC). O movimento negro soube reconhecer a importância da ANC para a história de democracia e, por conseguinte, para a efetivação de suas lutas. Frases como “a criação de um país novo”, “segunda abolição”, “resgate da cidadania” e “lei complementar a Lei Áurea” apareciam com certa recorrência em seus discursos da época.

De 1985 em diante, ocorreram diversos encontros municipais e estaduais com o intuito de refletir sobre a participação do negro neste processo. Estes encontros foram a articulação inicial dos intelectuais negros em torno das pautas ligadas à democratização. Em 1986, os debates locais alçaram para o nível do nacional e foram levados à Convenção Nacional “O Negro e a Constituinte”, que ocorreu em Brasília e deu origem a um documento que sintetizou as pautas e as decisões tomadas em todos os Encontros Regionais ocorridos nas diversas unidades da Federação (SANTOS, 2015; RODRIGUES, 2005).

O principal grupo organizador da Convenção foi o Movimento Negro Unificado (MNU), tendo como coordenador Hédio Silva Junior e Milton Barbosa enquanto presidente de honra. Nesta Convenção, estiveram presentes 63 entidades de 16 estados brasileiros, totalizando 185 participantes. Esta reunião nacional possibilitou a aproximação dos militantes com os deputados que participariam das reuniões da ANC, como Benedita da Silva (PT/RJ), Carlos Alberto Caó (PDT/RJ) e Paulo Paim (PT/RS).

A Declaração, fruto das pautas discutidas, demonstrou a insegurança do movimento quanto à possibilidade de representação de suas demandas nesse processo constituinte. Ainda assim, os militantes demonstraram grandes expectativas quanto a esta oportunidade. Suas principais reivindicações englobavam a garantia de terras para as comunidades quilombolas, melhor estrutura para educação e saúde, melhorias na área de segurança e diminuição da violência policial. Para Hédio Silva Júnior, os temas mais caros aos militantes foi, sem dúvidas, a questão da terra e a criminalização do racismo (RIBEIRO, 2013).

No mesmo ano desta Convenção, em 1986, as mulheres negras decidiram realizar também algumas reuniões a fim de discutir suas pautas específicas. Lélia Gonzales e Benedita da Silva, na época integrantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), órgão vinculado ao Ministério da Justiça do então Presidente José Sarney, reuniram-se no “Encontro Nacional Mulher e Constituinte”, que ocorreu em Brasília. Posteriormente, no mesmo ano, o CNDM organizou um grande seminário nacional chamado “A imagem da mulher nos meios de comunicação”, no qual discutiram sobre a representação da mulher nas diferentes mídias. Além de Lélia, tivemos a presença de Thereza Santos, do Coletivo de Mulheres Negras, e Raquel de Oliveira, do Conselho Estado da Comunidade Negra (RIOS; RATTTS, 2010).

A chegada dos cem anos da abolição, conhecido como o Centenário da Abolição, também marcou esta época de reivindicações e de revisão constitucional. Em resposta à atitude do governo do então Presidente José Sarney de encarar esta data de modo comemorativo, o movimento negro organizou algumas ações contestatórias. Algumas delas foram o 1º Encontro Nacional do Centenário da Abolição, em Salvador, entre os dias 27 e 30 de novembro de 1987 e a *Marcha contra a Farsa da Abolição – Nada mudou, vamos mudar*, no dia 13 de maio de 1988, no Rio de Janeiro.

Ivanir dos Santos, que foi coordenador da Marcha, contou em entrevista sobre a tensão que foi aquele momento:

“Eu lembro que eu vinha no meu carro para ir para o IPCN – tinha uma reunião do comando da Marcha -, e a cidade já estava sitiada. Já tinha aquela informação de que o exército estava retirando faixas do nosso pessoal. Aí fizemos uma reunião tensa, todo mundo muito preocupado, mas aguerrido politicamente. E é para isso que eu chamo a atenção: nós éramos sozinhos. Era só o movimento negro. Os partidos de esquerda não estavam envolvidos. Eles correram depois que viram a repercussão que deu, porque, com Exército, que, para não deixar passar, botou baioneta, é óbvio que a imprensa toda acabou chamando a atenção, e nos deu o que nós queríamos na verdade: mostrar a farsa da abolição.” (ALBERTI, V; PEREIRA, A., 2007, p. 218)

Ivanir retoma, nestas frases, aquela discussão que trouxemos acima sobre como se dava a relação entre a militância negra e a esquerda. Mas, além disso, também chama a nossa atenção para o modo como o Estado tratava as reivindicações dos cidadãos negros. De todo modo, após

intensa pressão por parte do movimento, José Sarney anunciou a criação da Fundação Cultural Palmares, órgão que seria vinculado ao Ministério da Cultura (MinC) (RIBEIRO, 2015).

Não podemos deixar de citar também que no ano de 1988 ocorreu o Tribunal Winnie Mandela, organizado por Sueli Carneiro, que à época ficou responsável por organizar um evento ligado ao centenário para o Conselho Nacional da Mulher Negra, órgão do Ministério da Justiça. O Tribunal teve como objetivo julgar a Lei Áurea, ainda que de modo simbólico. Foi demonstrado, então, que esta Lei não foi capaz de conceder uma verdadeira libertação e inclusão dos ex-escravizados. Na ocasião, também estiveram presentes Benedita da Silva e Abdias do Nascimento (BORGES, 2009).

Enfim, as reuniões das Comissões e Subcomissões da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) tiveram início em 2 de fevereiro de 1987 e se encerraram em 5 de outubro de 1988. Os parlamentares participantes foram divididos em oito Comissões Temáticas e vinte e quatro Subcomissões Temáticas. Estas, por sua vez, foram responsáveis por preparar e discutir anteprojetos básicos, que posteriormente seriam enviados para as Comissões Temáticas e, por fim, reunidos em um texto completo na Comissão de Sistematização. Depois de todas estas etapas, o texto final seria apreciado, emendado e possivelmente votado pelo Plenário da ANC.

As propostas do movimento negro tiveram como foco a denúncia do mito da democracia racial, a responsabilização do Estado pelas consequências criadas pelo racismo, além do reconhecimento, por parte deste, acerca da identidade cultural da população negra. Concretamente, exigiu-se, dentre outras coisas, o reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos; a criminalização da prática de racismo, de preconceito racial e de qualquer discriminação que atentasse aos direitos humanos; além da implementação de uma educação comprometida com a valorização da diversidade e com o combate ao racismo, com especial atenção para a obrigatoriedade do ensino de história das populações negras (RODRIGUES, 2005)

Portanto, de modo geral, os pontos levados pelo movimento para as audiências públicas contemplavam questões *redistributivas* e de *reconhecimento*, isto é, questões de ordem econômica e de ordem cultural/simbólica, pois, para estes militantes, as desigualdades sociais precisavam ser encaradas pelo Estado a partir de ambos os termos (SANTOS, 2015)<sup>11</sup>.

De modo geral, um dos significados da ANC para o movimento negro foi representar um momento de convergência. Dentro dos coletivos, haviam visões de mundo distintas, múltiplas estratégias, interpretações e filiações teóricas divergentes. Contudo, houve a

---

<sup>11</sup> No capítulo sobre os sentidos de democracia para os intelectuais, abordaremos melhor os conceitos de redistribuição e reconhecimento.

percepção dos militantes de que aquele era um momento de união em torno de um objetivo, pois eles não poderiam depender de apoio de outros movimentos sociais, tampouco de partidos políticos ou da imprensa para conseguirem introduzir as suas pautas na constituinte.

A participação dos intelectuais negros neste processo foi de extrema importância. Além da contribuição nos momentos de preparação do movimento para a ANC, como já citamos acima, estes foram presença marcante nas reuniões da Subcomissão. De acordo com Benedita Sampaio:

a contribuição de Abdias do Nascimento, que tinha sido Deputado Federal no período de 1983-6 foi fundamental, os conteúdos desenhados por ele deram qualidade a nossa tribuna política nacional. [...] A defesa dos direitos étnico-raciais na Assembleia Nacional Constituinte exigiu um esforço imenso, foi muito importante que tivéssemos uma atuação coletiva. Foi uma ousadia e tanto! Naquele momento, Brasília estava efervescente, conseguimos reunir todos os setores do movimento negro, foi firmado um compromisso envolvendo todos os Estados (SAMPAIO, 2012, p. 100 *apud* RIBEIRO, 2013).

Lélia Gonzales, Helena Theodoro e Benedita da Silva também foram nomes fortes nos debates da Subcomissão. Para elas, a sociedade brasileira era marcada pela hierarquização entre as categorias raça, classe e gênero, o que fazia com que as mulheres negras encarassem obstáculos específicos no acesso aos bens e aos direitos. Essa perspectiva foi inovadora naquele contexto, pois os debatedores, no geral, estavam se guiando principalmente a partir dos marcadores de raça e classe (SANTOS, 2015). Em um de seus discursos, Lélia proferiu as seguintes palavras:

A sociedade que se construiu no Brasil é como a sociedade que se estratificou racialmente. Vemos que no Brasil, as relações de poder se dão de uma forma absolutamente hierárquica. (...) Hierárquica do ponto de vista das relações de classe; hierárquica do ponto de vista das relações sexuais, porque sabemos o papel da mulher dentro desta sociedade, fundamentalmente da mulher negra; e hierárquica do ponto de vista social. Porque se no vértice superior desta sociedade, que detêm o poder econômico, político e social, de comunicação, educação e cultural, neste vértice superior se encontra o homem branco ocidental, no seu vértice inferior vamos encontrar, de um lado, o índio e do outro lado, o negro. (LIMA, RIOS, 2020, p. 247)

Ademais, a intelectual enfatizou outros pontos de interesse dos militantes negros, como: a negação da importância do negro na construção da sociedade; o desejo pelo embranquecimento nas autoridades brasileiras; a dominação da história do ponto de vista dos europeus nas escolas e nas mídias e a manutenção do negro como trabalhador não-qualificado. Em decorrência disso, salientou a importância de termos uma política que priorize a isonomia, isto é, a busca pela igualdade que considera a situação desigual econômica e socialmente da qual partem diversos cidadãos (GARRIDO, 2018).

Helena Theodoro, por sua vez, frisou a violência simbólica e física presente no cotidiano da população negra; a discriminação da diferença no país; o desconhecimento da história do

negro e da África, resultando na necessidade de inserção da história destes nos currículos, e a inferiorização do negro pelas instituições sociais e políticas. Helena também veiculou uma importante crítica àqueles que estavam presente na Constituinte: a dificuldade de entenderem a discriminação e desigualdade na experiência social do negro. Ainda que todos estivessem ali, presentes, não estavam de fato se sensibilizando com esta questão (GARRIDO, 2018).

Apesar deste empenho do movimento negro e de seus intelectuais em pautar vigorosamente as suas demandas, a questão racial não teve tanto espaço nos encontros da Subcomissão. Por tratarem de temas diversos e muito amplos, ligados à várias “minorias” políticas, o tema racial foi abordado em apenas duas reuniões formais. Isso reflete, sem dúvidas, a pouca importância dada à questão pela ANC, como bem pontuou Helena Theodoro.

Os relatórios finais incorporaram importantes demandas do movimento, como a reconsideração da África na concepção da nacionalidade brasileira, a representação da pluralidade racial do povo brasileiro no currículo escolar, a regulamentação das terras quilombolas e a tutela constitucional dos direitos emanados nos tratados internacionais (RODRIGUES, 2005).

Porém, tanto as demandas *redistributivas* (isonomia), quanto as demandas por *reconhecimento* (educação) sofreram mudanças no documento final. A respeito das primeiras, por exemplo, a redação final teve um tom mais universalista. Termos como “mecanismos de compensação” para reparar injustiças ligadas às desigualdades biológicas, culturais e econômicas, foram substituídos por “promoção do bem de todos”, com vistas a eliminar preconceitos de origem, raça, sexo, cor e idade, dentre outros.

As demandas por reconhecimento também não foram bem incorporadas. A proposta inicial era garantir uma educação com ênfase no letramento racial e de gênero, além da obrigatoriedade do ensino da história da população negra e indígena. No final, o tom do texto se tornou menos objetivo e mais generalista, como o que expomos anteriormente. No lugar da obrigatoriedade do ensino de história específica sobre o negro, tivemos a previsão de ensino das diferentes culturas que compõem o povo brasileiro (SANTOS, 2015).

Dadas as insatisfações, o dispositivo de isonomia e de educação seguiriam sendo pautas na luta do movimento negro nas décadas seguintes, como veremos nos esforços pela implementação das ações afirmativas, pela garantia do Estatuto da Igualdade Racial e pela regulamentação da lei 10.639. E os intelectuais negros, vale dizer, foram grandes pilares destes projetos.

Antes de seguirmos adiante, é importante frisar que uma das grandes conquistas para o movimento negro foi a questão quilombola, que representa a importância da identidade e do

território para estes militantes. Esta foi uma pauta central nos encontros do movimento negro em sua preparação para a Constituinte e, como alguns trabalhos demonstram, foi a demanda que menos recebeu resistência dentro das Assembleias (PICELLI, 2014; SANTOS, 2015).

Picelli (2014) aponta em sua pesquisa que 1988 marca a mudança da posição do Estado em relação às comunidades quilombolas. Pela primeira vez na história do país, “ser quilombola” passava a garantir direitos territoriais. Em sua dissertação, o autor aponta que é impossível não vincular essa mudança de postura do Estado às ações políticas feitas pelo movimento negro ao longo dos anos. Desde a afirmação positiva da cultura negra no país até a adoção de Zumbi dos Palmares enquanto símbolo de resistência, passando pelo conceito de Quilombismo difundido por Abdias do Nascimento, o movimento negro estruturou um discurso político que posicionou o quilombo enquanto elemento valioso na luta antirracista.

Contudo, apesar de a discussão sobre os quilombos ter sido uma das demandas ligadas às questões raciais mais bem recepcionadas, ainda podemos apontar algumas limitações no seu tratamento. Ainda segundo Picelli (2014), no geral, a problemática racial foi tratada pelo Estado brasileiro apenas no plano da cultura, isto é, do *reconhecimento*. Até mesmo nas demandas do movimento negro, o quilombo aparece enquanto tema valioso para a valorização e proteção da história negra, e não enquanto uma demanda fundiária ou de distribuição de terra. No entanto, é importante reconhecer que, se esta última opção tivesse sido colocada em foco, o dispositivo ligado às terras quilombolas teria recebido muito mais vetos.

Findadas as reuniões de subcomissão, a nova Constituição foi promulgada em 5 de outubro de 1988, significando um grande marco para o sistema democrático brasileiro. Ao contrário de outros países que experienciaram ditaduras militares, as forças políticas que resistiram ao autoritarismo no Brasil associaram o período de redemocratização à convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, e não à uma reabilitação de documentos anteriores ou à manutenção da constituição outorgada durante o regime ditatorial (PAIXÃO, 2018). Essa diferença foi muito importante, sobretudo se levarmos em conta o que significa a produção de uma nova Constituição para um país.

As constituições modernas têm várias dimensões. Elas têm um pé no passado e o outro no futuro. Sobre o passado, representam a memória histórica das vozes, dos sonhos e das demandas dos atores políticos; são a síntese jurídica dos embates e conflitos em uma determinada sociedade. Quanto ao futuro, indicam a construção de um projeto de sociedade. Determinam os princípios e os métodos desse projeto com base em regras democráticas e no reconhecimento da diversidade política, social e cultural do país. Além disso, instituem o Estado como guardião dos direitos individuais e sociais, como mantenedor dos patrimônios histórico e

cultural e enquanto propulsor do desenvolvimento inclusivo e igualitário (AFIPEA, 2018; LOUREIRO; REGO, 2018).

Esta expectativa quanto a um projeto para o futuro, com espaço para a diversidade e igualdade, teve especial importância para o movimento negro. Contudo, como vimos, apesar de alguns ganhos, houve outras importantes perdas. Por esse motivo, diversas pautas trazidas pelo movimento negro na ANC guiarão os principais debates políticos trazidos pelos intelectuais negros nas décadas seguintes. A “constituição cidadã” abriu caminho para a defesa de diversos projetos importantes para o enfrentamento das desigualdades raciais, projetos estes reconhecidos pelos intelectuais negros enquanto uma possibilidade de aprofundamento da democracia no país.

Para Nilma Lino Gomes (2011), esse processo resultou em um amadurecimento do movimento negro, que optou por mudar suas estratégias no início dos anos 2000. Ao constatar que os direitos adquiridos na Constituição Federal eram insuficientes para combater o racismo na sociedade brasileira, passaram a exigir políticas de ação afirmativa e a inserção de ativistas e intelectuais pertencentes ao Movimento Negro nas instituições municipais, estaduais e no governo federal. A partir deste início de século, vemos diversos intelectuais negros ocuparem cargos governamentais relevantes, tanto no âmbito local quanto nacional.

#### **2.4 A Marcha Zumbi dos Palmares**

Dando continuidade à série de manifestações do movimento e dos intelectuais negros após o período de redemocratização, a Marcha Zumbi dos Palmares, realizada em 20 de novembro de 1995, foi uma grande iniciativa que buscou salientar as condições subumanas a que a comunidade negra estava submetida no país. Contando com cerca de 30 mil pessoas de todas as regiões, os militantes cobravam do Estado ações efetivas e um comprometimento muito maior com esta situação (RIBEIRO, 2013).

O lema que guiava a ação dos manifestantes era “contra o racismo, pela cidadania e a vida”. Haviam, também, algumas palavras de ordem que davam o tom da marcha: “Reaja à violência racial!”; “Negro também quer poder”; “Palmares! Zumbi! Assim eu resisti!; “Queremos escola, queremos emprego!”; “Zumbi vive, Racismo, não!” (RIOS, 2012).

Na ocasião, o movimento apresentou um documento denominado Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, o qual denunciava o racismo cotidiano e institucionalizado, além de apresentar propostas concretas para a criação de políticas públicas ligadas à terra, à educação, à cultura, à saúde, dentre várias outras.

Como resposta a estas demandas, o governo de Fernando Henrique Cardoso, presidente à época, criou o Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra (GTI População Negra), ligado ao Ministério da Justiça. Em entrevista à Matilde Ribeiro, Hélio Santos, que coordenou o grupo de sociedade civil dentro do GTI, expressou um pouco sobre o cuidado que teve ao organizá-lo, como também sobre a relevância da Marcha para o movimento negro:

Imagine o que foi o esforço para o movimento social que é reconhecidamente pobre de recursos ter levado mais de 30 mil pessoas do Brasil inteiro à Brasília. Daí resulta o GTI com a missão de apresentar propostas no campo da igualdade racial ao Estado brasileiro. A tarefa de coordenar esse trabalho foi muito intensa, envolveu mais oito pessoas da sociedade civil. Para formar o grupo tive a preocupação com a diversidade partidária (entre oito três eram do PT), representação de todas as regiões do país e também a presença significativa das mulheres. Essa foi a base para a ação do GTI (RIBEIRO, 2013, p. 143).

O GTI foi composto por oito ministérios: Educação, Justiça, Cultura, Planejamento e Orçamento, Esportes, Relações Exteriores, Saúde e Trabalho, somado à oito pessoas da sociedade civil, que eram ligadas ao movimento negro: Hélio Santos, Abigail Páschoa, João Jorge, Joaquim Beato, Vovô, Dulce Maria Pereira, Vera Regina Santos Triumpho e Zélia Amador de Deus.

De acordo com Zélia, a Marcha resultou em ações importantíssimas do ponto de vista institucional, pois a partir dali começamos a ver o termo “política de ações afirmativas” passar a ser utilizado. Não que ela tenha começado a aparecer apenas naquele momento, longe disso. Em discussões antigas no movimento e até mesmo no documento da Marcha, tal proposta já estava presente, o que ocorre é que naquele momento ela começa a circular mais nos meios institucionais.

O GTI conseguiu mobilizar diversas pautas do movimento negro e teve a oportunidade, também, de oferecer algum avanço para as demandas de educação, a qual, vale dizer, é muito cara aos intelectuais negros. Uma delas foi a discussão de diversidade nos Parâmetros Curriculares. Em entrevista, Zélia Amador expôs um pouco sobre isso:

Nós pensamos em fazer um seminário, porque quando nós conseguimos nos organizar no GT, estavam saindo os Parâmetros Curriculares e havia um caderno que tratava da diversidade. (...) Conseguimos trazer para este seminário Petronilha Beatriz Gonçalves da Silva, Nilma Lino Gomes, Luiz Alberto Gonçalves, Kabengele Munanga, Maria de Lourdes Siqueira, Maria José. (...) Conseguimos com muito custo interferir no texto dos Parâmetros para melhorar um pouco o que havia. Se não fosse esta nossa mobilização ele ficaria muito pior. (...) Se não tivesse o GTI o material iria ser aprovado e, se saiu um pouco razoável, foi porque corremos para interferir e colocar minimamente algumas questões em que acreditávamos (DIAS; PASSOS; RODRIGUES, 2020, p. 386).

Além disso, a intelectual conta que a formação do GTI acabou gerando efeitos até mesmo nos governos posteriores:

o GTI acabou tendo importância para criar no MEC um grupo de docentes que, mais tarde, vai conduzir toda uma movimentação com a entrada do governo Lula e aprovação da Lei n. 10.639, em 2003, e a constituição da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros (CADARA), em 2005. Ela tinha como objetivos elaborar, acompanhar, avaliar e analisar políticas públicas educacionais voltadas para o cumprimento da Lei n. 10.639/2003 e do Parecer CNE/CP n. 003/2004. Os membros eram designados pela Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), que foi criada em 2004, e muitos vinham dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e, se não me engano, a CADARA existiu até 2013 (DIAS; PASSOS; RODRIGUES, 2020, p. 387).

Em 2005, o movimento negro realizou as Marchas Zumbi + 10, uma reedição desta Marcha de 1995, que ocorreram em Brasília no dia 16 e 22 de novembro. Isso demonstra que este modelo de manifestação gerou bons resultados, já que houve de fato um estreitamento na relação entre o movimento e o Estado, mas também nos mostram que ainda há muitas demandas para serem atendidas.

Ao longo deste capítulo, pudemos notar uma transformação nas estratégias de luta do movimento negro e de seus intelectuais. A ocupação dos espaços públicos, devido à abertura democrática, a formação de grupos de estudos e grupos culturais, o uso da cultura e da estética enquanto ferramentas políticas e a politização e positivação da raça foram alguns dos elementos utilizados por estes para lutar contra o mito da democracia racial. Neste cenário, observamos a forte presença dos intelectuais públicos negros nas tentativas de aproximação deste movimento com o Estado e nas diversas manifestações que ocuparam as ruas pelo país.

### 3. A busca por uma outra perspectiva sobre o negro

O Brasil dos anos 1980 e 1990 fez parte de um contexto internacional que reivindicava uma outra postura em relação à diferença. Assim, a Constituição de 1988, enquanto parte deste momento, teve como um de seus efeitos a reconfiguração do pacto nacional. Isso significa dizer que o país do mito da democracia racial se viu diante das fortes demandas daqueles que buscavam uma visibilidade para a pluralidade dos modos de ser brasileiro (SILVÉRIO, 2005). Em outras palavras, isso representou a transição de uma sociedade que se via enquanto homogênea racialmente, harmônica e cordial, para uma sociedade que passou a se perceber diversa, heterogênea culturalmente e conflituosa.

Com base nisso, este capítulo tem como objetivo demonstrar de que modo os intelectuais públicos negros mobilizaram a categoria “diferença” em suas lutas pelas políticas públicas. A maior proximidade com o Estado, mencionada no capítulo anterior, também será abordada aqui, haja vista que, neste cenário, veremos estes intelectuais ocuparem cargos públicos com o intuito de representar as demandas históricas do movimento negro.

#### 3.1 A Conferência de Durban

Na virada do milênio, houve um intenso engajamento dos diversos grupos negros na preparação para a *III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas*, a qual viria a ocorrer em 2001 na cidade de Durban, na África do Sul. A Conferência fez parte de um ciclo de conferências promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), motivada pelo combate ao racismo e ao ódio pelos estrangeiros. Assim, na mesma década, ocorreram: a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992); a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994); a Cumbre Mundial sobre Desenvolvimento Social (Dinamarca, 1995); a Conferência Mundial sobre os Assentamentos Humanos – Habitat II (Istambul, 1996); e a Cumbre Mundial sobre Alimentação (Roma, 1996) (RIBEIRO, 2013).

Na Conferência de Durban, 18.810 pessoas de 170 países se reuniram com o propósito de discutir uma reestruturação política e os princípios que norteariam as democracias. Afinal, o evento estava acontecendo sete anos após a superação do apartheid, em 1994. A delegação brasileira foi uma das maiores, com cerca de 500 integrantes.

Neste momento, já podemos notar a união do movimento negro e de seus intelectuais em torno dos mesmos objetivos, apesar das divergências intragrupo, o que demonstra quão

cientes estes militantes estavam acerca da importância daquele momento. Edna Roland, que foi escolhida para ser relatora da delegação brasileira, afirma:

“Nessa conferência tinha 22 brasileiros (...). Nesse grupo de 22 pessoas estavam alguns dos mais importantes militantes do movimento negro brasileiro. Abdias estava lá, Elisa Larkin estava lá, Hélio Santos estava, eu, Sueli Carneiro estava, o Ivanir estava lá, a Cida Bento estava, a Martinha de Oliveira, o Edson Cardoso, eu não me recordo mais de todos os nomes, mas era um grupo de peso. E, apesar das fraturas políticas, das dificuldades de relacionamento pessoal que havia entre algumas pessoas, nós tivemos um desempenho extraordinário como grupo. Poderia dizer assim: “apesar de nós, nós tivemos um desempenho extraordinário”. E sei também que tive um empenho importante naquela conferência. Foi o momento em que me firmei, em que me senti com estatura política para me considerar uma militante de responsabilidade no movimento negro do Brasil (ALBERTI, V; PEREIRA, A., 2007, p. 287)

Os temas debatidos na Conferência versaram sobre: a) origens e formas de manifestação contemporâneas do racismo; b) vítimas de racismo, formas conexas de intolerância, discriminação racial e xenofobia; c) medidas de prevenção; d) estabelecimento de vias de reparação em âmbito nacional, regional e internacional; e) estratégias para se alcançar uma igualdade plena e efetiva que tenha o envolvimento internacional e o fortalecimento das Nações Unidas (RIBEIRO, 2013).

Sueli Carneiro também foi um dos grandes nomes envolvido nos acontecimentos da Conferência. De acordo com a intelectual, Durban significou, sob vários aspectos, uma “batalha”:

(...) Poderíamos, sem exagero, falar na batalha de Durban. Nela aflorou, em toda a sua extensão, a problemática étnico/racial no plano internacional, levando à quase impossibilidade de alcançar um consenso mínimo entre as nações para enfrentá-la. O que parecia retórica de ativista anti-racista (sic) se manifestou em Durban como de fato é: as questões étnicas, raciais, culturais e religiosas, e todos os problemas nos quais elas se desdobram - racismo, discriminação racial, xenofobia, exclusão e marginalização social de grandes contingentes humanos considerados diferentes - têm potencial para polarizar o mundo contemporâneo. Podem opor Norte e Sul, Ocidente e não-Ocidente, brancos e não-brancos, além de serem responsáveis, em grande medida, pelas contradições internas da maioria dos países (CARNEIRO, 2002, p. 211)

Segundo Rafael Petry Trapp (2013), Durban foi importante para o movimento negro porque salientou sua maturidade, demonstrou haver um compromisso real do Governo Federal a respeito da questão racial e selou uma interessante aliança entre o governo de FHC e os militantes e intelectuais negros.

Um dos maiores ganhos da Conferência foi o reconhecimento de que os Estados deveriam implementar, com caráter de urgência, políticas públicas voltadas para a educação, saúde, habitação, entre outras áreas, com o intuito de eliminar as desvantagens econômicas, sociais e políticas e assim promover uma ascensão social dos afrodescendentes. Com isso, Durban fortaleceu sobremaneira os argumentos sobre ações afirmativas que faziam parte do

discurso do movimento negro, pois responsabilizou os Estados a implementarem políticas concretas que garantissem o alcance das metas universalistas contidas na Constituição de 1988.

Para Kabenguele Munanga (2015), no Brasil, até o ano de 2001, estas temáticas ligadas às políticas públicas voltadas para a igualdade racial não encontravam espaço na imprensa, nos setores do governo e na população em geral, apenas em alguns círculos pequenos de pesquisadores acadêmicos que se dedicavam ao tema. Contudo, após a Conferência, vemos o Brasil se comprometer mais com as demandas do movimento negro com o propósito de alcançar aquelas metas que estavam presentes na Declaração.

Vemos, portanto, que as duas últimas décadas do século XX foram extremamente importantes para a trajetória do movimento negro. Com a redemocratização do país, este pôde ocupar os espaços públicos para exigirem atenção para as suas demandas e, da denúncia contra o racismo velado e contra a suposta democracia racial, presentes em 1978, chegaram ao final dos anos 1990 com um discurso forte sobre a responsabilidade das instituições públicas no combate à desigualdade racial. Além disso, o aumento da possibilidade de diálogo com o Estado construída ao longo destes anos foi de suma importância para as conquistas que viriam a ter nos anos que se seguiram.

### **3.2 A criação da SEPPIR**

Com os acontecimentos na III Conferência de Durban, o movimento negro volta para o Brasil com as esperanças renovadas. E logo no início da década, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva pelo Partido dos Trabalhadores (PT), essa perspectiva é reforçada. Como afirma Márcia Lima (2010, p. 82), “o início do governo de Lula, em 2003, marca uma mudança profunda não só na condução das políticas com perspectiva racial, reflexo das ondas de Durban, mas também na relação do Movimento Negro com o Estado”.

De modo geral, o mandato do petista foi responsável por implementar três categorias de políticas públicas ligadas à questão racial: 1) medidas de caráter repressivo; 2) medidas de reconhecimento com intuito valorativo/identitário; e 3) medidas de reconhecimento com intuito redistributivo (LIMA, 2010). Lembramos o/a leitor/a que tanto as medidas ligadas ao *reconhecimento* quanto aquelas *redistributivas* foram demandas que não foram satisfatoriamente atendidas pelo movimento negro no produto final da Assembleia Nacional Constituinte. Portanto, a luta do movimento em relação ao governo Lula foi a busca pela concretização de um desejo já muito antigo.

A relação entre o PT e os militantes negros e negras tem uma história longa, que perpassa os debates sobre a impermeabilidade dos partidos políticos para a questão racial e a antiga discussão sobre a sobreposição da classe sobre a raça, a qual tratamos no subcapítulo 2.4. Contudo, o início do mandato de Lula, assim como afirmou Márcia Lima acima, significou uma maior inserção dos militantes e intelectuais negros nos cargos institucionais. Essa relação foi se construindo, inclusive, antes mesmo de o então presidente assumir o cargo.

Observamos que, em 2002, em meio a guinada deste diálogo, Matilde Ribeiro foi convidada para compor a Coordenação do Programa do Governo pela Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do Partido, tendo como função pensar sobre as relações raciais no programa de campanha. Após um ano de trabalho, nasceu o *Programa Brasil Sem Racismo*, que teve como objetivo pensar sobre as demandas da população negra.

Posteriormente, quando ocorreu a eleição de Lula, Matilde ficou responsável por fazer um relatório com um levantamento acerca das ações que existiam no governo de Fernando Henrique Cardoso a respeito da questão racial, tema o qual a intelectual era a única responsável. No relatório, foi explicitado que as ações de combate ao racismo existentes no governo de FHC não foram suficientes para configurar uma política federal de promoção da igualdade racial e, portanto, não puderam combater a desigualdade e a exclusão social de forma abrangente (RIBEIRO, 2013).

Em ambos os projetos – *Programa Brasil Sem Racismo* e o relatório -, já estava sendo esboçado a criação de um órgão voltado para as questões da população negra. De acordo com pesquisa realizada pela própria Matilde Ribeiro em seu doutorado, no discurso da cerimônia de posse, o Presidente Lula já demonstrava um entendimento sobre as desigualdades que atingiam as comunidades negras e uma certa intencionalidade em promover políticas de igualdade racial.

No entanto, este órgão só foi se concretizar três meses após esta cerimônia, em 21 de março de 2003. De acordo com Matilde, o esperado era que a SEPPIR fosse anunciada já no momento da posse do Presidente, no entanto, os planos do partido mudaram e foi necessária uma pressão para que o desenho institucional feito antes fosse posto em prática. Sobre isso, Matilde expõe:

Só tivemos certeza de que o órgão seria criado, durante esta renegociação, quando o presidente Lula delegou ao ministro Luiz Dulci, que era o ministro da Secretaria-Geral à época, para ir conversar com o Movimento Negro no Fórum Social Mundial daquele ano, que aconteceu em Porto Alegre no fim de janeiro. Fizemos várias reuniões, manifestações, abaixo-assinado, etc., tudo que pudesse se configurar como forma de diálogo e/ou pressão (BRASIL, 2016, p. 58).

Como dissemos, a relação com os movimentos sociais foi uma marca do Governo Lula, o que foi muito importante para se estabelecer uma outra leitura sobre o país. Mulheres e

homens negros nunca ficaram inertes às discriminações a que foram submetidos, portanto, sempre houve um esclarecimento acerca das pautas necessárias para o desenvolvimento da cidadania negra. Logo, ao terem quadros políticos do movimento negro assumindo cargos importantes e pautando determinados temas, o governo petista pôde atender à algumas demandas históricas desta parcela da população.

Quando foi estabelecida a criação da SEPPIR, depois de muitas reuniões técnicas, o Presidente Lula escolheu Matilde Ribeiro para estar à frente da Secretaria na noite anterior à criação do órgão. A intelectual foi indicada ao posto pelo movimento negro por conta do seu envolvimento e conhecimento sobre a temática<sup>12</sup>.

A SEPPIR representou a inauguração da política de igualdade racial estruturada a nível federal. Seu objetivo era formular, articular e coordenar políticas públicas com vistas a superação do racismo em âmbito nacional. Ribeiro nos esclarece que o trabalho de institucionalização destas políticas não começou com Lula. Ela faz parte das demandas do movimento desde a Frente Negra Brasileira e teve sua primeira implementação nos anos 1980. Um dos exemplos dessa institucionalização aconteceu no Rio de Janeiro, com Leonel Brizola, quando Abdias do Nascimento foi nomeado titular da Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-brasileiras (Seafro) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, cargo exercido entre 1991 e 1994<sup>13</sup>. Desta forma, Matilde Ribeiro pontua:

Abdias do Nascimento foi o primeiro gestor de política de igualdade racial no Brasil, sendo que a demanda faz parte da história, mas a primeira resposta foi essa. Depois teve governo estadual em BH, governos municipais...vários espalhados pelo Brasil que procuraram responder a criação de organismos...isso tem um capítulo da minha tese...a criação de organismos voltados para a igualdade racial. A SEPPIR foi ensaiada no governo FHC, mas ele não executou. Fernando Henrique chegou a criar uma coordenação nacional dentro do Ministério da Justiça. E o Lula criou a SEPPIR, um órgão com status de ministério (Entrevista).

As bases para a estrutura da SEPPIR foram a *Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação*, o *Programa Brasil sem Racismo* e a *Declaração e Plano de Ação de Durban*. Como afirma Matilde, a proposta era de que esta Secretaria tivesse o status de Ministério e que trabalhasse de forma transversal com outros ministérios. A intelectual tinha consciência de que os desafios da questão racial perpassavam diversos âmbitos da sociedade e não podiam, de forma alguma, ficar restritos a uma pequena

---

<sup>12</sup> Para mais detalhes sobre a criação da SEPPIR, ver: BRASIL, Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial: Promovendo a igualdade racial - Para Um Brasil Sem Racismo. Brasília, DF, 2016.

<sup>13</sup> Segundo o próprio Abdias, “nunca houve uma instituição a nível oficial, no âmbito do Estado, entregue às mãos das próprias vítimas da sociedade, para que esta comunidade pudesse se autodefender”. A sua experiência na Seafro, portanto, era a primeira (ALMADA, 2021, p.121).

secretaria de governo. Além disso, à época, o debate sobre ações afirmativas já estava bastante intenso na sociedade por conta dos frutos das discussões ocorridas na Conferência de Durban. Desta forma, o diálogo entre a Fundação Cultural Palmares, o Ministério da Educação, o Ministério das Relações Exteriores e a própria SEPPIR teve que ser bem estabelecido<sup>14</sup>.

Contudo, este foi um princípio difícil de se colocar na concretude, pois os projetos ligados à questão racial recebiam pouca verba. Sendo assim, as dificuldades enfrentadas se deram tanto no âmbito das ideias, ao ter que se colocar contra um imaginário racista sustentado por um equívoco como a democracia racial, quanto no cotidiano, ao tentar executar uma política pública e não encontrar condições materiais para tal.

Ribeiro expõe que as suas principais ações na Secretaria foram: estreitar a relação com África (Lula realizou, ao total, 21 comitivas ao continente, e Ribeiro pôde estar presente em todas); a elaboração do decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003, decreto este que regulamentou as terras ocupadas por comunidades quilombolas; a tentativa de estabelecer uma relação internacional para o diálogo sobre as relações raciais, tendo em vista os caminhos abertos pela Conferência de Durban; e a atenção dada a especificidade da saúde da população negra. Além disso, no comando da Secretaria, tinha como premissa a ideia de que as ações afirmativas com recorte racial eram um importante meio de democratizar o acesso ao ensino superior, considerando a criação de vagas para negros e indígenas como uma forma de ampliar as oportunidades para os pobres.

Uma outra importante ação feita por esta Secretaria foi a instituição do Estatuto da Igualdade Racial, no dia 20 de julho de 2010, por meio da Lei 12.288/10. Matilde Ribeiro não estava mais no cargo de ministra neste momento, quem o ocupava era Eloi Ferreira Araújo. A importância de citar o Estatuto se dá pois ele foi criado com o objetivo de ser uma referência para o Estado no que tange à promoção dos direitos de todo cidadão brasileiro, ao combater a discriminação e a intolerância étnica, garantir a igualdade de oportunidades e os direitos étnicos individuais (RIBEIRO, 2013).

Retornando aos relatos de Matilde Ribeiro, um desafio exposto pela intelectual foi a experiência de ser parte do movimento negro e, ao mesmo tempo, ser uma ministra do governo federal. Se, por um lado, esse pertencimento na militância lhe ofertou ferramentas de comunicação e conhecimento sobre as necessidades desse grupo social, por outro, Ribeiro aponta que muitas vezes não pôde atender as demandas do movimento:

---

<sup>14</sup> A autora expõe melhor sobre este ponto em sua entrevista para o programa “Trilhas da Democracia”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nJmx7xe3QHU>>. Acesso em: 28 de set. 2021.

Por participar do movimento social e ainda participar, trouxe uma questão vital pra mim. Não era uma coisa que estava numa memória passada, faz parte da minha vida. Então esse foi um grande desafio, aprender a dizer não, diante de uma situação que eu conhecia muito bem e sabia qual era a origem das demandas. E aprender a dizer não pelo seguinte...embora eu tivesse lá para dizer sim, tem as exceções, tem o orçamento, tem a distância entre a lei e a vida, tem tanta coisa...num primeiro momento, a palavra “não” é muito mais exequível do que o “sim”. Então este foi um grande desafio (Entrevista).

Apesar dos percalços no âmbito individual, para a intelectual, a experiência de estar no ministério foi muito importante e enriquecedora. Ribeiro relata um aumento da compreensão do que é o Brasil, da compreensão sobre políticas públicas e também sobre o funcionamento do Estado. Além disso, expõe que o cargo público mudou sua forma de fazer militância:

Eu não tenho mais necessidade de estar em mil coisas, em mil rodas. Decidi que a questão que ia passar a perseguir, como militante, era a questão quilombola, a partir de então. Com o entendimento de que não sou quilombola, mas que posso apoiá-los. Então, essa experiência com a questão quilombola mudou minha visão de mundo, me estruturou como um ser político de maneira mais consistente. (BRASIL, 2016, p. 65).

Agora, no âmbito coletivo, Ribeiro aponta que o maior ganho com a Secretaria foi a possibilidade de criar e experimentar um desenho institucional para as políticas de igualdade racial. Reconhece, no entanto, que a resposta foi “muito aquém do necessário”, já que estamos falando em uma estrutura de desigualdade que perdura no Brasil há vários séculos.

Matilde Ribeiro se manteve no cargo de Ministra até 2008. O cargo foi liderado, posteriormente, por Édson Santos (2008-2010), Eloi Ferreira Araújo (2010), Luíza Helena de Bairros (2011-2015) e Nilma Lino Gomes (2015). Contudo, ao longo deste tempo, podemos notar que a Secretaria foi perdendo protagonismo no plano orçamentário do governo e em seus projetos de política pública. De 2011 até o atual momento, os investimentos na pasta vêm sofrendo uma queda brusca. Em 2010, a Secretaria teve acesso a mais de R\$ 15 milhões, porém, após este ano, os números abaixaram muito até, em 2017, chegarem a apenas R\$ 821 mil<sup>15</sup>. Além disso, neste meio tempo, a então Presidenta Dilma Rouseff incorporou a Secretaria ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos por meio da medida provisória nº 696 de 2 de outubro de 2015<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> Estes números foram extraídos da matéria feita pelo jornal Gênero e Número, a qual pode ser consultada em: <<https://www.generonumero.media/futuro-da-secretaria-nacional-de-politicas-de-promocao-da-igualdade-racialpreocupa-movimento-negro/>>. Acesso em: 28 de set. 2021.

<sup>16</sup> A medida provisória pode ser conferida no site do Governo Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/mpv/mpv696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/mpv/mpv696.htm)>. Acesso em: 28 de set. 2021. Posteriormente, em 5 de abril de 2016, a MP se tornou lei, sob o nº 13.266, que também pode ser acessada através do site <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/Lei/L13266.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Lei/L13266.htm)>. Acesso em: 28 de set. 2021.

### 3.3 As proposições da Lei 10.639

No início da década de 2000, tivemos outra conquista importante para o movimento negro, a qual podemos chamar de uma “pequena revolução jurídica” (FLORES, 2006). As demandas por *reconhecimento*, que puderam ser parcialmente atendidas no decorrer da existência da SEPPIR, também ganharam um reforço na promulgação da lei 10.639, o que ocorreu no ano de 2003. A promulgação desta lei é resultado do projeto de lei nº 259 de 1999, que foi apresentado por Esther Grossi (PT/RS) e Benhur Ferreira (PT/MS).

O seu objetivo é inserir o ensino da História da Cultura Afro-brasileira no currículo da rede oficial de ensino com o propósito de ressaltar a contribuição do povo negro para a formação do Brasil, lançando, portanto, um ponto de vista menos eurocentrista sobre a história do país. Tal lei alterou a Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatória a inserção desta mudança nas escolas de ensino fundamental e médio de todo o território nacional (RODRIGUES, 2005).

Sua construção não foi algo que se iniciou no final dos anos 1990, com o projeto de Benhur e Grossi. Havia já algumas décadas que o movimento negro se preocupava com a educação e com o resgate da memória da comunidade negra no país. Edson Cardoso, em entrevista, afirma que a demanda pelo ensino da história da África já havia sido apresentada pelo movimento negro de Pernambuco anos antes. Do mesmo modo, Paulo Paim, Abdias do Nascimento e Benedita da Silva também já haviam elaborado projetos com o mesmo teor (ALBERTI, V.; PEREIRA, A. A., 2007).

Hélio Silva Junior chama atenção para o mesmo ponto e acrescenta que à preocupação pela educação, somou-se a preocupação para preparar as pessoas para encararem a diversidade, em busca de uma mudança no padrão das relações sociais. Além disso, relembra que a inserção da história da África no currículo era algo que já estava presente nas demandas do movimento negro na Constituinte, como apontamos no subcapítulo 2.4 (ALBERTI, V.; PEREIRA, A. A., 2007).

Em entrevista, a Professora Petronilha B. Gonçalves e Silva resgatou esta trajetória de construção da lei e acrescentou mais alguns passos a ela. O trecho desta entrevista é longo, mas é também muito esclarecedor pois nos mostra como essa luta é antiga:

Havia conselhos estaduais, conselhos municipais, que já haviam se manifestado no sentido de ensinar história e cultura dos negros e dos africanos, que é o caso de Florianópolis, e de Venâncio Aires, do interior do Rio Grande do Sul. Eu não tenho certeza qual deles foi o primeiro, mas esses dois Conselhos de Educação já tinham estabelecido que a cultura dos afro-brasileiros tinha que ser ensinada nas escolas municipais. (...) É importante dizer que, embora esses textos legais sejam os primeiros...mas que o ensino de história e cultura já acontecia em muitos Estados. Na

Bahia, por exemplo, lá nos anos 1985 e 1986 já tinha formação de professores do ensino básico para o ensino de história da África. O movimento negro propunha...o CEDENPA<sup>17</sup>, no Pará, estava fazendo a formação de professores. Há aqui, no Rio Grande do Sul...em São Paulo, os agentes de pastoral negros, movimento União e Consciência Negra...reuniam professores negros e outros professores não-negros, que pudessem se interessar, vinham para essa formação de professores. Eu gosto de insistir nisso, não por simplesmente por gosto, mas para se salientar que realmente não é alguma coisa que saiu da cabeça de um grupo de conselheiros, né, do conselho de educação (Entrevista).

A intelectual também ressaltou a importância de professoras negras na construção da lei. Os temas ligados à história e cultura afro-brasileira e africana estavam sendo tratados por elas há muito tempo dentro de suas salas de aula, no momento em que falar sobre isso não era socialmente bem visto. Com o passar das décadas, a pauta foi adotada pelo movimento negro e pelos políticos negros:

Então, sobretudo no 13 de maio, para se desmanchar os equívocos com que se celebrava essa data, e também no 20 de novembro, os grupos do movimento negro iam às escolas, antes dessas datas, para saber se ia acontecer alguma coisa, e se propunham a fazer alguma atividade junto aos alunos, que variava tanto de uma conversa com os alunos, ou apresentação de manifestações de cultura afro. É uma construção antiga que parte de professores, e que vai partir de uma continuidade no movimento negro (Entrevista)

Ademais, ao expor que nem todos os professores viam o ensino da temática como uma forma de combater o racismo, Petronilha explica que a razão disso estava na incompreensão, por parte destes professores, sobre a importância de se estudar a história e a cultura de um povo. A partir disso, ressalta que a relevância da lei está na importância de que todos os brasileiros conheçam a história de diferentes segmentos da população, de origens étnico-raciais distintas. Por muitos anos, o currículo básico contemplou apenas a história do europeu, quando a população afro-brasileira representa a maior parte da população brasileira.

### 3.3.1 O “Parecer Petronilha”

Em 17 de abril de 2003, foi instituído um Grupo de Trabalho formado por integrantes do Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação, da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e da Fundação Cultural Palmares. Este grupo tinha como intuito discutir sobre os parâmetros ligados ao ensino da História e Cultura Afro-brasileiras e interpretar a lei para uma melhor aplicação para os professores da rede de ensino.

---

<sup>17</sup> O Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA) é uma entidade sem fins lucrativos que foi fundada em 1980 com o objetivo de contribuir para o processo de luta contra as desigualdades socio-raciais, de gênero, entre outras. Para mais informações sobre o Centro, acesse: <http://cedenpa.org.br/>. Acesso em 07 de mar. 2022.

O Ministério da Educação havia decidido, como orientação ligada ao compromisso assumido em Durban, que um dos integrantes do CNE deveria ser um representante da sociedade civil. Assim, a Profa. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva foi escolhida pelo movimento negro para representar as suas demandas sobre história, cultura e educação. No final deste processo, Petronilha, tendo sido a primeira pessoa negra a integrar o CNE, foi responsável pela redação do parecer no. 003/2004, que, somado à resolução no. 1, de 17 de junho de 2004, foram responsáveis pelo estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

O parecer no. 003/2004, denominado como Parecer Petronilha pelo movimento negro, foi uma construção coletiva. Em seu texto, Petronilha expõe que as questões objeto do parecer foram construídas a partir de um questionário respondido por grupos do Movimento Negro, militantes autônomos, Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, professores que trabalhavam com a questão racial e pais de alunos. Portanto, fica claro que a intelectual atuou enquanto uma representante do movimento negro e de uma demanda histórica da luta antirracista. Em entrevista, Petronilha expôs que:

Quando eu ingressei no Conselho, eu pensei que uma coisa que seria importante, seria conversar com colegas...pessoal do movimento negro, que estava em Brasília em diferentes órgãos. (...) . Então, eu propus e o Conselho aceitou...eu ficava sempre um dia a mais. Acabava a reunião do Conselho, e no dia seguinte, eu me reunia com pessoas do movimento negro que estavam em Brasília, em diferentes órgãos. O Ivair Augusto dos Santos estava no Ministério da Justiça, a Jesus de Romão estava na Unesco, a Raquel de Oliveira estava no Ministério da Educação, a Lurdinha Siqueira e o Carlos Moura estavam na Fundação Palmares; (...) por que era importante...? Eles eram do movimento negro, eles estavam em Brasília, e como se formavam essas políticas...nós nos reuníamos e discutíamos o que seria importante (Entrevista).

Petronilha aponta que esta articulação era importante porque o conselho não precisava apenas de uma “cara preta” entre os seus integrantes. Ele precisava de alguém com consciência das pautas do movimento.

Então, feita essa consulta, nós começamos a fazer a redação. E a redação era de minha responsabilidade. Eu redigia e os colegas da comissão liam, sugeriam, modificavam. E não só eles, muitas pessoas foram consultadas. E tem passagens do parecer...Antes eu sabia a contribuição de cada um, hoje..de algumas pessoas, eu ainda me lembro. Mas as pessoas que sugeriram, ao ler, elas certamente sabem ‘essa sugestão, foi minha sugestão’...de pontos, né...nós fizemos um texto básico e fomos submetendo(...) Então, como eu te disse, tiveram muitas passagens que foram realmente sugestões, são questões que as pessoas propunham...reformulação de redação. (...) porque a gente tentou, e acho que conseguiu fazer uma ampla discussão e contribuição (Entrevista).

No entendimento da professora, essa discussão com professores, pais e militantes foi uma forma de democratização. Isso porque, para Petronilha, os sistemas de ensino e as

propostas curriculares não podem ser concebidos de forma centralizada, como é de costume. É preciso incluir todos os envolvidos, desde diferentes profissionais da educação até alunos e familiares (SILVA, 2001).

A centralização das decisões parece ocorrer pois as instituições ignoram os saberes acumulados daqueles que estão envolvidos com as atividades práticas e cotidianas do ensino. Como expõe a intelectual, diversos estudos já demonstraram que a participação efetiva destes outros atores sociais gera resultados muito mais benéficos. Assim, ao responder se a educação pode ou não prevenir contra o racismo e a intolerância, Petronilha afirma:

Pode e não pode. (...) Pode, quando todos se envolvem em pé de igualdade, superando hierarquias, discriminações, ideias preconcebidas e buscando, em conjunto, caminhos e soluções. Não pode, quando continuam uns a decidir, comandar e outros a executar o que aqueles planejam, preveem, com base tão somente em concepções, aspirações de sua classe social, de seu grupo” (SILVA, 2001, p. 115).

### 3.3.2 A SECAD

A implementação de uma lei é algo que gera uma mobilização de vários setores da sociedade. De acordo com André Luiz de Figueiredo Lázaro (2013), a implementação da lei 10.639 impactou as estruturas administrativas, a organização curricular e o cotidiano escolar. Isto se deu porque, como nos mostra Márcia Lima (2010), os planos de implementação de políticas de educação no geral, e os da referida lei, em específico, costumam seguir seis eixos estruturantes: 1) fortalecimento do marco legal; 2) política de formação para gestores e profissionais de educação; 3) política de material didático e paradidático; 4) gestão democrática e mecanismos de participação social; 5) avaliação e monitoramento; e 6) condições institucionais.

A partir desta estrutura, diversas medidas foram adotadas a fim de responder às necessidades de execução da lei. Uma delas foi a criação, em 2004, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad). A Secretaria foi uma política de governo, não de Estado; portanto, não fez parte do organograma do Ministério da Educação. A sua ideia básica era adicionar, na política educacional do país, a palavra “diversidade”. Por esse motivo, abrangia diversos segmentos que compõem a sociedade brasileira: os temas ligados à cultura indígena, a experiência étnico-racial, de gênero e de orientação sexual, além de programas educacionais para comunidades quilombolas.

A tabela produzida por Márcia Lima (2010, p. 87) nos ajuda a ter uma ideia da importância da Secretaria, pois nos mostra quais foram os principais programas realizados por esta:

<p><i>Secad (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade)</i></p>	<p>Criada em julho de 2004.</p> <p>Principais programas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Educação Quilombola – apoio técnico e financeiro aos municípios que possuem áreas de remanescentes de quilombos).</li> <li>2. Programa Diversidade na Universidade PIC (Projetos Inovadores de Cursos) – apoio a instituições que tenham, pelo menos, um ano de experiência na gestão de projetos educativos inovadores voltados para grupos socialmente desfavorecidos. Para concorrer ao financiamento, as instituições devem ter ao menos 51% de afrodescendentes e/ou indígenas entre os alunos matriculados e repassar entre 40% e 50% do valor recebido para os estudantes, a título de bolsa de manutenção.</li> <li>3. Conexão de Saberes – apoio a jovens universitários de origem popular na produção de conhecimento científicos para intervenção em seus territórios de origem. Diversas ações na formação de professores para os novos conteúdos seguindo a Lei 10.639.</li> <li>4. Tutoria de Ensino Médio – nesta experiência, a Secad ofereceu 720 bolsas de permanência para alunos afro-brasileiros que estão cursando o Ensino Médio.</li> </ol>
--	--

O professor Valter Silvério permaneceu enquanto integrante da Secretaria entre 2004 e 2005. Com isso, se tornou uma das primeiras pessoas negras a ter um cargo de confiança no Ministério da Educação<sup>18</sup>. Silvério nos conta que compôs um grupo de trabalho totalmente formado por professores universitários. A função deste grupo era discutir estratégias para implementar, na educação, temas que eram pouco representados contemporaneamente, como a questão do campo, das populações ribeirinhas, dos povos tradicionais e das comunidades indígenas e negras. Não era uma tarefa fácil: “nós [a] chamávamos de secretaria dos assuntos impossíveis de serem resolvidos” (Entrevista). Apesar disso, o intelectual julga que a experiência no órgão foi muito importante, pois lhe proporcionou um conhecimento não só sobre como funcionam as estruturas Estatais, como também sobre quão diverso é o país:

A experiência foi muito importante no sentido de que, primeiro, eu sou uma pessoa que hoje conheço cultura de Estado. (...) Aprendi muito nesse período. E nesse grupo de trabalho, aprendi mais ainda. Aprendi, por exemplo, que o Brasil não tem 5 regiões,

<sup>18</sup> Esta afirmação foi feita pelo próprio Prof. Valter Silvério em entrevista.

tem 16 regiões. Quando você pensa em termos econômicos, essa coisa toda...  
(Entrevista)

Silvério teve um papel importante dentro da Secretaria. Um deles foi a elaboração do edital do Projeto Uniafro, um programa que destinou recursos financeiros para instituições de ensino superior com o objetivo de fomentar ações que visassem o preparo de professores da educação básica para o ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira, além da concepção de um material didático específico para o Programa de Ações Afirmativas para a População Negra<sup>19</sup>. O professor foi uma peça importantíssima na elaboração do edital:

Foi a primeira vez que se financiou pesquisa afro-brasileira no Brasil. Não só estive presente na elaboração como eu fui em Congressos da ABPN, no Maranhão...eu fui para a reunião da diretoria de Congresso...e eu também era da ABPN<sup>20</sup>, né...para dizer que aquilo estava acontecendo e também haveria apoio para a Associação. Bom, resultado é que hoje existem mais de 100, 130 NEABs<sup>21</sup> no Brasil. Isso foi uma política importante, embora ela tinha algumas características, né...Por exemplo, uma das questões que as pessoas não gostavam é que o edital exigia que o coordenador da proposta fosse um doutor. Então, assim, tinha um caráter acadêmico, não tinha um caráter paternalista, e isso não agradou muito as pessoas. Eu acho que isso [o edital] foi muito importante (Entrevista).

O que está exposto nesta fala é que estas ações alcançadas no âmbito da Secretaria tinham como intuito fortalecer uma rede de pesquisadores e pesquisadoras negros e negras ou aqueles que se debruçavam sobre a temática racial nos seus estudos, assim como fortalecer a produção de conhecimento acerca desta área de estudos a fim de gerar conteúdo para as aulas sobre história e cultura afro-brasileira.

Isto é algo interessante a se observar, porque, se retomarmos as reflexões do início desta dissertação, veremos que poucas décadas antes, os intelectuais e pesquisadores negros eram figuras raras nos meios acadêmicos. Assim, nota-se que, com o fortalecimento do movimento negro no espaço público e com a inserção de seus militantes e intelectuais nas instituições públicas governamentais, novas medidas de incentivo à formação intelectual e educacional em prol da comunidade negra começaram a surgir.

<sup>19</sup> Para mais detalhes sobre o Uniafro, consultar: <http://portal.mec.gov.br/uniafro> (Acesso em: 28 de set. 2021).

<sup>20</sup> A Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) é uma organização sem fins lucrativos criada em 2000 com o objetivo de congregar e fortalecer pesquisadores/as negros/as e todos aqueles que trabalham com temas de interesse das populações negras. Mais informações estão disponíveis em seu site: <https://www.abpn.org.br/quem-somos>. Acesso em: 28 de set. 2021.

<sup>21</sup> Os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABs) são frutos do aumento do número de estudantes e professores/as negros/as no ensino superior. Estes Núcleos estão espalhados por várias Universidades Públicas do país e, assim como a ABPN, têm como objetivo abrigar e fortalecer pesquisas de interesse da população negra. Na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), o NEAB foi criado em 1991, e desde então têm desenvolvido diversas atividades de pesquisa, ensino e extensão. Para mais informações, acesse: <http://www.neab.ufscar.br/>. Acesso em: 28 de set. 2021

### 3.3.3 Uma breve contextualização histórica: os elementos histórico-sociais que possibilitaram a institucionalização da lei 10.639

As ações afirmativas são um conjunto de políticas públicas voltadas para a eliminação da discriminação e da desigualdade que atingem diversos grupos marginalizados na sociedade. De modo geral, são medidas que compreendem uma junção entre políticas de reparação e políticas de reconhecimento.

A lei 10.639, por sua vez, enquanto uma importante política de ação afirmativa, faz parte de um contexto social e histórico em que a busca pelo reconhecimento passa a ser um valor do Estado e da sociedade civil, e, portanto, torna-se uma meta à nível internacional. Podemos apontar, brevemente, quais são os novos elementos deste contexto do ponto de vista jurídico e epistemológico.

A começar pelo aspecto jurídico, de acordo com Zélia Amador de Deus (2019), importante intelectual do campo da educação e militante histórica do movimento negro, a primeira fase de proteção dos Direitos Humanos foi marcada pela adoção de diversos instrumentos internacionais de proteção que visavam a garantia de direitos universais aos indivíduos. Portanto, havia aqui a concepção de que todo cidadão, na condição de um ser humano como qualquer outro, dotado de dignidade e unicidade existencial, deveria ter garantidos os seus direitos econômicos, sociais e culturais.

É importante citar que, neste momento, a palavra “diferença” era absolutamente temida, já que o mundo havia presenciado recentemente os terrores do extermínio nazista. Logo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi concebida a partir de uma concepção de igualdade abstrata e genérica, a fim de extinguir qualquer ideia de que haveria indivíduos diferentes e, portanto, inferiores.

Zélia Amador expõe, então, que, com o passar do tempo, esta noção de igualdade é esgotada e se mostra insuficiente para superar os episódios de discriminação e preconceitos nos diversos países. Passa a ser compreendido que, para que cada indivíduo tenha seus direitos fundamentais garantidos, a sua condição social, cultural e histórica deve ser encarada em sua especificidade. Em síntese, há uma valorização do direito à diferença enquanto direito fundamental.

Neste novo contexto, veremos ser adotada uma nova concepção de igualdade. Assim, o foco deixa de ser a observação da igualdade na linha de chegada – o que dá base para uma *igualdade formal* – e passa a ser a garantia de igualdade no ponto de partida, preceito este que dará forma à uma concepção de *igualdade material*. Esta última concepção, por sua vez, prevê

uma igualdade material que corresponde a dois aspectos: o ideal de justiça social distributiva, ligada ao critério socioeconômico, o qual sustentará políticas de reparação, como as ações afirmativas com recorte racial nas universidades públicas, por exemplo; e o ideal de justiça social de reconhecimento, que se orientará pela valorização de critérios de gênero, raça, etnia, orientação sexual, entre outros, e sustentará políticas como a lei 10.639 (DEUS, 2019). Como se vê, esta nova forma de encarar o conceito de igualdade prevê também, para além das medidas de punição e proteção ao indivíduo, medidas de promoção de recursos eficazes para reparação, ressarcimento e indenização.

Neste sentido, em 1965, instituiu-se a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial (CERD). A Convenção previu a eliminação de todo tipo de manifestação de discriminação racial. Em 1968, o Brasil tornou-se signatário deste documento e se comprometeu a estabelecer medidas em apoio a comunidade negra do país. Em 2001, os preceitos repressivos e compensatórios serão reforçados também na Conferência de Durban, a qual foi tratada por nós no subcapítulo 3.1.

Do ponto de vista epistemológico, a promulgação da lei 10.639 faz parte de uma nova organização intelectual que vimos ascender na segunda metade do século XX. A chamada era do “pós-modernismo” representa uma importante virada para a cultura ao lançar ao mundo uma nova perspectiva para as relações sociais. Perspectiva esta que mira mais nas práticas cotidianas, nas narrativas locais e no descentramento de antigas hierarquias do que nas grandes narrativas, nas instituições e nas estruturas sociais.

Esta nova organização intelectual traz consigo novos princípios teóricos. Edson Borges (2015), a partir do historiador José C. Reis, nos aponta três deles: 1) reabilitação da ação do sujeito ao priorizar a historicidade ao invés da estrutura; 2) paradigma “interpretativo”: especial atenção para as ações, motivos, sentimentos; 3) abandono do ideal da neutralidade, em que o pesquisador busca uma objetividade do conhecimento, para a conscientização sobre o pertencimento deste pesquisador ao mundo social que estuda.

Estes deslocamentos do macro para o micro, ou da estrutura para a ação, fazem com que a teoria deixe de priorizar as características universais e passe a se atentar mais para as diferenças. Nesse sentido, as categorias que serviram enquanto os principais pilares da modernidade ocidental passam a ser questionadas, tais como: gênero-patriarcado; etnia; raça-racismo, etc. (BORGES, 2015; HALL, 2003). Em decorrência disso, aquelas leituras do passado que privilegiavam determinadas narrativas em detrimento de outros, silenciando determinados personagens e acontecimentos, passam a ser fortemente questionadas pelos atores sociais.

Stuart Hall (2003) aponta que esta produção de questionamentos provinda das margens da sociedade não é produto apenas de uma abertura para a diferença nos espaços dominantes; é, também, resultado da luta de diversos movimentos sociais organizados, de políticas culturais da diferença, da produção de novas identidades e da inserção de novos sujeitos no cenário cultural e político.

Contudo, o autor alerta que este contexto pode, também, representar uma abertura ambígua para a diferença, isto é, uma abertura que permita expressões distintas e contra hegemônicas, mas que, na prática, não modificam as relações de poder. Tendo isso em vista, compreendemos, com base nos diversos argumentos utilizados por intelectuais públicos negros, que a instituição da lei 10.639 pode representar uma mudança significativa ao inserir a diferença de forma positiva no campo da educação.

### **3.3.4 A crítica à produção canônica e a necessidade de uma descolonização epistemológica**

Neste contexto de maior abertura para a discussão sobre a diferença, é aprovada a lei 10.639. Esta lei representa, a partir da proposição de uma discussão mais frequente e aprofundada sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, uma estratégia do movimento negro e de seus intelectuais de combater o racismo de forma mais profunda, ao olhar de modo crítico para a elaboração de conteúdo da educação básica e exigir a descolonização de seus currículos, isto é, a quebra da lógica eurocêntrica de ver a história (SILVÉRIO, 2015).

Como nos esclarece Nilma Lino Gomes, “o ato de *falar sobre* algum assunto ou tema na escola não é uma via de mão única. Ele implica respostas do “outro”, interpretações diferentes e confrontos de idéias” (2012, p. 105). Contudo, o que os intelectuais negros querem dizer quando afirmam que o currículo escolar da educação básica apresenta uma perspectiva eurocêntrica e um olhar colonizado sobre a África e a cultura afro-brasileira?

Kabenguele Munanga (2015), em um artigo sobre a importância da lei 10.639, nos dá algumas pistas para a resposta. De acordo com Munanga, o olhar colonizado enxerga tudo o que está de certa forma ligado ao continente africano, ou este próprio continente, de forma distorcida, preconceituosa e falsificada. Esta forma de encarar o negro e suas sociedades e/ou culturas é algo antigo e pode ser exemplificada pela interpretação de Hegel sobre a África.

Munanga expõe que Hegel, ao analisar a África, concluiu que este não era um continente desenvolvido historicamente. Isso se daria porque, para se ter história, na concepção deste filósofo, seria necessário ter uma consciência sobre esta história, e não apenas vivê-la. Ou seja, a historicidade seria uma apreensão racional sobre o tempo e o espaço. Para Hegel, o motivo

desta “inconsciência” do tempo para os Africanos seria sua incapacidade de compreender a marcha racional do mundo, já que estariam sempre imersos em fenômenos irracionais, como a magia, o fetichismo, os sacrifícios humanos, dentre outros.

Após expor este exemplo, Munanga afirma que não reconhecer a historicidade da África impede a História de captar as dinâmicas e os produtos da diáspora negra. Ou seja, condena-se um continente inteiro e tudo o que está ligado a ele. Na historiografia brasileira, uma das consequências desta condenação foi o apagamento das histórias de resistência do povo negro na época da escravidão. Em seu lugar, observamos a predominância de relatos sobre a ação dos brancos na abolição da escravatura e um apagamento ou uma exposição negativa da memória dos descendentes de africano. Ou, como afirmaria Zélia Amador de Deus (2012, p. 233), “a violenta luta contra a escravidão [por parte dos escravizados] foi cunhada de atos bárbaros e o comportamento dos negros e negras, lido como patologia social; mais tarde, a patologia social se transforma em patologia biológica”.

Neste contexto, ainda ancorando-nos no pensamento de Zélia Amador, o educador tem um importante papel na quebra do olhar colonizado, pois, além de cumprir com suas funções usuais, precisa buscar meios de desconstruir estas imagens estereotipadas, dando lugar para uma África múltipla e diversa. Em complemento à observação de Munanga, a intelectual afirma que os estudos sobre o negro na historiografia comprometeram demasiadamente a formação destes profissionais, já que seguiram a seguinte ordem: em um primeiro momento, foram marcados por uma política ideológica da democracia racial, conferindo ao negro uma imagem folclorizada; num segundo momento, foram baseados pela comparação entre o racismo no Brasil e nos EUA, gerando a perspectiva de que aqui o racismo seria mais benevolente; por fim, em um terceiro momento, os estudos sobre a raça passaram a ser vistos a partir da desigualdade social, sendo, portanto, subsumido à categoria classe (DEUS, 2012).

A quebra desta lógica apontada por Zélia tem, como um dos passos, a superação do eurocentrismo, termo que já citamos em alguns momentos nos trechos acima. Podemos compreender o eurocentrismo a partir dos estudos de Edward Said (2007), autor que se propôs a explicar esta divisão binária do mundo a partir do conceito de orientalismo, que diz respeito à desumanização e inferiorização dos povos que pertencem ao oriente.

Said busca ilustrar, analisar e refletir sobre o orientalismo enquanto um exercício de força cultural. Assim, se a alegação do orientalismo está no campo da cultura, se faz necessário olhar para o discurso para conseguir compreender de que modo a cultura europeia conseguiu produzir o Oriente em seu âmbito político, sociológico, ideológico e científico. Desta forma, o oriente é quase uma invenção europeia. Ele é visto não a partir da imagem e da voz do próprio

oriental, mas sim através da perspectiva e da interpretação do ocidente. Logo, um dos pontos importantes desta obra está em demonstrar que a divisão do globo em duas partes é uma criação humana com uma origem histórica determinada e com características, objetivos e fronteiras possíveis de se definir.

O Oriente ajudou a conceber uma imagem sobre o Ocidente a partir da experiência de contraste. Criar uma representação inferior sobre o outro, é colocar-se enquanto superior, mais civilizado. Contudo, essa ideia de concepção do oriente não fica simplesmente no imaginário; ela tem efeitos concretos. Ambos os polos representam os seus papéis como um modo de discurso tendo como base as instituições, o vocabulário, a doutrina e as burocracias.

O que o autor busca mostrar é que a estrutura do orientalismo é sustentada a partir da produção de conhecimento sobre o oriente. O saber sobre a questão racial, a cultura, a história, tradições e a sociedade oriental como um todo ensejam a possibilidade de domínio. Esta postura exploratória não vem sem um juízo de valor, é claro; com isso, as descrições de uma sociedade são seguidas da classificação do seu modo de vida. O oriental passa a ser visto enquanto ser irracional, infantil, depravado e com problemas para o pensamento lógico, enquanto o europeu se coloca como racional, virtuoso e maduro.

Estes pontos sugeridos por Said podem ser observados no modo como o conhecimento sobre o negro se organiza no Brasil. Zélia Amador (2012) observa que os olhares que recaem sobre o continente Africano e a cultura afro-brasileira se concentram no tratamento de temas que os enquadram enquanto o Outro não-civilizado, enquanto algo exótico. Os estudos sobre estas culturas se detêm, muitas das vezes, nas relações de parentesco, nas expressões religiosas e nas manifestações folclóricas.

A representação inferiorizada sobre o negro no imaginário social gera, dentre outras coisas, duas consequências para o negro: a invisibilidade sobre a sua história ou, quando esta é abordada, o é de forma negativa (ADAMS JR., 2013). Hélio Santos, ao comentar sobre a história no Brasil, demonstra não só esta invisibilidade como também esta representação negativa sobre estes sujeitos:

A invisibilidade da questão racial do negro brasileiro é incontestável. (...) De todas as grandes questões nacionais nenhuma outra é tão dissimulada quanto a racial em nosso país. (...) Os historiadores oficiais, quando retratam os negros, atuam como se fossem, não historiadores, mas sim, contadores de estórias. (...) A história narrada nas escolas é branca, a inteligência e a beleza mostradas pela mídia também o são (SANTOS, 2001, p. 81).

Portanto, como podemos ver, a análise sobre o discurso é primordial para compreendermos a construção da diferença, pois é o discurso que nos possibilita dar sentido ao mundo, ao nos oferecer um significado às práticas e às instituições. Há, portanto, no discurso,

o poder de nomear quem será beneficiado e quem será vítima de uma organização racista da sociedade (HALL, 2017).

Assim, a lei 10.639 surge enquanto uma saída ontológica e epistemológica, que gera impactos objetivos e subjetivos, ao contribuir com a possibilidade de superação desta perspectiva histórica e deste imaginário social. Ao propor o ensino de história e cultura afro-brasileira, estes intelectuais buscam romper com este estilo de pensamento que diferencia, em termos hierárquicos, a Europa e os demais continentes que foram colonizados (DEUS, 2012). E isto só foi possível porque a análise dos/as intelectuais públicos negros/as não é apenas constativa, mas também propositiva.

Por fim, é importante que tenhamos em mente que, na perspectiva do movimento negro e de seus intelectuais, a luta pela inserção da diversidade na educação não se restringe apenas ao universo pedagógico, mas diz respeito à luta pela democratização como um todo, pois, como afirma Nilma Lino Gomes (2010, p. 20), é “dever democrático da educação escolar e das instituições públicas e privadas de ensino a execução de ações, projetos, práticas, novos desenhos curriculares e novas posturas pedagógicas, (...) , no qual deve estar incluído o direito à diferença”. Neste sentido, como pudemos ver, a participação do movimento negro em Durban e a luta pela criação da SEPPIR, reforçando a importância das políticas de ações afirmativas, significou, dentre outras coisas, a busca de uma outra possibilidade de representação do negro no imaginário social, sendo a educação um elemento central para a conquista deste objetivo.

#### **4. A inserção da diferença no Ensino Superior**

O sistema educacional é pensado pelo movimento negro e por seus intelectuais em todas as suas fases, e o ensino superior ganha especial atenção nas críticas destes atores. A desigualdade racial naturalizada e a concepção de um lugar social para o negro na sociedade brasileira fazem com que a exclusão destes no espaço universitário seja algo normalizado.

É por este motivo que, na perspectiva dos intelectuais negros, a implementação das ações afirmativas no ensino superior significa não só o acesso ao conhecimento, à dignidade e ao direito à cidadania, como também a possibilidade de se estabelecer um respeito às diferentes raízes que constituem o país e a chance de trazer para este universo uma outra interpretação sobre a raça a partir de outros saberes identitários e estéticos (GOMES, 2003; SILVÉRIO; SILVA, 2004).

Tendo isso em vista, neste capítulo, nos focaremos nas discussões propostas pelos intelectuais públicos negros sobre as ações afirmativas com critério racial no ensino superior, tendo, como objetivo, explorar um pouco mais sobre quais são as suas perspectivas sobre conhecimento, diferença, intervenção política e, é claro, democracia.

##### **4.1 Sobre a lei 12.711: o seu significado e importância**

A bibliografia que trata sobre as ações afirmativas traz definições e ênfases distintas a respeito do significado e do propósito desta política pública. Contudo, há um núcleo que une todas estas perspectivas. Paulo Vieira e Priscila Medeiros (2012) apontam três características que fazem parte deste núcleo. A primeira é que as ações afirmativas podem estar presentes tanto no âmbito privado quanto no público, isto é, podem ser adotadas tanto por empresas, sindicatos e organizações do terceiro setor, quanto nas esferas municipais, estaduais e federais. Elas podem ser implementadas enquanto reserva de um certo número de vagas para estudantes de determinados perfis, como cotas, bônus ou vagas suplementares<sup>22</sup>.

Em relação a isso, Valter Silvério nos apontou, em entrevista, que o interesse pela inclusão da diversidade no processo de seleção das empresas tem aumentado bastante nos últimos anos, inclusive para os cargos intermediários e de liderança, como CEOs. Tem crescido

---

<sup>22</sup> Como mostra Claudete Gomes Soares (2015), a política de ações afirmativas acabou por ser reduzida à política de cotas. As ações afirmativas incluem muitas outras pautas ligadas ao combate às desigualdades, e reduzir todo debate à uma política específica parece ter sido danosa para o movimento negro no primeiro momento. Contudo, é inegável que as cotas trouxeram à baila discussões e ações políticas, sociais e uma agenda de pesquisa importantíssima para a questão racial.

o número de empresários que procuram as entidades negras em busca de estratégias para a implementação destas políticas, quando antes, o que ocorria era apenas estas entidades procurarem os empresários. No entanto, o que parece é que esta mudança também não ocorre internamente ao mercado capitalista, mas em diálogo com os acontecimentos na sociedade e um certo aumento da revolta da população contra episódios racistas. O caso George Floyd nos Estados Unidos e caso João Alberto no Brasil, por exemplo, gerou uma grande reação por parte da população antirracista e uma boa repercussão nas mídias<sup>23</sup>.

A segunda característica, que faz parte do núcleo comum para as definições sobre as ações afirmativas, é que esta política busca garantir uma igualdade material e neutralizar os efeitos da desigualdade racial, o que já é pressuposto teoricamente na Constituição Federal, mas precisa de ações concretas para se realizar. Este sentido vai ao encontro da definição de ações afirmativas trazida por Joaze Bernardino Costa, quando este afirma que:

Ações afirmativas são entendidas como políticas públicas que pretendem corrigir desigualdades socioeconômicas procedentes de discriminação, atual ou histórica, sofrida por algum grupo de pessoas. Para tanto, concedem-se vantagens competitivas para membros de certos grupos que vivenciam uma situação de inferioridade a fim de que, num futuro estipulado, esta situação seja revertida. Assim, as políticas de ação afirmativa buscam, por meio de um tratamento temporariamente diferenciado, promover a equidade entre os grupos que compõem a sociedade (COSTA, 2002, p. 256).

Hélio Silva nos esclarece o motivo de ações concretas do Estado serem necessárias para além de uma lei escrita na constituição de um país:

[...] em uma sociedade como a brasileira, desfigurada por séculos de discriminação generalizada, não é suficiente que o Estado se abstenha de praticar a discriminação em suas leis. Incube ao Estado esforçar-se para favorecer a criação de condições que permitam a todos beneficiarem-se da igualdade de oportunidades e eliminar qualquer fonte de discriminação direta ou indireta. A isso se dá o nome de ação afirmativa ou ação positiva, compreendida como comportamento ativo do Estado, em contraposição a atitude negativa, passiva, limitada à mera intenção de não discriminar (SILVA JR, 2010 *apud* RIBEIRO, 2013, p. 25)<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup> George Floyd, um homem negro de 40 anos, foi morto por um policial branco em Minnesota, nos EUA. O vídeo que serviu como denúncia do caso mostra dizendo, repetidamente, “não consigo respirar”, enquanto o policial mantinha o joelho sobre seu pescoço, o sufocando. O caso ficou mundialmente conhecido e deu origem a diversos protestos. Já o caso de João Alberto ocorreu no supermercado Carrefour da cidade de Porto Alegre-RS. João foi morto depois de ser brutalmente espancado por dois seguranças do supermercado. Matéria sobre o caso Floyd está disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policial-branco-com-joelhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghtml>. Matéria sobre o caso de João Alberto, disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/11/20/homem-negro-e-espancado-ate-a-morte-em-supermercado-do-grupo-carrefour-em-porto-alegre.ghtml>>. Ambas foram acessadas em: 28 de set. 2021.

<sup>24</sup> Infelizmente, não pude ter acesso ao livro de Hélio Silva Jr, contudo, por achar esta afirmação muito esclarecedora, optei por trazê-la através de uma citação deste trecho na tese de Matilde Ribeiro.

A terceira e última característica apontada por Vieira e Medeiros é a garantia de um ambiente diverso que faça com que a sociedade perceba que o país é plural, composto de várias culturas, vivências, olhares e comportamentos distintos.

Esta terceira característica traz um ponto importante, pois, de acordo com Medeiros (2014), este processo de luta do movimento negro por ações afirmativas no país, ao postular a positivação da raça e a diversidade cultural presente em nosso território, acabou por levantar profundos questionamentos quanto a autoimagem construída da “nação brasileira”. Aquela narrativa que pressupunha uma identidade homogênea e uma democracia racial, passou a dar lugar a imagem de um país diverso, com conflitos e com muitos desafios políticos pela frente (MEDEIROS, 2014).

A implementação das ações afirmativas a nível federal foi uma conquista que derivou de um longo caminho percorrido pelo movimento negro e seus intelectuais. Vemos que, em 1931, quando temos o surgimento da Frente Negra Brasileira (FNB)<sup>25</sup>, a educação era vista por esta enquanto um meio para a ascensão social e para o progresso material das pessoas negras (SANTOS, 2007). Portanto, este debate já estava posto muito antes da Conferência de Durban, e os intelectuais negros têm papel central nisso, tanto do ponto de vista teórico, através da elaboração de argumentos a seu favor e de uma leitura do Brasil que demonstre a necessidade de uma participação ativa do Estado no combate à desigualdade racial, quanto na participação prática, ao se envolver na luta cotidiana pela sua implementação nas esferas públicas e privadas.

Em 1950, no primeiro Congresso do Negro Brasileiro, Abdias do Nascimento já se colocava a favor da reserva de vagas para os negros nos cursos superiores<sup>26</sup>. Em 1983, o autor propôs, enquanto Deputado Federal, a lei 1332/1983, que propunha uma ação compensatória em respeito ao princípio de isonomia social do negro<sup>27</sup>. Naquele tempo, como o ensino público ainda não tinha as proporções que tomou após a década de 2000, a proposta de Abdias era de

---

<sup>25</sup> A Frente Negra Brasileira (FNB) surgiu em 16 de setembro de 1931, na cidade de São Paulo/SP, com o objetivo de garantir a igualdade de direitos para os negros na sociedade brasileira. Sob a liderança de nomes como José Correia Leite e Arlindo Viegas dos Santos, a instituição realizou diversos eventos culturais e educacionais, tendo se tornado, inclusive, um partido político. Dentre os cem mil integrantes que a compunha, aproximadamente, estavam Abdias do Nascimento e Sebastião Rodrigues Alves. Mais informações estão disponíveis em: <<https://ipeafro.org.br/acervo-digital/documentos/antecedentes-do-ten/frente-negra-brasileira/>>. Acesso em 03 de nov. de 2021.

<sup>26</sup> Desde a década de 1930, o país tem políticas de cotas. A Lei de Nacionalização do Trabalho (L. 1.843, de 7 de dezembro de 1939), conhecida como Lei dos 2/3, foi implementada em 1939 com o intuito de garantir uma porcentagem de vagas para os trabalhadores brasileiros. É importante pontuar que as reações contrárias à esta medida não foram relevantes se considerarmos as reações às cotas raciais (MEDEIROS, VIEIRA, 2012). A lei pode ser consultada em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1843-7-dezembro-1939-411788-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 de set. de 2021.

<sup>27</sup> A lei pode ser consultada em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=190742>. Acesso em: 13/03/2022.

que o Estado pudesse pagar as mensalidades dos cursos universitários como uma forma de reparação. Adiantando um acalorado debate que viria a ocorrer no ano de 2012, o intelectual argumentava que as cotas eram uma questão de justiça, pois o negro havia sido despojado de todos os seus direitos no Brasil. A partir de um argumento simples e assertivo, pontua:

“As cotas também são uma questão de justiça. Não tem nenhum favorecimento, não tem nada de se estar tirando o lugar de ninguém. Ele [o negro], pela posição de construtor do país, devia estar lá [na universidade] há muito mais tempo.” (ALMADA, 2021, p. 143)

Esta fala faz parte de uma entrevista que o escritor concedeu à Sandra Almada, que foi responsável pela elaboração de sua biografia para a coleção *Retratos do Brasil Negro*, publicada em 2009. Aqui, Abdias desenvolve um argumento que seria seguido pelos intelectuais das gerações posteriores. O autor chama atenção para a contribuição do negro na formação do Brasil, salientando que, concretamente, ele é o principal agente na construção do país.

Partindo para outros exemplos, certamente, a Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995, foi um importante acontecimento que veio a contribuir com o fortalecimento desta temática. Como afirmamos no capítulo 2.5, é neste momento que começaremos a ver o termo “políticas de ações afirmativas” circular com mais frequência nas discussões políticas.

Zélia Amador de Deus foi e é um importante nome na luta dessa política pública. Como expusemos no primeiro capítulo, a intelectual fez parte das discussões sobre o tema no Grupo de Trabalho criado no governo Fernando Henrique, em 1995. Em 1996, já com alguma experiência organizativa, Zélia Amador criou um grupo de trabalho no Pará, com características semelhantes ao GTI, a partir do apoio do Cedenpa (Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará). Este grupo tinha como objetivo propor políticas públicas para a população negra do Estado. Como afirma a intelectual:

A gente tinha o respaldo do Artigo 336 da Constituição Estadual, que dá possibilidade de criar políticas de ação afirmativa. A Constituição Federal tinha sido promulgada em outro de 1988 e as estaduais foram discutidas logo em seguida. A gente participou do processo de discussão da Constituição Estadual. Tu não imaginas o que foi negociar esse Artigo 336 com os deputados, com o relator daquele período. Porque o que a gente queria que estivesse na Constituição era política compensatória, mas não dava para sair na dureza “política compensatória”. Então foi todo um jogo, inclusive de palavras. (...) Não usamos o termo “ação afirmativa”, até porque não era o termo que nós estávamos usando naquele tempo.” (ALBERTI, V; PEREIRA, A., 2007, p. 280)

Ao longo da década de 1990, observaremos vários projetos que versam sobre ações afirmativas para negros tramitarem pelo Congresso Nacional. Já na década de 2000, temos alguns passos marcantes: o Rio de Janeiro aprova uma lei estadual estabelecendo 50% das vagas nos cursos de graduação das universidades estaduais para alunos de escolas públicas, sendo 40% daquela porcentagem, destinada à candidatos negros. Em seguida, diversas universidades,

de diversos estados, começaram a discutir e implementar programas de ações afirmativas em seus cursos (SILVA, 2017)

A temática foi fortalecida também, como já abordamos anteriormente, na Conferência de Durban. O relatório da Conferência reconheceu a importância das ações dos Estados no combate às desigualdades sociais e raciais, assim como a necessidade de políticas públicas voltadas para a promoção da ascensão social dos cidadãos. Dois anos depois, em 2003, temos a criação da SEPPIR, a qual representou um importante passo na institucionalização das políticas de igualdade racial, fortalecendo ainda mais esse debate sobre políticas de discriminação positiva (RIBEIRO, 2013).

Enfim, em 2012, tivemos a aprovação da lei 12.711/2012, que instituiu, à nível federal, a lei de cotas para as instituições federais de ensino superior. De acordo com Silva (2017), a formulação desta lei deslocou os debates sobre ações afirmativas para um novo momento. Isso porque a sua institucionalização significou a consolidação das demandas por ações afirmativas em uma norma federal, que teve como objetivo padronizar o modelo de cotas que, desde 2001, já vinha sendo implementado de forma autônoma pelas universidades públicas.

Em resumo, Valter Silvério nos aponta alguns fatores que possibilitaram a implementação das cotas neste período:

1) A Conferência de Durban é um ponto importante; 2) a articulação de jovens que tinham esse interesse, e que debatiam com a ala do movimento que não estavam convencido da necessidade das cotas; 3) militantes que tinham circulação internacional e que tinham conhecimento sobre o tema; 4) ida de pessoas negras para a esplanada dos ministérios (é nesse momento que aumentam o número de NEABs); 5) sensibilização dos acadêmicos; 6) O Brasil pós-constituinte reivindica uma “cara” mais plural: Movimento negro, movimento indígena e movimento feminista (inclusive movimento feminista negro) estão à frente dessa necessidade de mudança.”<sup>28</sup>

Assim, vemos que a trajetória das ações afirmativas até a sua institucionalização foi longa e dependeu de diversos fatores não só contextuais, mas também dos esforços intelectuais dos militantes do movimento negro. Convencer um país que se acredita racialmente harmônico sobre a necessidade de ações concretas do Estado para combater a desigualdade racial exigiu muita energia destes atores políticos.

## 4.2 A batalha pela legitimação das ações afirmativas no Ensino Superior

---

<sup>28</sup> Comentário presente na mesa “A mobilização negra por cotas raciais”, Antonio Sérgio Guimarães recebe Valter Silvério (UFSCar)”. Disponível em: <https://youtu.be/S0VscScwN4I>. Acesso em 14 de mar. 2022.

No Brasil, o debate sobre ações afirmativas ganhou mais atenção (e vivenciou polêmicas) quando as universidades públicas passaram a adotar esta política em seus processos seletivos. As primeiras universidades a implementarem este sistema foram a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade Estadual do Norte Fluminense no ano de 2002, reservando vagas para estudantes negros, pobres e egressos de escolas públicas<sup>29</sup> (MEDEIROS; VIEIRA, 2012). A partir de então, pudemos observar uma discussão acirrada sobre o tema tanto na academia quanto na mídia brasileira. Os posicionamentos acerca desta medida foram distintos, demonstrando um grande dissenso em como os sujeitos encararam a influência que a categoria raça tem na definição das desigualdades.

Como exemplo, no dia 30 de abril de 2008, um grupo de intelectuais, sindicalistas, empresários e até mesmo alguns ativistas do movimento negro, entregaram um manifesto anticotas para o então Presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), contendo 113 assinaturas e pedindo pela suspensão desta ação afirmativa, pois esta teria um caráter racista e estaria apenas ocultando a necessidade de maiores investimentos na educação<sup>30</sup>.

Acerca da participação de ativistas do movimento negro nesta posição, Ivanir dos Santos nos mostra que um dos motivos era a crença de que as ações afirmativas seriam apenas medidas reformistas: “Eu me lembro que, quando a gente começou a debater cota e ação afirmativa no movimento negro, o pessoal dizia: “Não! Não vai acontecer nada, isso é reforma!” Hoje, até o MNU está defendendo” (ALBERTI, V; PEREIRA, A., 2007, p. 319).

Hédio Silva Júnior complementa esta versão:

“Foi uma maturação muito lenta e também muito dolorosa. Porque em vários momentos estava em questão se a adesão a um tipo de reivindicação como essa significaria ou não uma rendição ideológica: nós, que amávamos tanto a revolução, agora estaríamos, digamos assim, contentes com a possibilidade de partilhar o bolo sem transformação social. (...) Alguém precisou dizer que a gente estava fazendo revolução, que cotas no Brasil é revolução”. (ALBERTI, V; PEREIRA, A., 2007, p. 321)

Em resposta ao manifesto anticotas, um grupo de intelectuais produziu o “Manifesto em favor da lei de cotas e do estatuto da igualdade racial”, destinado aos deputados e senadores do Congresso Brasileiro. No documento, salientaram a exclusão do negro na estrutura social e frisaram a importância da aplicação de políticas específicas para a correção das desigualdades.

---

<sup>29</sup> Apesar dos avanços proporcionados pela política de cotas nas universidades, que possibilitou a entrada de diversos jovens com diferentes perfis, ainda há muito para se caminhar. Em pesquisa recente, o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Gema – IESP/UERJ) nos mostra que, em 2019, apenas 21 das 106 universidades federais e estaduais do país implementaram políticas públicas voltadas para a população quilombola, representando, portanto, apenas 0,53% das vagas para este grupo social (FREITAS et al., 2021).

<sup>30</sup> O manifesto anticotas encontra-se em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1405200807.htm>. Acesso em: 15 de mar. 2022.

Alguns dos nomes que assinaram este manifesto, foram: Abdias do Nascimento; Edna Roland; Hélio Santos; Henrique Cunha Jr.; Ivair Augusto dos Santos; Ivanir Alves dos Santos; Joel Zito Araújo; Jurema Werneck; Petronilha B. Gonçalves e Silva; Sueli Carneiro; Valter Silvério e Zélia Amador de Deus<sup>31</sup>.

Para Valter Silvério (2003), de modo geral, o debate acerca das ações afirmativas foi ancorado a partir de duas visões: a primeira, de caráter universalista, que encarou a desigualdade como uma adesão segmentada aos valores modernos, desconsiderando a especificidade e o impacto da raça na produção desta hierarquização entre os sujeitos; e a segunda, que partiu da valorização da raça enquanto uma categoria influenciadora dos processos sociais e considerou que a pobreza é, em determinada medida, informada pela cor ou raça da pessoa.

Dentro do primeiro grupo, tivemos aqueles que acharam que as sociedades democráticas deveriam implementar apenas medidas de redução das desigualdades que respeitassem os critérios universais, isto é, que nenhum sujeito recebesse tratamentos diferentes devido a sua raça ou cor de pele. Portanto, o mais adequado seria adotarmos políticas sem recortes identitários e, somado a isso, que melhorássemos a qualidade do ensino nos períodos de estudos anteriores à entrada dos estudantes no ensino universitário a fim de não prejudicar a qualidade da formação superior (SILVA; SILVÉRIO, 2004; SILVÉRIO, 2003).

Assim, de modo a apresentar melhor este cenário de embate pela legitimação das ações afirmativas, que teve ampla participação dos intelectuais públicos negros, buscaremos trazer aqui, de forma sucinta, apenas alguns dos pontos em discussão na época. Achamos importante a recuperação desta discussão até mesmo porque, neste ano de 2022, as ações afirmativas com recorte racial (Lei 12.711/12) completam 10 anos e estão prestes a voltar para as pautas do congresso<sup>32</sup>. Ademais, já podemos observar certos quadros políticos anticotas se mobilizando para comprovar a inconstitucionalidade desta política<sup>33</sup>.

Enquanto um exemplo representativo dos argumentos contra as ações afirmativas, trataremos um artigo de Peter Fry e Yvonne Maggie, denominado “O debate que não houve: a reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras” (2002). Ambos os intelectuais eram professores de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ à época.

---

<sup>31</sup> O manifesto a favor das cotas encontra-se em: <https://www.geledes.org.br/confira-a-integra-do-manifesto-a-favor-das-cotas/>. Acesso em 15 de mar. 2022.

<sup>32</sup> Conforme podemos ver em: <https://pp.nexojournal.com.br/opiniao/2022/O-Congresso-e-a-Lei-de-Cotas>. Acesso em: 15 de mar. 2022.

<sup>33</sup> O projeto de lei 4125/21, de autoria do deputado Kim Kataguiri (DEM-SP), prevê que as cotas para ingresso nas universidades públicas sejam destinadas apenas à estudantes de baixa renda. Mais detalhes estão disponíveis em: <https://www.camara.leg.br/noticias/850137-projeto-acaba-com-cotas-baseadas-em-cor-ou-raca-nas-universidades/>

Acreditamos que este artigo sintetiza vários dos argumentos levantados nas discussões da década de 2000 e, além disso, ele nos permite estabelecer um diálogo trazendo os contrapontos propostos pelos intelectuais negros<sup>34</sup>.

O primeiro ponto suscitado pelo texto de Fry e Maggie (2002) diz respeito à constitucionalidade das ações afirmativas. De acordo com os autores, na constituição de 1988, as palavras “raça” e “racismo” aparecem apenas para repudiar o uso da “raça” como critério de distinção. Desta forma, frisam que os objetivos da república é zelar pelo bem de todos, sem preconceitos de sexo, origem, raça ou qualquer forma de discriminação. Mais adiante, acrescentam ao argumento que a abordagem da pauta no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF) seria um risco para a democracia: “Mas o que realmente podemos constatar é que os eventos que descrevemos, e a morna reação da sociedade como um todo, indicam que o poder discricionário do presidente [do STF] e dos seus ministros é muitíssimo grande nessa democracia” (MAGGIE; FRY, 2002, p. 105). E complementam afirmando que a aprovação das ações afirmativas com critério racial nas universidades públicas ocasionaria em uma “ruptura com os princípios formais do constitucionalismo liberal (MAGGIE; FRY, 2002, p. 105)”.

Matilde Ribeiro, num artigo em coautoria com Maria Inês da Silva Barbosa, Eliane Cavalleiro e Sales Augusto dos Santos, respondeu a este argumento destacando que as políticas de ações afirmativas são de cunho democrático e buscam a inclusão social, respeitando os princípios presentes na “Constituição Cidadã”. Para sustentar isso, trouxe o comentário feito pelo ministro do STF, Marco Aurélio Mello, quando este afirma que as ações afirmativas são um modo de buscar o tratamento igualitário quando a neutralidade estatal já não se mostra mais eficaz. O ministro relembra, ainda, diversas outras medidas afirmativas presentes na Constituição, como a reserva de vagas para pessoas com deficiência; o tratamento preferencial às empresas de pequeno porte e o tratamento preferencial à criança e ao adolescente (SANTOS *et. al*, 2008).

Carlos Alberto Medeiros faz uso do mesmo argumento do ministro Marco Aurélio, e acrescenta que, “em todos esses casos, o que se faz é discriminação positiva – com ou sem esse nome. Considerá-la constitucional para esses grupos e inconstitucional para os negros é simplesmente indefensável, ética ou juridicamente” (MEDEIROS, 2007, p. 128).

O que podemos notar é que há, aqui, uma distinção na interpretação da Constituição a depender do posicionamento político dos intelectuais acerca da adoção das ações afirmativas.

---

<sup>34</sup> Não conseguimos averiguar se os professores Peter Fry e Yvonne Maggie ainda mantêm a defesa daqueles argumentos. Contudo, os citaremos aqui enquanto demonstrativos sociológicos de uma época, e não enquanto dados pessoais.

Enquanto os intelectuais anticotas endossaram a ideia de uma *igualdade formal*, os intelectuais a favor desta política defenderam uma *igualdade substantiva*.

Para Ivair Augusto dos Santos, o problema está no fato de os intelectuais anticotas entenderem a igualdade formal enquanto um princípio já existente na prática da sociedade brasileira. Com isso, pretendem saldar uma igualdade que anule as diferenças e as desigualdades concretas. Em oposição a isso, o intelectual defende que a meritocracia e a igualdade racial não são pilares sobre os quais a sociedade brasileira se ergueu, muito pelo contrário. A ação afirmativa é democrática justamente porque é uma ação estratégica que busca promover a igualdade de grupos historicamente discriminados (SANTOS, 2001).

Desta forma, as políticas de ação afirmativa partiriam de uma crítica a uma ideia de igualdade formal e buscaria trazer uma igualdade de oportunidades, termo ao qual nos referimos quando falamos sobre igualdade substantiva. Como afirma Matilde Ribeiro e os demais autores:

Para tentar amenizar as desigualdades supracitadas e possibilitar que todos os grupos sociais brasileiros desenvolvam o seu potencial humano (intelectual, cultural, econômico, educacional etc.), não temos dúvida de que a educação formal e de qualidade nos diferentes níveis de ensino deva ser direito formal e substantivo de todos os grupos sociorraciais (SANTOS *et. al.*, 2008, p. 914).

Os autores pontuam que estas desigualdades são fruto da estrutura colonial e do racismo presentes na formação nacional, o que levou a uma exclusão e a discriminação da população negra. Ressaltam, então, que a luta pelas ações afirmativas parte desta constatação e é fruto de uma longa trajetória. Ao contrário do que afirmam Fry e Maggie, ela não é antidemocrática pois, antes de estar presente na pauta do STF, ela vinha sendo discutida há anos, não só no seio dos debates do movimento negro, como também nas diversas esferas – municipais, estaduais e federal. Relembrem também a presença do tema nas declarações e Convenções produzidas ao longo das décadas, como, apenas para citar alguns exemplos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948; a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, em 1965, e a Conferência de Durban, em 2001 (SANTOS *et. al.*, 2008).

Quanto a esta última, em específico, frisam que o Plano de Ação de Durban traz direcionamentos para que os Estados estabeleçam medidas de ação positivas ou programas de ações afirmativas, além de planos que busquem criar possibilidades de participação efetiva de todos os cidadãos, tanto no âmbito político, quando no cultural, econômico, social e no exercício dos direitos civis (SANTOS *et. al.*, 2008).

Para Joaze Bernardino (2004), as ações afirmativas são constitucionais porque trazem a oportunidade de o negro ser reconhecido na sua condição de igualdade universal, já que, através

destas, ele pode ter acesso aos bens econômicos, políticos e acadêmicos. Para o intelectual, quem se opõe a isso, “não enxerga a amplitude destas políticas, que se propõem a transformar o modelo de relações raciais encontrado na sociedade brasileira através da desnaturalização das desigualdades raciais.”

O segundo argumento que foi amplamente utilizado por aqueles anticotas foi a questão do mérito. Isso foi motivado por duas razões: a de que os estudantes inseridos nas universidades por meio das ações afirmativas não estariam concorrendo de igual para igual com os demais, e, por conta disso, entrariam nas universidades tendo estudado muito menos; e o segundo sentido é que, ao adentrarem nas universidades estudantes menos preparados, a qualidade de aprendizado e a produção destes alunos seria inferior às demais. Quanto a isso, Fry e Maggie (2002, p. 103) argumentam: “parece mesmo que uma política dirigida a aumentar as oportunidades de todos tem o efeito de aumentar enormemente o número de “negros” e “mulatos” com qualificação mínima para entrar nas universidades”.

De acordo com Carlos Alberto Medeiros, os que defendem as políticas de ações afirmativas também são a favor do sistema de mérito. Contudo, medir a capacidade de cada aluno não é algo tão simples quanto se crê. Como exemplo, ressalta que o vestibular não é a forma mais justa de medi-lo, pois um aluno que alcançou uma nota um pouco acima da nota de corte não é, necessariamente, mais capaz do que aquele que ficou frações abaixo desta média (ALBERTI, V; PEREIRA, A., 2007).

Já para Joaze Bernardino (2004), o vestibular tem a capacidade de selecionar alunos cotistas bem preparados, haja vista que estes precisam atingir uma pontuação mínima para conseguirem uma vaga na universidade. Quanto ao desempenho dos alunos ao longo do curso, o intelectual afirma que estes deverão ter um desempenho suficiente para serem aprovados nas disciplinas. Portanto, a ideia de que estes são privilegiados não se sustenta<sup>35</sup>.

O terceiro argumento anticotas retoma uma discussão que trouxemos no subcapítulo 2.4, que é a subsunção da raça pela classe. Maggie e Fry (2002) argumentam que uma política social que buscasse corrigir a desigualdade econômica, certamente beneficiaria as pessoas negras que realmente precisam. O que estes intelectuais procuram apontar é que, posto que apenas aqueles que provêm de escolas públicas e são afetados pelas mazelas sociais têm sua possibilidade de estudos comprometida, logo, nada mais justo do que dirigir a eles as políticas de compensação.

---

<sup>35</sup> Após 10 anos da aprovação de Lei de Cotas, tivemos diversas pesquisas que buscaram analisar o desempenho dos alunos cotistas frente àqueles que adentraram a universidade por ampla concorrência. Parte destas pesquisas apontam que houve um desempenho equivalente entre ambos os grupos (WAINER, MELGUIZO, 2018; BEZERRA, 2011); outra parte, aponta um desempenho inferior dos cotistas nas áreas de exatas ou saúde, e superior nas áreas de artes e humanidades (PEIXOTO et al., 2016; CAVALCANTI et. al, 2019).

Avançando neste argumento, os autores ainda afirmam que as cotas raciais poderiam até mesmo prejudicar os brancos pobres, causando, desta forma, uma injustiça social.

Para Carlos Medeiros, esta afirmação é problemática por dois motivos: primeiro, ela carece de comprovações científicas, pois elas desconsideram os números concernentes à desigualdade racial; segundo, é um argumento baseado em um pensamento maniqueísta – ou se enfrenta a pobreza, ou se enfrenta a questão racial. Evidentemente, estes problemas são diferentes e precisam de estratégias diferentes, pois programas com cunho social já se mostraram ineficazes no combate à discriminação e à desigualdade racial. Assim, se contrapondo diametralmente ao argumento acima, Medeiros acrescenta:

Valeria lembrar ainda que medidas universalistas de combate aos malefícios associados à pobreza tendem a beneficiar desproporcionalmente os pobres brancos. Desse modo, por exemplo, uma política educacional que proporcione a melhoria geral dos padrões de ensino público acabará beneficiando mais os pobres brancos do que os pobres negros (MEDEIROS, 2007, p. 131).

Zélia Amador de Deus e Hédio Silva Júnior concordam com a assertiva de Medeiros. Para Zélia, a tática de transferir todas as questões raciais para a questão de classe é um eufemismo da esquerda para não encarar de frente o racismo no país. Esta estratégia não é eficaz, porque parte-se do “princípio de que os negros são pobres e os indígenas também, então todos estariam nas escolas públicas. Mas eles são pobres pelo contrário, são pobres porque são negros, são pobres porque são índios” (ALBERTI, V; PEREIRA, A., 2007, p. 338). Hédio Silva vê como um passo muito importante este que foi dado pelo movimento negro e seus intelectuais, pois possibilitou a edificação de um pensamento negro e um enfrentamento à antigos dogmas da esquerda nos quais a comunidade negra não se via representada (ALBERTI, V; PEREIRA, A., 2007).

Na perspectiva de Joaze Bernardino (2004), qualquer argumento que leve em consideração apenas a questão de classe quando se trata sobre desigualdade no Brasil, está sendo simplista, pois representará uma visão parcial da realidade. Para o autor, diversos estudos, dentre eles, o de Carlos Hasenbalg e Nelson do Vale Silva na década de 1970, já demonstraram que a raça era um fator explicativo importante quando o assunto é mobilidade de negros e brancos no país. As conclusões destas pesquisas seguem o mesmo caminho: a mobilidade de negros é menor que a de brancos na sociedade brasileira. A intenção de Bernardino não é negar a importância das políticas universais, mas sim apontar que as políticas particularistas são demasiadamente importantes quando estamos falando sobre desigualdades raciais.

O quinto e último argumento que queremos trazer trata sobre a crença na democracia racial brasileira. Apesar de o movimento negro e seus intelectuais terem sido um importante

agente no combate deste mito na época da Constituinte, como mostramos no primeiro capítulo, no início da década de 2000, ele ainda se mostrou forte no imaginário social brasileiro, até mesmo nas falas de intelectuais do país. Para termos uma ideia da amplitude desta crença, podemos observar novamente as afirmações de Fry e Maggie (2002).

No texto abordado aqui, os antropólogos afirmam que as medidas tomadas no pós-Durban, ao proporem ações afirmativas para pessoas negras, acabam por romper com a tradição “a-racista” do Brasil. O que estes autores querem dizer é que, no lugar de celebrarmos a hibridez de nossas relações, buscamos, ao adotar as cotas, transpor um modelo de sociedade que está mais ligado à África do Sul e ao Estados Unidos, e nada tem a ver com a nossa mistura. Ou, em suas palavras:

as “raças” de fato não existem naturalmente, e um sistema de cotas implica logicamente a criação de duas categorias “raciais”: os que têm direito e os que não têm. Afinal, ou você tem direito à cota ou não tem! O sistema de cotas, então, representa, de certa forma, a “vitória” de uma taxonomia bipolar sobre a velha e tradicional taxonomia de muitas categorias (FRY, MEGGIE, 2002, p. 98).

O que os autores buscavam demonstrar à época era que o brasileiro não tinha o costume de se identificar com determinada “raça”, portanto, a medida estaria forçando cada cidadão a dar início a esta prática: “quando cotas raciais se tornam política de Estado, determinando a distribuição de bens e serviços públicos, ninguém escapa à obrigação de se submeter à classificação racial bipolar” (FRY, MEGGIE, p. 106).

Ao avançar no argumento, os intelectuais afirmam que esta tentativa de hibridizar o espaço social, sobretudo nos meios mais pobres, pode nos levar a uma situação de tensões raciais: “o argumento de que as cotas acabarão incentivando animosidades “raciais” não pode ser facilmente descartado, porque a sua lógica é cristalina” (*Ibid.*, p. 106).

Matilde Ribeiro e os demais autores, no artigo em resposta aos intelectuais, respondem à questão da inexistência de identificação racial no Brasil com a seguinte indagação: “existe sociedade que discrimina racialmente os negros e que não é racializada?” (SANTOS *et. al*, 2008, p. 921). Desta forma, os autores chamam a atenção para o fato de que, se uma sociedade discrimina uma pessoa a partir de suas características físicas, então, naturalmente, ela usa a raça para classificar e julgar cada um de seus cidadãos. Ademais, a desigualdade racial estampada nos dados estatísticos de pesquisas oficiais já demonstra, há muito tempo, que o país não é neutro quando o assunto é raça.

O argumento de que não existe um problema racial no Brasil soa, para Joaze Bernardino, como um produto do mito da democracia racial. Neste cenário, preferem criminalizar os que

nomeiam a raça, ainda que o objetivo destes seja promover a equidade através de políticas públicas.

Do mesmo modo, o argumento de que estaríamos importando uma divisão social dos Estados Unidos ou da África do Sul também omite as tensões já vivenciadas no país e espelhadas nos indicadores sociais. Para Bernardino, com base nos estudos de Oracy Nogueira, o Brasil tem um sistema de classificação racial próprio, o qual é mais ligado ao fenótipo dos sujeitos do que à sua origem, como ocorre nos Estados Unidos. Assim, longe de estarmos importando relações sociais alheias, estaríamos diagnosticando um problema social nosso e calculando estratégias próprias para superá-lo.

Os intelectuais a favor das ações afirmativas com recorte racial também reagiram ao argumento de que estas acirrariam as tensões entre brancos e negros. Diversas previsões sobre o futuro das relações sociais no Brasil já foram feitas: houve quem achou que os brancos e negros desapareceriam do país em algumas décadas para dar lugar ao mestiço ou “moreno”; também houve aqueles que acreditaram na melhoria da relação entre as “raças” conforme o país aderisse à modernização. Portanto, podemos ver que esta previsão sem um lastro-histórico de nada serve para discussões acadêmicas (SANTOS *et. al*, 2008).

Contudo, à época, Joaze Bernardino apostou em uma opção oposta àquela de Maggie e Fry, afirmando que um programa de ações afirmativas poderia estabelecer uma nova relação dialógica de não-subalternidade do negro em relação ao branco, que seria produto de uma convivência no mesmo ambiente. Para o intelectual, o branco poderia começar a “respeitar a população negra em sua particularidade e, esta, por sua vez, [teria] uma oportunidade de absorver uma imagem positiva de si mesma no diálogo com seus interlocutores brancos” (BERNARDINO, 2004, p. 96).

Como afirmamos anteriormente, as disputas em torno da institucionalização das ações afirmativas tiveram, como eixo central, as diferentes interpretações sobre o modo como a categoria “raça” opera no Brasil. Estas divergências, diferente do que muitos acreditam, não se limitam apenas às fronteiras das discussões abstratas e teóricas. De modo concreto, minimizar os efeitos da “raça” e do racismo em favor de uma interpretação puramente de classe, desconsiderar a hierarquização racial como um todo, ou, pelo contrário, considerar a “raça” enquanto algo central têm efeitos políticos. Como afirma Stuart Hall:

The debate is not, however, exclusively a theoretical one. Differences of theoretical analysis and approach have real effects for the strategies of political transformation in such societies. If the first tendency [economic] is broadly correct, then what is often experienced and analysed as ethnic or racial conflicts are really manifestations of deeper, economic contradictions. It is, therefore, to the latter that the politics of transformations must essentially be addressed. The second tendency

[sociological] draws attention to the actual forms and dynamic of political conflict and social tension in such societies—which frequently assume a racial or ethnic character. It points to the empirical difficulty of subsuming these directly into more classical economic conflicts. But if ethnic relations are not reducible to economic relations, then the former will not necessarily change if and when the latter do. Hence, in a political struggle, the former must be given their due specificity and weight as autonomous factors. Theory here, as always, has direct or indirect practical consequences (HALL, 1980, p. 307).

O trecho de Hall nos esclarece sobre a importância da perspectiva teórica e também nos aponta os direcionamentos seguidos pelos intelectuais públicos negros. Vemos que, em seus escritos, a “raça” não aparece enquanto a única categoria a determinar as desigualdades no país, tampouco estes afirmam que, ao criar políticas de ações afirmativas com foco na “raça”, resolveríamos as desigualdades sociais. Ao invés disso, vemos “classe” e “raça” enquanto categorias autônomas que, a depender do contexto, se relacionam de formas diferentes. Portanto, a condição racial é, também, uma forma de experienciar a classe (SILVÉRIO, 2015).

Para Valter Silvério (2015), a ampla discussão em torno das ações afirmativas foi um reflexo, em parte, do debate que estava posto na época em âmbito internacional; contudo, ao chegar no Brasil, ele adotou características singulares:

A singularidade do caso brasileiro reside na articulação entre a luta contra a desigualdade racial, expressa pelos indicadores de renda e educacionais, sempre desfavoráveis aos negros (pretos e pardos) em qualquer base de dados, e a disputa em torno de uma nova política de representação do grupo negro, frente à persistência do ideal de democracia racial que fundamentalmente tenta apagar a possibilidade de que os negros, afro-brasileiros, se representem como descendentes de africanos (SILVÉRIO, 2015, p. 358).

Na concepção de Silvério, o imaginário social brasileiro não dá espaço para a afirmação positiva de uma identidade negra, por este motivo, vemos esta categoria se diluir constantemente em uma denominação “mestiça”, em um culto ao “híbrido” ou até mesmo na categoria de classe. Por este motivo, ao analisar a aplicação das ações afirmativas com recorte racial no ensino superior, anos depois deste debate que abordamos acima, o intelectual afirma que a aplicação da Lei 12.711/2012 não significou o equacionamento deste embate, pois as mudanças nas políticas de representação, isto é, as mudanças na forma como o negro é representado na sociedade, não acontece simplesmente a partir da inserção destes no mercado de trabalho, mas sim através do resgate da contribuição histórica destes sujeitos enquanto agentes (algo projetado pela Lei 10.639, por exemplo). Desta forma, longe de argumentar pela ineficácia de uma política de ação afirmativa de caráter econômico, Silvério aponta que a saída é pela somatória de outras políticas, as quais possam utilizar outras ferramentas e atingir outros âmbitos sociais.

### 4.3 A hierarquização no espaço acadêmico

Como vimos, as tentativas de legitimação das ações afirmativas com critério racial no ensino superior não foi um processo fácil. Os intelectuais negros buscaram expor as suas interpretações sobre o Brasil e sobre a Constituição com o objetivo de demonstrar a importância da categoria raça na determinação da desigualdade social no país. Contudo, aprovada a lei 12.711, em 2012, os desafios passaram a ser outros.

Assim, retomando o argumento de Valter Silvério exposto no final do subcapítulo anterior, neste subcapítulo buscaremos demonstrar que a inserção destes alunos nas universidades não se deu de forma igualitária, haja vista que estas ainda mantiveram a sua estrutura hierarquizada e elitizada. Como afirmaria Silvério: “nosso sistema universitário é um sistema universitário, eu diria...monárquico. Ele é totalmente inspirado na monarquia” (Entrevista).

Henrique Cunha Junior concorda com esta perspectiva e acrescenta:

Acho que a gente nunca discutiu profundamente, abertamente, o que nós queremos e o que é a sociedade brasileira. Os privilégios no Brasil são incontáveis, imensos e ninguém abdica de um mínimo do privilégio. E as nossas universidades são herdeiras desse privilégio, elas mantem isso arraigadamente (Entrevista).

Para os alunos e professores negros, se inserir nas universidades já é o primeiro grande desafio. Ao conseguirem, as dificuldades também são inúmeras. De acordo com Nilma Lino Gomes (2009), elas podem ser explicitadas pelos seguintes aspectos: 1) as relações de poder que marcam o espaço da universidade, expresso pela relação entre ciência, poder, classe, raça e gênero; 2) a força da branquitude nos departamentos acadêmicos que condiciona a forma como a academia lida com o intelectual negro; 3) a tensão epistemológica e política causada pela chegada dos ‘ex-objetos’ de pesquisa, agora enquanto sujeitos pesquisadores; 4) a compreensão e a difusão da ideia de que a categoria “negro” ou “intelectual negro” é plural e heterogênea e a insistência nos discursos unificadores que vão na contramão do direito à diferença.

Somado a estes desafios, podemos acrescentar que, muitas das vezes, os intelectuais têm pouco apoio institucional e infraestrutura para dar continuidade às suas atividades. Diante desse cenário, não há tantas escolhas: ou eles se mantêm nos espaços fronteiriços, sem tanto suporte, ou se insurgem de modo criativo nas margens do *mainstream*. Estas afirmações são de Cornell West (1999), que vê a intelectualidade negra como um ato de marginalidade auto-imposta, justamente por conta das barreiras que estes encontram nos espaços institucionais.

Como podemos ver a partir da citação de Nilma Lino Gomes, um dos elementos mais importantes no que tange à experiência destes sujeitos no espaço universitário é a produção de

conhecimento. Os estudantes e professores negros denunciam constantemente a exclusão de teóricos e teóricas negras no currículo acadêmico. As perguntas que ecoam quando tratamos disso são: por que lemos em nossos cursos universitários apenas autores europeus, ou autores que partem de teorias europeias, e não aqueles africanos, latino-americanos ou brasileiros? Por que, nas dissertações e teses, ainda predominam as leituras eurocêntricas e são deixadas de lado aquelas de pensadores negros?

Ao observarmos o que é consumido neste meio, veremos que o que é considerado enquanto cânone, isto é, aqueles conjuntos de textos que definem o campo, ainda é fortemente marcado pela exclusão de importantes autores negros e negras. Dada a constatação de que o Brasil é um país racista, podemos entender que esta exclusão é uma consequência lógica, já que a história das ciências humanas é um produto coletivo e reflete as preocupações compartilhadas, suposições e práticas de uma determinada sociedade (CONNELL, 2012).

Contudo, para Henrique Cunha Júnior, esta exclusão das ideias de grandes pensadores negros significa uma perda coletiva:

Eu acho que as grandes proposições da democracia no Brasil têm surgido de intelectuais do movimento negro, de mulheres negras. Só que (...) elas ficam depois abafadas, sufocadas. [As gerações mais jovens], por exemplo, nunca [ouviram] falar na Virginia Bicudo. É a base da sociologia...é a primeira a fazer uma tese no Brasil. Foi a primeira tese. E ela tinha propostas já. Ela, o Guerreiro Ramos e outros intelectuais. E isso nunca foi para uma discussão nacional. Sempre houve obstáculos para que as coisas avançassem. (Entrevista).

Como já expusemos aqui, a inserção da intelectualidade negra no currículo escolar é uma demanda antiga, que esteve presente nas exigências do movimento negro e de seus intelectuais na constituinte e que motivou o projeto de lei que deu luz à Lei 10.639/03. Contudo, como a referida lei diz respeito apenas à regulamentação do tema no ensino básico, nas universidades, esta discussão ainda se limita ao círculo de estudiosos sobre a questão racial, sem muitos avanços. Apenas como um exemplo, em 2003, Petronilha B. G. Silva nos dizia que os estudantes, ao exigirem uma mudança no perfil dos autores estudados, encontravam um certo “elitismo” e um total desprezo diante de qualquer possibilidade de revisão de pressupostos e crenças que fundamentam o conhecimento acadêmico-científico (SILVA, 2003). Ainda hoje, quase 20 anos depois, Matilde Ribeiro nos conta a seguinte frustração:

É um desafio para nós nos afirmarmos como intelectuais negros, inclusive nós sermos adotados como referências de conhecimento. Toda vez que eu recebo uma tese, que eu sou convidada para uma banca, eu vou olhar quais são as referências políticas e teóricas que estão sendo utilizadas, e nem sempre eu vejo os intelectuais negros presentes. Nem sempre eu vejo uma Sueli Carneiro, uma Cida Bento, um Valter Silvério. Em geral, as referências são as que estão mais próximas dos estudantes, e as que estão mais próximas não são as formulações dos intelectuais negros (Entrevista).

No final de sua fala, Ribeiro nos chama a atenção para o fato de que os estudantes, no geral, tendem a utilizar em suas pesquisas as referências bibliográficas que encontram em sala de aula. Podemos considerar que isso é um reflexo daquilo que Petronilha B. Gonçalves apontou em sua crítica. Pois, se vemos que há um apagamento de autores negros nos espaços de aprendizado em sala de aula, isso recairá também sobre as pesquisas feitas por esses estudantes em iniciações científicas ou em pesquisas de pós-graduação.

O interessante a se notar, e que é o que os intelectuais negros apontam como uma das vantagens da inserção de estudantes negros na universidade, é que estes chegam com uma “presença afirmativa”, ou seja, eles se recusam a absorver passivamente aquilo que é produzido dentro do ambiente universitário e adentram este espaço portando uma outra carga de conhecimento e outras referências teóricas, adquiridas, sobretudo, nos coletivos e movimentos sociais que convivem. Consequentemente, para eles, a ideia de exclusividade da produção de conhecimento por parte do meio acadêmico é um mito a ser quebrado (ARROYO, 2011; GOMES, 2017).

Este outro olhar sobre a realidade, adquirido nestes outros meios de produção de conhecimento, em menção a noção de movimento negro educador de Nilma L. Gomes (2017), pode ser visto e exemplificado na experiência de Valter Silvério, o qual afirma que, no início de sua carreira acadêmica, quando ainda estava na graduação, já notara a divergência entre o conhecimento que trazia na bagagem e aquele que via nas ementas das disciplinas:

Eu acho que foi no final do curso da Sociologia Política que eu passo a perceber que as explicações que eu recebia no curso, seja na disciplina de antropologia, de sociologia, de história, eram explicações que não se sustentavam à luz do que eu já vinha vasculhando, me aprofundando...ou das relações práticas. Eu acho que quando você tem mobilidade educacional, seu olhar fica mais apurado para a discriminação racial, ou você nega de vez. Ou você nega, ou você começa a perceber de uma outra forma como o campo disciplinar, na verdade, ele é insuficiente (Entrevista).

Isso ocorre porque, em países multiculturais, a inserção de grupos minoritários na universidade gera um choque entre perspectivas e epistemologias. Estes grupos notam que suas referências e os conhecimentos de suas comunidades estão ausentes deste universo e buscam *enegrecer* estes espaços, fazendo com que novas demandas e novas críticas sejam inseridas no debate, gerando possibilidades de transformações no conhecimento acadêmico (SILVÉRIO, 2005; DEUS, 2019). Como afirma Zélia Amador de Deus,

Não podemos esquecer que, em muitos lugares, foi necessário que os herdeiros da diáspora africana chegassem às Academias para forjar espaços. A experiência cotidiana de opressão os acompanhou, esses, não entraram sozinhos para a Academia ou para qualquer lugar que ocupem. Não costumam andar sozinhos. Carregam consigo, além de sua história de vida, a história de seus ancestrais”. (Zélia Amador de Deus, 2019, p. 89)

O mesmo demonstra a pesquisa de Iberê Araújo da Conceição (2021), que tratou sobre o impacto da adoção das ações afirmativas em uma análise comparativa entre Brasil e Colômbia e explicitou este tensionamento dos discentes em relação às omissões no currículo. Conceição afirma que os estudantes, ao se inserirem nas universidades, passam a negociar suas posições epistêmicas e a questionar o currículo normativo, desnaturalizando esta ideia de cânone. Em acordo com os autores anteriormente citados, Conceição expõe que o acúmulo de conhecimento provindo da via normativa (ensino, pesquisa, extensão), somado ao conhecimento originado de outros círculos de formação (coletivos, grupos de estudo, cultura), geram uma perspectiva crítica e criativa que leva estes grupos ao desejo de tecerem novas narrativas, desestabilizando o conhecimento hegemônico e postulando a participação da população negra na história.

Em complemento a isso, Nilma Lino Gomes nos mostra que estes sujeitos trazem consigo diversas questões que tensionam e desafiam a democracia. Algumas delas, são: a luta por ações afirmativas; um outro olhar sobre a violência; a busca pelo protagonismo juvenil; a demonstração do quão diverso é o país em termos raciais, étnicos, de gênero, de sexualidade, etc.; além do questionamento sobre qual é o lugar da ciência na sociedade<sup>36</sup>.

Pudemos notar que um fator explicativo muito importante para esta invisibilidade dos intelectuais negros nos currículos é a deslegitimação de suas ideias. E um dos sintomas desta deslegitimação é o fato de os estudos de importantes intelectuais, como Lélia Gonzales, Abdias do Nascimento, Guerreiro Ramos, dentre tantos outros, ainda serem vistos enquanto estudos específicos da questão racial. Consequentemente, tais autores acabam por ficar enclausurados em disciplinas específicas sobre esta temática.

Por outro lado, na perspectiva dos intelectuais negros, a colonização e a questão racial são centrais para o estudo da história de todos os países, tenham sido eles colonizados ou não, pois estas categorias são formadoras da modernidade (BHAMBRA, 2014). Portanto, a raça não é uma categoria específica, que diz respeito apenas à uma parcela da população, mas sim uma categoria explicativa do todo social, como afirma o prof. Valter Silvério:

A América é uma América negra. Quando você retira a questão do pertencimento étnico-racial, e o lugar da raça na própria formação social da América, e para a importância do trabalho negro, você tá tirando um componente de reflexão da nossa formação social (Entrevista).

Henrique Cunha Junior endossa esta perspectiva ao afirmar:

Eu dou uma disciplina (...) [que] se chama “Intelectuais negros na formação histórica-brasileira”. Eu pego, para cada período, um intelectual...Desde o império, onde o Rebouças pai tem um papel importante de tentar pensar o que vai ser o Brasil. Ele dialoga com o próprio imperador. Ele tem ideias muito fortes, mas ninguém retoma

---

<sup>36</sup> Nilma Lino Gomes expôs estes pontos na Aula Magna de Abertura do ano letivo de 2021 do CEFET-RJ. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=q0GxvvdDdQM>>. Acesso em: 29 de set. 2021.

Rebouças para pensar o Brasil. O que me incomoda é que não tem um elenco de quem pensou o Brasil e a discussão disso. Por exemplo, o Clovis Moura, ele faz uma proposição do que seria a história do Brasil no livro “As Linguagens de Clio”, mas eu nunca vi uma universidade parar e discutir o pensamento do Clovis Moura, para discutir o que vai dar nos cursos de sociologia ou de história (Entrevista).

Além disso, a desimportância sobre a questão racial para a formação do país é expressa pela escolha das áreas de pesquisa dos acadêmicos. Não à toa, o número de pesquisas sobre as relações raciais e sobre os pensadores negros aumentou consideravelmente apenas depois de ter aumentado o número de docentes negros nos departamentos das universidades. É o que podemos entender a partir da afirmação do Prof. Valter Silvério, quando este diz que “no caso dos [intelectuais] negros, eles não são nem tocados, porque até muito recentemente você não tinha jovens negros e negras nas universidades preocupados com estas questões” (Entrevista). Já o desinteresse de pesquisadores brancos pode ser visto quando Matilde Ribeiro afirma que “muitas pessoas tem dificuldades de encontrar orientadores porque a massiva maioria dos professores são brancos, não se preocupam com esse tema” (Entrevista).

Ribeiro nos aponta que um outro aspecto desta deslegitimação é a interpretação de que os estudos de intelectuais negros carecem de objetividade e estão muito ligados à militância. Este foi um tópico que trouxemos no capítulo 1, ao falarmos da relação entre ciência e política para estes intelectuais. Contudo, dada a sua importância no que tange aos desafios encarados por estes sujeitos nas universidades, achamos válido trazer mais alguns comentários sobre este tema.

Matilde Ribeiro, ao comentar sobre a sua participação em um processo seletivo de mestrado, nos contou o seguinte:

Me lembro que quando eu tomei a decisão de que ia fazer o mestrado...fui fazer a seleção para o mestrado na Psicologia Social na PUC, a pessoa que me entrevistou (...) chegou a dizer para mim que (...) ela desconfiava de pessoas negras, principalmente militantes que vinham para a academia estudar seus sistemas, porque as pessoas vinham com a ideia de fazer terapia e que universidade não era lugar de fazer terapia. E isto é uma visão grotesca, uma visão avessa para impossibilitar a entrada nas universidades. Eu que já estava um pouquinho descolada, fiquei calada diante desta afirmação e segui a entrevista como se ela...sem apresentar nenhum sinal de estar ofendida ou indignada com esse tipo de visão. Eu queria passar na entrevista e assim foi. Eu passei na entrevista e escolhi outra pessoa para me orientar (Entrevista).

Como afirmamos anteriormente, há uma crença disseminada nas Ciências Sociais de que os estudos sobre a sociedade precisam responder a uma regra de neutralidade e que, portanto, as condições sociais concernentes à experiência do pesquisador não podem influenciar na sua análise. Se crê também que, por conta das particularidades do processo de racialização<sup>37</sup>,

---

<sup>37</sup> Em Medeiros (2018, p. 710), encontramos uma interessante definição sobre o processo de racialização, a qual adotamos nesta pesquisa. Cito-a: “Quando se fala em racialização faz-se referência aos processos históricos e

as análises feitas por pessoas negras tendem a ser mais afetadas por suas experiências, enquanto o branco, visto enquanto alguém não racializado, tenderia a julgar o mundo a partir de critérios universais (LANDER, 2005). Silvério afirma que:

ser intelectual negro significa você mostrar que a racialização é tão profunda no Brasil que os brancos querem falar sobre o negro, inclusive. Então você não pode falar...você não pode falar nem sobre a sua própria experiência. Então, quando você começa a demarcar a questão da pertença ou do pertencimento, é um processo muito parecido com as mulheres, com as feministas. As feministas chegaram e falaram: olha, parem de falar sobre nós, quem tem que falar sobre nós somos nós. Eu diria que as mulheres negras avançaram nesse processo, os negros como um todo, não. E não porque você tem uma teoria social aplicada no Brasil que impede que isso venha e se transforme, digamos assim, em algo mais evidente. Quem está falando sobre os negros no Brasil não são os negros, são os brancos, e os brancos de esquerda, inclusive (Entrevista).

Contudo, Patrícia Hill Collins (2005), ao estudar a trajetória de W.E.B. Du Bois, importante sociólogo americano, nos aponta que a análise do intelectual negro que estuda as relações raciais e traz luz às categorias sociais hierarquizantes estão, na verdade, esclarecendo um mecanismo de opressão e exclusão que estrutura a sociedade como um todo, e não estudando apenas sobre a sua experiência pessoal. Portanto, estes se utilizam das ferramentas científicas para compreender a sociedade em que estão inseridos, ao passo que a academia os vê apenas enquanto estudos engajados e, portanto, menos rigorosos; e se estes são categorizados enquanto “políticos”, certamente já perderão a possibilidade de ser um estudo acadêmico.

Assim, a partir destas constatações acerca da invisibilidade e da deslegitimação do pensamento negro, podemos ver que uma política que insira os jovens nas salas de aulas da universidade é necessária; contudo, não é o suficiente, se estes alunos forem inseridos neste ambiente de forma subalternizada. É por este motivo que Valter Silvério encara a democratização da universidade a partir de duas vias: 1) democratização + mérito + inclusão sem mudanças + manutenção da excelência; ou 2) democratização + reconhecimento étnico-racial/reconhecimento da diferença + mudança do perfil da elite.

De acordo com as nossas observações, enquanto a primeira perspectiva foi e ainda é o modelo de democratização adotado desde a institucionalização das ações afirmativas, a segunda

---

sociais que estabelecem significados a determinados indivíduos e grupos. O que ocorre é uma biologização de ideologias racistas, cristalizando-as no corpo e na história dessas pessoas e transformando-as em ‘verdades’ corporificadas. (...) E, ao criarem ‘verdades’, são estabelecidos os respectivos ‘lugares sociais’ para os grupos atingidos por esses processos; são criadas também as expectativas coletivas sobre como esses grupos devem agir, pensar e ser, ou melhor, nascem aí os ‘sujeitos típicos’ para tais ideologias”. É importante ressaltar que indivíduos brancos também são racializados, contudo, enquanto a racialização do negro lhe confere adjetivos negativos, ou seja, uma inferiorização a priori, a racialização do branco o relaciona a adjetivos positivos e o coloca em um patamar superior da hierarquia social, independentemente de suas ações e de seus atributos pessoais (FANON, 2008).

representa a visão dos intelectuais negros que participaram da luta pela conquista desta política. É o que podemos ver a partir da afirmação da Profa. Petronilha B. Gonçalves e Silva,

Para que a escola participe do enegrecimento da sociedade, ela terá de lutar para se libertar de tudo que nela ajuda a desumanizar; precisará, pois, livrar-se dos mecanismos e ideias que manipula, levando as pessoas a se verem “nascidas” para mandar ou serem mandadas, para saber ou serem ignorantes, para possuir ou servir.” (SILVA, 2011, p. 102)

Desta forma, se aquela primeira via prevê uma inclusão sem mudanças, desconsidera a especificidade da experiência social do negro em uma sociedade racializada e continua apostando em medidas de caráter universalista, a segunda via coloca a “diversidade” no centro da discussão e propõe uma mudança profunda nas estruturas de poder. Tendo isso em vista, a grande questão que os intelectuais negros buscam responder constantemente é: “como incorporar a diferença que faz diferença?” (SILVÉRIO, 2003, p. 60).

Certamente, um dos caminhos começa pela modificação do currículo acadêmico a partir da inserção de novas perspectivas e novas metodologias de estudo. As vantagens dessa democratização do conhecimento e do espaço universitário são diversas, e atingem não só as comunidades negras, mas a todos que fazem parte desse ambiente. É importante ter claro que a diversidade é um meio de enriquecer as disciplinas. Como afirma Matilde Ribeiro em entrevista, os debates, vistos da perspectiva de diferentes atores sociais, com diferentes experiências sociais, podem dar luz à novos vetores para a teorização da questão racial no Brasil.

Petronilha B. G. Silva concorda com esta afirmação de Ribeiro e atesta, ainda, que a diversidade social, cultural e étnico-racial tem um impacto positivo nas atitudes e sentimentos dos estudantes, além de dar espaço para outras possibilidades de olhar os outros e o mundo (SILVA, 2003, p. 47). Na sua visão, refletir a diversidade nas universidades significa ampliar a justiça social, já que isso proporciona um maior reconhecimento das particularidades culturais.

Ademais, não podemos esquecer que, além das mudanças nas relações presentes no interior da universidade, é preciso pensar também na trajetória destes alunos após a sua formação. Henrique Cunha Junior avalia que, de fato, há atualmente uma representação maior da diversidade do país nos assentos das salas de aula, o que prova o impacto das ações afirmativas. Contudo, defende que a absorção de estudantes no ambiente acadêmico precisa de uma continuidade. Seria necessário, também, medidas mais eficazes para que estes estudantes, quando formados, não encontrassem obstáculos raciais em suas contratações enquanto professores universitários: “Nos Estados Unidos, existiu uma força muito grande para se ter professores e ter universidades negras. Essa força não existe no Brasil (...) Isso é o que a gente

tem que pensar...porque que esse compromisso existe em outros países e não aqui (Entrevista).

Dado o contexto atual, de possível revisão da permanência da Lei 12.711, é de suma importância retomarmos as discussões e as perspectivas propostas pelos intelectuais públicos negros pró-cotas. Como pudemos ver nestes subcapítulos, para estes, as ações afirmativas significam uma possibilidade de rompermos com uma lógica desigual ao chegarmos um pouco mais próximos da igualdade substantiva para todos os cidadãos. Assim, longe de ser uma pauta para um grupo específico, esta política pública diz respeito ao modelo de democracia que uma sociedade pode adotar.

## 5. O sentido de democracia para os intelectuais negros: críticas e anseios

Nos capítulos anteriores, o foco de nossa discussão foi demonstrar algumas das articulações e ações políticas dos intelectuais negros na luta pela implementação e legitimação das políticas voltadas para a igualdade racial, além de expor os temas levantados por estes nas discussões concernentes a estas políticas.

Tendo isso em vista, neste capítulo buscamos reunir alguns elementos das perspectivas sociais e epistemológicas destes sujeitos a fim de demonstrar quais são os motivos que os levam a crer que a luta contra o racismo é central para efetivação da justiça social do país. Com estas reflexões, somadas às reflexões trazidas anteriormente, esperamos chegar a um melhor entendimento sobre o papel destes intelectuais no processo de democratização brasileiro.

Como salientamos em um outro momento, no século XX, vemos emergir diversos movimentos de contracultura no contexto transnacional, como aqueles ligados às questões étnico-raciais e de gênero. Estes movimentos são caracterizados por questionar os princípios da modernidade e propor outras interpretações para as relações sociais. Desta forma, alguns valores ligados àquele período são postos em questão, como, por exemplo: o discurso que atrela uma identidade nacional homogênea à um território; as concepções humanistas que encaram os valores de igualdade e liberdade a partir da categoria universal, desconsiderando, portanto, as especificidades de cada grupo social (GILROY, 2001).

Desta forma, do ponto de vista racial, esta contra-história trouxe a possibilidade de repensarmos a democracia, haja vista os questionamentos que ela nos permite levantar sobre pertencimento, multiculturalismo e pluralidade. Assim, os movimentos sociais atrelados a esta categoria passaram a exigir um reconhecimento de suas demandas, além de medidas preventivas e compensatórias por parte dos Estados a fim de eliminar as discriminações de cunho racistas. Neste contexto, com os países europeus ainda abalados pelos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, passou a ser de comum senso que, para a concretização da democracia, os conflitos ligados às questões raciais precisariam ser resolvidos (SILVÉRIO, 2003).

Contudo, no Brasil, esses acontecimentos reverberaram de um modo específico que se condiciona às particularidades contextuais do país. O nosso pensamento sobre as relações raciais, ainda muito baseado nas ideias de “harmonia” e “democracia racial”, foi um empecilho para a completa aceitação do equacionamento do racismo como algo central para a democracia. É claro que esta percepção se contrapõe ao que os estudos sociológicos feitos a partir da década de 1950 demonstram. A partir destes, vemos que nossa sociedade ainda é marcada por uma

desigualdade racial profunda, a qual estrutura não só o nosso imaginário social, como também tem impactos materiais, políticos e econômicos. Certamente, a exclusão do negro é um projeto de nação (HASENBALG, 2005; RAMOS, 1957).

Diante deste contexto de marginalização da agenda racial, os intelectuais negros repetem veementemente que “o Brasil não é uma democracia, não é uma sociedade com fundamentos democráticos (...)”, pois “não há democracia sem equacionamento da questão racial”<sup>38</sup>. De acordo com Henrique Cunha Júnior, em entrevista, esta afirmação tão categórica se dá, dentre outros motivos, pelo fato de não discutirmos a fundo quais são as heranças históricas que prejudicam o sistema democrático no país. Além disso, o intelectual afirma que é impossível um país se considerar democrático quando uma boa parcela da população não está ocupando os cargos políticos relevantes para a tomada de decisões. Como afirma:

Negro pensar no Brasil é revolucionário. Então eu acho que esse é um dos motes quando você está preocupado em discutir democracia, tudo isso vai influenciar. Quem são os atores para discutir democracia? Quem é que você está elegendo como aptos a discutir essa democracia? (...) Nós temos que rediscutir o que é democracia, nós temos que pensar o que seria democracia no Brasil. Até porque, por exemplo, nós vamos ter que conversar... (...) Quais heranças prejudicam a democracia no país? Houve um escravismo, e você não redistribuiu as riquezas depois. Então, como você vai discutir democracia com concentração de riquezas? (Entrevista)

Segundo a definição de Norbert Bobbio, para que um Estado se considere democrático, é preciso que as seguintes características estejam presentes: 1) todos os cidadãos, ao alcançarem a maioria, devem desfrutar de seus direitos políticos, independentemente de sua raça, religião, condição econômica ou sexo; assim como todos devem ter o direito a expressarem suas opiniões; 2) o voto de todos os cidadãos devem ter o mesmo peso; 3) as pessoas devem ser livres para exporem as suas opiniões e votarem em qualquer candidato, de qualquer grupo político organizado; 4) todo cidadão deve ser livre para escolher entre projetos políticos distintos; 5) a regra da maioria deve ser sempre respeitada, seja por eleições ou por decisão coletiva; 6) todas as decisões tomadas pela maioria devem respeitar os direitos da minoria, incluindo o direito de se tornar maioria em igualdade de condições (BOBBIO, 1986; PEREIRA, 2012).

É importante ressaltar que, para Bobbio, este é um modelo ideal de democracia. Desta forma, um Estado será tanto mais democrático quanto mais próximo ele estiver de cumprir todas estas regras. Como, no seu entendimento, a democracia é um sistema político em constante aperfeiçoamento, é importante que os Estados tenham bem definidos quais são os critérios para o exercício do poder político (BOBBIO, 1986; PEREIRA, 2012).

---

<sup>38</sup> Trecho da entrevista com o Prof. Valter Silvério.

Assim, nesta dissertação, consideraremos esta definição básica de democracia ancorada na Ciência Política de Bobbio, a fim de compreendermos de que modo os intelectuais públicos negros abrangem o sentido de democracia.

De acordo com Ivair Augusto Alves dos Santos (2001), enquanto para alguns a democracia é tida enquanto um princípio, para outros ela ainda é uma meta a se alcançar. Visto que o racismo é a negação do direito fundamental de ser humano, a população negra e pobre enxerga o seu direito de participação e reivindicação política enquanto um ideal ainda distante.

Certamente, “as perspectivas de um governo democrático estável dependem do grau de extensão de garantia de direitos e o exercício de cidadania de sua população”, e a discriminação racial, vista por Santos enquanto a distinção, exclusão ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, acaba por minar esta garantia de direitos (SANTOS, 2001, p. 53). Por este motivo é tarefa do Estado realizar ações voltadas para a promoção do bem estar e dos direitos de cada cidadão em território e vincular a promoção da igualdade racial ao pleno exercício da democracia.

Carlos Moura (2001) também ressalta a importância do Estado na garantia de direitos de todos os cidadãos, salientando, inclusive, que a base de um governo democrático é a formação de um conjunto social em que o ser humano possa se desenvolver na sua integralidade. Considerando a discriminação vigente em um país racializado, é dever de todo Estado possuir mecanismos que propiciem a igualdade social: “torna-se necessária uma prática eficaz em busca de igualdade, que só poderá ser desenvolvida por intermédio de ações concretas dos governos, em consonância com as reivindicações dos grupos marginalizados” (MOURA, 2001, p. 327).

Para a intelectualidade negra brasileira, o movimento negro deve ser reconhecido enquanto uma das associações civis que contribuem para a manutenção e estabilidade de um governo democrático. Os motivos, conforme Ivair A. dos Santos e Petronilha B. G. Silva, estão ligados à capacidade deste para conscientizar e politizar os cidadãos acerca da necessidade de cooperação, solidariedade, espírito público e justiça num sistema político. Apesar de conter no seu interior visões ideológicas distintas, este movimento tem educado seu público para lidar com a diferença, exercer sua cidadania e participar de decisões políticas (SANTOS, 2001; SILVA, 2011).

Ademais, é importante ressaltar a proposição de novos instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos feita pelo movimento negro e adotado por seus intelectuais. Este traz um olhar voltado para a valorização da cultura e das representações simbólicas para a democracia, criticando o pragmatismo econômico; mas, ao mesmo tempo, denuncia a ausência

de negros e negras nos postos de liderança de empresas e governos (GOMES, 2017; SILVÉRIO, 2015).

Sueli Carneiro (2003) nos chama a atenção para a importância do movimento feminista negro para o alargamento do sentido de democracia. Suas ações e perspectivas teóricas nos levaram ao reconhecimento da inexistência de uma mulher universal; das diferenças intragênero; ao reconhecimento do racismo e da discriminação racial enquanto fatores de produção e reprodução de desigualdades sociais; à necessidade de políticas públicas específicas para equalização das oportunidades sociais; ao recorte racial e de gênero da pobreza; e à conscientização sobre os padrões estéticos.

Portanto, isto significa que, ao se opor à persistência do mito da harmonia racial, o movimento negro e seus intelectuais se tornam importantes agentes políticos no combate à desigualdade racial, salientando, inclusive, que esta é uma luta de todos e não apenas daqueles diretamente afetados pelo racismo. De forma sintética, o que os motiva a pensar que a luta contra o racismo é central para a democratização é a concepção de que a questão racial é uma forma de opressão e exploração estruturante das relações sociais e econômicas e que, portanto, é um agravamento das desigualdades sociais. Nesta perspectiva, o racismo é uma medida definidora da democracia (GOMES, 2003; SILVA; SILVÉRIO, 2003), isto é, saber como as medidas de combate ao racismo e de conscientização estão sendo encaradas é um termômetro para saber quão democrática é uma sociedade.

Du Bois expressou este mesmo ponto de vista sobre a democracia americana ao afirmar que “o problema negro é apenas um teste concreto dos princípios subjacentes desta grande república” (DU BOIS, 1999, p. 52). Portanto, o que vemos expresso aqui, mais do que a defesa de uma pauta específica de um povo, é a concepção do que é a democracia:

“Trabalho, cultura, liberdade: todos empenhando-se em prol desse ideal mais amplo que paira diante do povo negro. (...) O ideal de criar e desenvolver os traços e os talentos do Negro, não em oposição ou com desprezo a outras raças, mas em ampla conformidade com os ideais maiores da República americana, a fim de que um dia, no solo americano, duas raças mundiais possam outorgar-se reciprocamente aquelas características de que ambas tão tristemente carecem.” (DU BOIS, 1999, p. 61)

Em textos de Matilde Ribeiro e Valter Silvério, notamos que o aprofundamento da democracia está atrelado a duas frentes: o *reconhecimento* e a *distribuição*. Estas são categorias que nos ajudam a pensar a democracia e a justiça social tanto no âmbito simbólico quanto no âmbito econômico. De acordo com Silvério, a raça e o gênero são categorias que constituem coletividades ambivalentes, isto é, grupos que são vítimas de injustiças nestes dois âmbitos citados. Estas injustiças, por sua vez, se retroalimentam fortalecendo as desigualdades sociais. Um bom exemplo desta dinâmica pode ser observado no mercado de trabalho:

A desvantagem salarial dos negros em relação aos brancos é um produto de três formas de desvantagens que se articulam: a desvantagem ocupacional, a locacional e a educacional. A desvantagem ocupacional estrutura as desigualdades de renda, as quais, não podemos desconsiderar, estão na base das desvantagens locacionais e educacionais (SILVÉRIO, 2003, p. 67)

As desvantagens que estruturam as desigualdades entre negros e brancos são, portanto, multicausais. Por este motivo, Ribeiro (2013) fez uso das categorias de reconhecimento e redistribuição enquanto elementos centrais para analisar as desigualdades sociais e as perspectivas de alteração das mesmas em sua tese de doutorado, intitulada *Institucionalização das Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil: percursos e estratégias – 1986 a 2010*.

Estas categorias supracitadas fazem parte da concepção de justiça social tal como concebida por Nancy Fraser (2002). De acordo com a autora, a globalização e a ascensão dos novos movimentos sociais identitários nos levaram à necessidade de revisitar o conceito de justiça. Com o intuito de conceber uma perspectiva mais ampla e abrangente, Fraser propõe que este conceito deve abarcar as preocupações tradicionais das teorias de justiça distributiva, como as questões de exploração, marginalização, pobreza, desigualdade, entre outras; mas, junto a isso, as demandas da filosofia do reconhecimento, como a valorização das identidades e da diversidade, as quais também devem estar no centro das preocupações políticas.

Outro ponto importante na perspectiva de Fraser (2002) e que é trazido por Ribeiro é o princípio de *paridade de participação*. Ao reconhecer que a combinação entre redistribuição e reconhecimento não é uma medida fácil de se colocar na prática, Fraser propõe o princípio de paridade com vistas a aumentar a igualdade na intervenção social dos sujeitos políticos. Este princípio sugere que todos os indivíduos tenham uma distribuição de recursos que lhes assegure independência política e uma “voz”, além de um padrão institucionalizado de valor cultural que garanta respeito e consideração social igualitária, tornando possível alcançar um ambiente político em que todos se vejam como pares.

Além disso, levando em consideração o lugar social destinado ao negro em uma sociedade racista, este princípio é importante pois pode excluir os padrões institucionalizados que ignoram a necessidade de uma perspectiva particular a respeito das demandas dos diferentes grupos sociais ou que, ao contrário, imputam aos sujeitos uma “diferença” excessiva que inibe a igualdade de participação (CASTRO, 2010).

Assim, tendo como base estes termos de Fraser, Ribeiro considera

o Movimento Negro e a organização de mulheres negras como porta-vozes das proposições e reivindicações da população negra e propagadores das perspectivas de paridade de participação, entendendo essa perspectiva como um canal para a justiça

social e racial, buscando garantir redistribuição e reconhecimento, de maneira simultânea (RIBEIRO, 2013, p. 71).

Valter Silvério e Matilde Ribeiro consideram que as ações afirmativas se apresentam enquanto importante exemplo de política voltada para a justiça social, pois estas têm como objetivo tanto a diminuição das injustiças simbólicas quanto das injustiças econômicas. No entanto, vale salientar que as ações afirmativas não se restringem à ferramenta das cotas, como se convencionou reconhecer no debate público, mas abrangem diversas medidas, como: políticas de valorização identitária, medidas de proteção a estilos de vida ameaçados, reparações financeiras e distribuição de terras e habitação<sup>39</sup>.

No nosso entender, outro elemento que parece fundamentar a posição dos intelectuais negros engajados politicamente é a defesa de uma democracia que não repita a hierarquização da diferença e que respeite, portanto, as diferentes raízes que constituem a nação brasileira. Neste sentido, o depoimento de Edson Cardoso a respeito dos impasses da democracia no Brasil é esclarecedor. De acordo com o jornalista e militante histórico do movimento negro,

A plenitude de direito...as possibilidades abertas de realização são bloqueadas [para o povo negro]. Por que são bloqueadas? Porque, **a priori, a partir da cor da sua pele, se define um lugar para você, em uma hierarquização social, e que é inferior.** (...) Feito isso, como é que eu vou discutir igualdade de direitos? Como é que eu vou reconhecer diversidade? (...) Se a sociedade é racista, ela não é democrática. Porque, **a priori, uma sociedade racista hierarquiza as pessoas**, a ponto, inclusive, de duvidar de que todos sejam humanos. Porque a primeira pergunta que você tem que fazer em uma sociedade democrática é essa: todos são igualmente humanos? (grifo nosso).<sup>40</sup>

Há pelo menos três pontos importantes para se destrinchar na fala de Cardoso. O primeiro, trata-se da definição de um lugar social para os sujeitos a partir da cor de sua pele; o segundo fala sobre a hierarquização social entre as “raças”, que coloca o negro no posto inferior de uma suposta pirâmide; o terceiro é a consequência desta hierarquização, que desumaniza aqueles que estão em sua base. Algumas observações podem nos ajudar a compreender estes aspectos.

Primeiramente, podemos recorrer ao entendimento de como a diferença é interpretada em nossa sociedade. Para tanto, iremos recuperar parcialmente aquela discussão sobre identidade apresentada no primeiro capítulo, quando tratamos sobre a conceitualização do intelectual negro, porém, adicionando alguns elementos que concernem ao processo de diferenciação e hierarquização dos sujeitos, tópico este que nos interessa aqui.

<sup>39</sup> Definição presente em: <http://gema.iesp.uerj.br/o-que-sao-aco-es-afirmativas/>. Acesso em: 06 de set. 2021.

<sup>40</sup> Entrevista dada para o Jornal NEXO, na mesa “Vidas negras: existe democracia com racismo?”, a qual compôs o Festival “Quando começa o século 21?”. (Entre 9:10 e 10:08 min.). Disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=od28Z8o5Gtc>. Acesso em: 29 de set. 2021.

Gostaríamos de relembrar o/a leitor/a que consideramos “identidade” enquanto uma estrutura narrativa que é produzida socialmente e, portanto, pertencente a um local histórico e às instituições específicas. Contudo, em sua relação com os marcadores sociais da diferença, dentre eles a experiência social racializada, a identidade é sempre representada enquanto algo fixo, essencializado.

Isso ocorre pois toda identidade emerge enquanto produto de relações de poder, assim como produto da definição da diferença e da exclusão. É por meio da relação com um Outro que um grupo se afirma. Em outras palavras, a identidade depende muito mais da afirmação da diferença do que da coesão de um grupo idêntico. Demarcar fronteiras (“nós”/ “eles”); classificar (“bons”/ “ruins”); normalizar (“nós somos normais”/ “eles são anormais”) são ferramentas utilizadas para definir quem pertence e quem não pertence. Assim, ao estabelecer este tipo de classificação binária, hierárquica e essencializada, forjamos também quem terá acesso privilegiado a determinados bens sociais (SILVA, 2000).

É importante frisar que a identidade tida como a norma, aquela que detêm todos os atributos positivos, é interpretada enquanto uma identidade neutra e como um parâmetro para as demais. Assim, quanto mais homogeneizadora, mais invisível, “natural”, única será. Por este motivo, apesar de negros e brancos experienciaram seus gêneros, classes e sexualidades através da categoria “raça”, o branco não se enxerga enquanto ser racializado, não se identifica a partir do tom da sua pele ou de seu fenótipo. Para ele, a sua raça é invisível e de nenhuma forma determina a sua subjetividade (BRAH, 2006; SILVA, 2000).

Enquanto, para o branco, a racialização é um fenômeno invisível que lhe confere privilégios; para o negro, ela significa o aprisionamento de sua subjetividade a uma ideia definida a priori, ou seja, à sua essencialização (FANON, 2008). Assim, estes sujeitos são aprisionados a elementos sempre negativos ou inferiores e, em última instância, à irracionalidade e à desumanização. Como consequência prática, vemos que a racialização leva à definição de um lugar social para o negro, lugar este que normalmente está ligado aos trabalhos mais precarizados e às posições de menor prestígio (GONZALES; HASENBALG, 1982).

A fixação das pessoas negras nestes lugares pode ser lida, a partir de Frantz Fanon, enquanto uma epidermização das posições sociais. Ou seja, por consequência do sistema colonial e de sua estrutura de pensamento, Fanon nos ensina que o negro foi reduzido ao corpo, sobretudo à cor de sua pele ou a um fenótipo, e são, portanto, as características deste corpo que definirão o seu lugar social ou as experiências que um indivíduo terá em sociedade. Desta forma, inevitavelmente, todos os atributos propriamente humanos são embargados, já que todo

indivíduo racializado é preso a uma imagem pré-definida, antes mesmo de ele experienciar o mundo<sup>41</sup> (FANON, 2008; FAUSTINO, 2015).

De acordo com Deivison Faustino, com base em Fanon,

a racialização do mundo contemporâneo implica (...) não o surgimento de mais um conflito existencial – ou discriminação ou preconceito –, mas a **impossibilidade, para os povos racializados, de viver plenamente os conflitos existenciais** que nos fazem humanos (2015, p. 60, grifo nosso).

Os conflitos existenciais fazem parte da experiência humana e são considerados uma consequência da compreensão de que o futuro é indeterminado e repleto de possibilidades infinitas. Além disso, é ter consciência de que somos indeterminados e indetermináveis, e de que nossa experiência é múltipla, pois é sempre mediada pelo contexto histórico, cultural e social ao qual pertencemos (MOURA, 2012).

Portanto, quando Cardoso nos afirma que a sociedade racista desumaniza os indivíduos racializados, ele está nos dizendo que a sobredeterminação destes sujeitos a partir de uma categoria social construída a priori o retira dessa experiência propriamente humana e o transforma em essência, em imanência e em um grupo homogêneo (ou estereotipado)<sup>42</sup>.

Desta forma, vemos que, apesar de a raça ser um discurso socialmente produzido, sem um respaldo científico, ela tem um impacto na realidade e é capaz de produzir sentidos, de organizar as relações de poder entre os grupos e de regular as práticas sociais. Este “sistema classificação racial” tem um sentido real por conta de sua força no plano da cultura e do regime de verdade que o sustenta no sistema de discursos. Portanto, de modo sintético, raça pode ser definida como: 1) um sistema hierárquico que produz a diferença; 2) um dos principais conceitos de diferenciação da sociedade; 3) um sistema de significados e uma forma de organizar e significar classificando o mundo (HALL, 2017).

Diante desse cenário de exclusão do negro do projeto de país e da hierarquização racial, a reação do movimento negro foi ressignificar os conceitos de “identidade” e “diferença” ao utilizar o conceito “raça” enquanto um instrumento de combate ao próprio racismo, a partir de

---

<sup>41</sup> Paulo Vieira e Priscila Medeiros nos apresentam uma definição interessante do conceito de raça, que também nos ajuda a compreender esta fixação das posições e a consequente hierarquização dos corpos. Cito-os: “Quando utilizamos o termo “raça” estamos necessariamente nos referindo a esse processo histórico-cultural que estabelece hierarquias entre os seres humanos e que cristaliza, nos próprios corpos dos indivíduos, as representações sociais construídas pelo coletivo. Ou seja, antes mesmo de a pessoa se expressar verbalmente, seu corpo já está recebendo muitas interpretações” (MEDEIROS; VIEIRA, 2014, p. 215).

<sup>42</sup> Gostaríamos de salientar a racialização dos brancos, dado que, usualmente, esta categoria é atrelada apenas as pessoas identificadas como negras. De acordo com Lia Vainer Schucman, “a branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade” (2014, p. 84).

sua politização (MEDEIROS, VIEIRA, 2014). Com isso, a diferença passou a ser positivada e lida a partir da concepção de uma ancestralidade negra e africana.

Avtah Brah diagnosticou o mesmo movimento na Grã-Bretanha, onde o movimento negro local, composto sobretudo por pessoas africanas-caribenhas e sul-asiáticas, politizou o conceito de “negro” e o utilizou enquanto uma bandeira para postular políticas de resistência contra os racismos focados nos fenótipos. Assim como ocorreu no Brasil, este discurso baseado na raça também foi uma forma de o movimento questionar a primazia da classe nos debates sobre desigualdade social. De acordo com a autora,

como os processos culturais são dinâmicos, e o processo de reivindicação é também mediado, o termo “negro” não precisa ser construído em termos essencialistas. Pode ter diferentes significados políticos e culturais em contextos diferentes. (...) As lutas políticas concretas em que o novo significado se fundava reconhecia diferenças culturais, mas buscava realizar a unidade política contra o racismo (BRAH, 2006).

Assim, a ideia de recorrer à raça no plano político não tem como objetivo reforçar a essencialização do negro, mas criar uma identidade política e uma solidariedade para um grupo que tem diversas demandas em comum. Alguns autores, como Gayatri Spivak e Diana Fuss, conceitualizaram esta alternativa enquanto um “essencialismo estratégico”, o que, de acordo com elas, é uma possibilidade interessante para grupos dominados ganharem força política. O mesmo acredita Stuart Hall, quando este afirma que o significante “negro” é um meio de avanço para a luta política (HALL, 2003; BRAH, 2006)

Portanto, ao lutar a partir da categoria racial, o desejo do movimento negro e de seus intelectuais é o desenvolvimento de “uma democracia que assuma o direito à diversidade como parte constitutiva dos direitos sociais e assim equacione de forma mais sistemática a diversidade étnico-racial, a igualdade e a equidade” (GOMES, 2011, p. 120). Neste sentido, “diversidade” não se limita apenas ao elogio às diferenças, mas faz parte de uma forma de compreender a sociedade que leva em conta a construção das diferenças no contexto cultural, histórico e político, além das relações de poder intrínsecas a esta construção (GOMES, 2003).

Por fim, é importante salientar aqui que a expressão “diversidade cultural” e “respeito às diversidades” é historicamente localizada e não pertence apenas ao contexto brasileiro. Como vemos a partir do artigo de Michel Nicolau Netto (2017), estes termos passaram a ser cada vez mais utilizados a partir da década de 1990, substituindo outros dois discursos até então presentes: o do multiculturalismo e o da exceção cultural.

Para o autor, a diversidade passou a ser um valor importante na contemporaneidade, formando, inclusive, a gramática da modernidade-mundo. Se antes a diferença era tratada na chave do exótico, pois classificava o que estava fora, em contraste com aquilo que estava dentro

da construção da ideia de nação homogênea, agora, na era da globalização, esta diferença passa a ser vista enquanto uma característica positiva e própria das sociedades modernas.

Kabengele Munanga (2006) tem uma proposta crítica sobre o modo como a diversidade deve ser abordada na luta política do movimento negro. De acordo com o autor, o debate sobre racismo, identidade, cidadania e democracia é muito complexo pois podem dar origem a situações bem paradoxais.

Atualmente, há duas possibilidades na luta antirracista: 1) perspectiva universalista, que pauta a igualdade de direitos e de tratamento; 2) perspectiva etnopluralista, que defende a conservação ou o desenvolvimento dos caracteres constitutivos de uma identidade autêntica. Esta segunda posição seria, portanto, àquela defendida pelo movimento negro.

Contudo, o paradoxo está no fato de o neorracismo também fazer um elogio às diferenças e querer preservá-las, já que pautam as suas ideias na valorização da diferença cultural e no afastamento daqueles que são diferentes. Assim, o que Munanga busca nos mostrar é que a estratégia de luta do movimento negro pela ressignificação da diferença deve mirar na eliminação da interpretação desta enquanto um fundamento para a hierarquização social, mas cuidando para não cair novamente em uma essencialização dos sujeitos. De modo claro, o autor expõe que

“Um projeto nacional de construção de uma verdadeira democracia não pode ignorar a diversidade e as identidades múltiplas que compõem o mosaico cultural brasileiro. Um tal projeto não poderia também ignorar o fato de que, além das diferenças, somos semelhantes e que o medo dos racistas está justamente na aceitação das semelhanças que fazem de nós seres capazes de exercer todas as atividades e não apenas aquelas prescritas pelas diferenças. Quando falo das semelhanças, não me refiro apenas as características gerais das culturas humanas abstratas, penso sobretudo naquelas semelhanças que todos os grupos étnicos que aqui se encontraram conseguiram formar, através de uma convivência marcada pelos empréstimos, mestiçagem tanto biológica como cultural, sincretismo cultural no sentido mais geral e não apenas religioso e que conferem ao Brasil e aos brasileiros alguns traços e comportamentos específicos.” (2006, p. 23)

Desta forma, com as ressalvas propostas por Munanga, podemos afirmar que, para os intelectuais públicos negros, a diferença, representada aqui pela categoria “raça”, é central para discutirmos sobre a ampliação do processo democrático. Esta centralidade se deve ao fato de o racismo ser algo que estrutura nossa sociedade, hierarquiza os sujeitos sociais a partir do seu fenótipo e, com isso, condiciona um lugar social inferiorizado estabelecido a priori para aqueles que são lidos como negros. Esta sobredeterminação representa não só um embargo aos direitos fundamentais do cidadão, como também significa a negação do direito fundamental de ser humano.

Dado isso, os intelectuais negros ressaltam a importância do Estado no combate a estas desigualdades e na quebra desta lógica que vem sendo reproduzida há séculos. Uma sociedade democrática e desracializada deve ofertar aos seus cidadãos um futuro indeterminado e repleto de possibilidades; uma situação de igualdade nas intervenções sociais e o direito à diferença, sem que esta seja inferiorizada.

## Considerações finais

Ao longo desta dissertação, buscamos compreender qual foi o papel do intelectual público negro no processo de democratização do Brasil. Para tanto, observamos de que modo estes intelectuais intervíram em alguns dos momentos políticos que entendemos ser primordiais para a democracia.

Pudemos notar que as contribuições destes intelectuais nestes momentos políticos se deram, de modo geral, em dois âmbitos: 1) a partir do envolvimento e em diálogo com o movimento negro, estes sujeitos: a) atuaram na formação de organizações não-governamentais (como Geledés, Grupo Palmares, etc); b) participaram de cargos institucionais de governo, auxiliando na configuração de uma política federal de igualdade racial; 2) dentro das Universidades Públicas: a) criaram grupos de pesquisa e associações voltados para os estudos sobre as relações étnico-racial e com comprometimento político (como os NEABs e a ABPN, por exemplo); b) contribuíram para a implementação e para o fortalecimento das políticas públicas de caráter racial dentro destes espaços; c) trabalharam na formação de uma consciência sobre o papel do negro na formação social brasileira, propondo, portanto, uma outra perspectiva social, política, cultural e econômica para o debate sobre democratização. Neste último ponto, ao propor uma outra perspectiva epistemológica e ontológica, estes intelectuais acabaram por alargar o que entendem por democracia.

A partir destas intervenções, podemos afirmar que os intelectuais públicos negros foram atores centrais na construção e na implementação das políticas públicas de igualdade racial, tendo, portanto, um papel de suma importância no processo de democratização do Brasil. Estes têm tido, como objetivo, lutar pela inserção plena do negro no sistema democrático, garantindo seus direitos básicos enquanto cidadão.

No que tange à relação destes intelectuais com o movimento negro, salientamos que, para estes sujeitos, este movimento deve ser reconhecido enquanto uma das associações civis que contribuem para a manutenção e estabilidade de um governo democrático. Dentre os elementos que dão base para esta afirmação, estão a denúncia do mito da democracia racial e a responsabilização do Estado pelas consequências do racismo, demonstrando que as omissões das instituições governamentais nestes aspectos significam um distanciamento da democracia.

Os intelectuais públicos negros ressaltam a importância de medidas concretas no combate às desigualdades sociais, tais como as políticas públicas, sobretudo as que pretendem implementar ações afirmativas. Estas, longe de serem discriminadoras, aparecem enquanto uma solução importante e eficaz para corrigir as práticas excludentes da sociedade brasileira. Isto é,

enquanto a norma social vigente privilegia os não-negros, as ações afirmativas buscam promover a igualdade entre os grupos historicamente discriminados e aqueles que não passaram por estas experiências.

Em tempo, quanto à produção de consciência de grupo, estes sujeitos auxiliam na organização e na articulação das demandas do movimento a partir de uma linguagem múltipla. Portanto, rompem com o dogma de que apenas a escrita científica é um meio para comunicar teorias. Assim, colocam o poder de suas ideias a serviço da justiça social a partir das artes visuais, da música, da poesia ou dos jornais, além de ter uma ampla produção nos meios tradicionais, isto é, nos congressos, na produção de livros e nas revistas científicas. Nestes meios, prezam e trabalham pela preservação da memória da militância negra, trazendo constantemente em suas falas e escritos os diversos acontecimentos históricos protagonizados por esta.

Neste processo, estes intelectuais ressignificam tanto o entendimento sobre o Brasil como também as diferenças que o compõem. Ao mirar nas práticas cotidianas, nas narrativas locais e priorizarem as ações dos sujeitos, eles deslocam nossa perspectiva do macro para o micro e passam a trazer um outro olhar sobre a formação social do país, alcançando, portanto, especificidades que passam despercebidas para o olhar universalista.

Pudemos notar que esta virada teórica tem, pelo menos, dois efeitos marcantes: o primeiro é o entendimento de que as identidades são formadas por processos fluidos e negociáveis, ligados sempre às contingências históricas, o que diverge completamente das interpretações recorrentes, as quais concebem as identidades de modo fixo e essencializado (SOUSA, 2013). O segundo efeito é a contraposição, por parte destes intelectuais, àquela noção de diversidade ligada a uma contemplação acrítica das diferenças étnicas e raciais, o que os faz propor uma interpretação mais politizada da diferença, considerando os conflitos e chamando a atenção para as desigualdades provindas da hierarquização social.

Do ponto de vista do engajamento político, um dos âmbitos de atuação utilizado pelos intelectuais públicos negros é o campo da educação, abrangendo desde a educação básica até o ensino superior. Estes intelectuais politizam estes espaços, salientando as desigualdades, a elitização, como também ressaltando as possibilidades de mudança presentes nestes. No campo da produção de conhecimento, fazem uma ponte entre teoria e política, articulando, portanto, a intervenção, a militância e a pesquisa. É por este motivo que afirmamos que as suas análises não são apenas constatativas, mas sim propositivas.

Em suas posturas políticas, são sempre guiados por valores coletivos, se afastando, portanto, daquele perfil apontado por Marilena Chauí, o qual se desliga cada vez mais do

público em função de sua própria carreira profissional. Desta forma, observamos que os intelectuais públicos negros estão constantemente envolvidos com associações, grupos culturais, organizações políticas, entre outras. Ao ocuparem os espaços públicos, lançam e apoiam novas medidas de incentivo à formação intelectual e educacional em prol da comunidade negra. Pautam, quando em posição de poder, a descentralização do processo decisório, pois prezam pela participação efetiva dos e das cidadãos.

Quanto às questões metodológicas, as lentes destes intelectuais ultrapassam a fronteira do nacional, trazendo uma perspectiva diaspórica para a análise, o que os permite trilhar uma outra narrativa acerca da formação da modernidade. Assim, a colonização torna-se um elemento fundamental para compreender este período histórico.

Ademais, o olhar do intelectual público negro também alcança elementos que vão para além das fronteiras socioeconômicas, levando em consideração a cultura e as dimensões simbólicas que dão forma à vida dos sujeitos sociais. Portanto, para eles, não é possível falar sobre direitos civis, sem falar sobre direito cultural ou sobre representação simbólica.

Acerca deste ponto, salientamos que a cultura e a estética também são vistas enquanto importantes ferramentas políticas, que tem como objetivo tensionar as hierarquias raciais. Estes dois elementos são encarados enquanto uma forma de resistência política com grande amplitude, pois ultrapassa os meios institucionais e pode chegar aos meios de convivência cotidianos, como os bailes, as praças, os terreiros, entre outros. Além disso, se por um lado, são vistos enquanto meios de positivação da identidade negra e de valorização da história e da cultura afro-brasileira, por outro, têm a capacidade para criar um senso de coletividade e de comunidade, o que é muito importante para a formação e ação política.

Estes intelectuais nos ensinam que a luta por políticas públicas deve ser um dever de todo aquele que deseja alcançar uma sociedade com mais justiça social e igualdade substantiva. Longe de ser apenas medidas reformistas, que tem como objetivo apenas apaziguar as lutas reais com “mudanças concretas”, as políticas públicas têm impacto real na vida de todos aqueles que são constantemente excluídos dos espaços elitizados.

Como podemos ver no exemplo das ações afirmativas com recorte racial nas universidades públicas, inserir estudantes que se identificam como negros nas salas de aula não significa apenas fazer com que estes tenham acesso a determinado tipo de conhecimento de modo técnico, mas sim abrir caminhos para que possam reconhecer a si mesmo e às suas culturas de modo distinto, ou que possam conseguir ferramentas para produzir outras epistemologias possíveis. Isto porque, como pudemos entender a partir de suas proposições, as universidades não são apenas um espaço para formar pessoas para atuar em determinada

profissão, mas representam também um universo de possibilidades formativas no âmbito cultural, político e existencial dos sujeitos que a frequentam.

Por fim, gostaríamos de salientar que as mudanças que pudemos observar na relação do Estado com a questão racial, sobretudo no início do governo de Lula, somado às conquistas no âmbito das políticas públicas, são frutos de um longo processo de lutas promovidas pelo movimento negro, com a importante participação e contribuição de intelectuais negros e negras. Toda política pública implementada foi uma agenda construída e demandada por décadas de trabalho destes sujeitos (LIMA, 2010).

Mas, nos últimos anos, este projeto tem estado sob risco. A comunicação estabelecida entre o Estado e os movimentos sociais já não é mais uma realidade no cenário atual. De acordo com Matilde Ribeiro, a possibilidade de parcerias, de negociações e de uma construção conjunta pela melhoria da condição de vida do povo negro se arrefeceu. Se antes havia uma abertura para a luta pelas pautas ligadas à questão racial, agora há um total bloqueio e, inclusive, uma negação sobre a importância do combate ao racismo no país.

Como apontamos no subcapítulo 3.2, a SEPPIR foi perdendo espaço no orçamento da União, sobretudo a partir de 2011, até deixar de ter o status de Ministério e se tornar uma secretaria com pouco ou nenhum protagonismo. Em 2015, se iniciou o processo de *impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff, processo este que se consolidou em 2016, com a saída de Dilma do cargo e a assunção de Michel Temer, seu vice, no lugar. Valter Silvério tem uma leitura crítica sobre este momento:

eu leio o golpe de 2014 como [uma resposta] à ameaça que a entrada de 100 mil jovens negros [provocou] nas universidades públicas, que são universidades que têm pesquisa, que têm possibilidade de você aprender alguma coisa que não técnica, para além do técnico...eu acho que isso criou uma paúra na elite brasileira. E isso é interessante porque eu não acho que o campo democrático popular tinha intenção de transformar esses jovens, ou imaginava que esses jovens pudessem provocar tanta mudança. Eu acho que isso é mais da cabeça da elite branca e menos do campo democrático popular. Mas para mim são os resultados imprevistos de algumas decisões que são tomadas (Entrevista).

Matilde Ribeiro também tem uma leitura sobre o momento atual:

“Embora existam leis (leis de cotas, estatuto da igualdade racial, lei 10.639), essas leis permanecem existindo, mas a dinamização das políticas arrefeceu. E o governo Bolsonaro é um governo que se coloca em oposição aos direitos cidadãos e seus direitos sociais. Há perda de direitos em todas as áreas: direitos humanos, saúde, educação, trabalho, são notórios retrocessos.”<sup>43</sup>

Portanto, se as conquistas que ocorreram na primeira década do século XXI, como a Conferência de Durban, a implementação da lei 10.639, a criação da SEPPIR, etc., propiciaram

---

<sup>43</sup> Entrevista de Matilde Ribeiro para o programa “Brasil de Fato Entrevista: “se o racismo não dá trégua, a luta também não”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nJmx7xe3QHU>>. Acesso em: 28 de set. 2021.

algum respiro de alívio para os militantes e intelectuais negros no Brasil, o início da segunda década apresentou um grande retrocesso para estas pautas. De todo modo, apesar dos avanços e retrocessos presentes em nossa história, nosso objetivo foi salientar a agência e as estratégias políticas dos intelectuais públicos negros diante dos desafios de uma sociedade racializada.

### **Referências bibliográficas**

ADAMS JR., R. L. Rewriting the African Diaspora in the Caribbean and Latin America: beyond disciplinary and national boundaries. In: ADAMS JR., R. L. (Org). **Rewriting the African Diaspora in Latin America and the Caribbean**, 1. ed. New York: Routledge, 2013.

AFIPEA (Orgs). Apresentação - Um convite à refundação democrática do Brasil. In: **30 anos da Constituição Federal Brasileira - Notas para um obituário precoce (1988/2018)**. 1 ed. Brasília/DF: Associação dos Funcionários do Ipea, 2018.

ALBERTI, V.; PEREIRA, A. A. **Histórias do movimento negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC**. Ano 5, 42 ed. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2007.

ALMADA, S. **Abdias do Nascimento**. São Paulo: Coleção Selo Negro, 2021.

ARAÚJO, V. T. de. O papel da imprensa negra brasileira. **Revista Alterjor**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 212-228, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/157190>. Acesso em: 3 nov. 2021.

ARROYO, M.G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. 7 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002

BERNARDINO, Joaze. Ações Afirmativas: respostas às questões mais frequentes. **O Público e o Privado**, v. 2, n. 3 jan. jun, p. 83-98, 2004.

BEZERRA, T. O. C.. A política pública de cotas em universidades, desempenho acadêmico e inclusão social. **Sustainable Business International Journal**, n. 09, 2011.

BHAMBRA, G. K. **As possibilidades quanto à sociologia global: uma perspectiva pós-colonial**. Revista Sociedade e Estado, v. 29, n. 1, p. 131-151, jan./abr. 2014.

BOBBIO, N. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. **Rio de Janeiro: Paz e Terra**, 1986.

BORGES, R. S. **Sueli Carneiro**, São Paulo: Coleção Selo Negro, 2009.

BORGES, E. Educação e o ensino de história da África no Brasil. In: D'ADESKY, J.; SOUZA, M. T. (Orgs.) **Afro-Brasil: Debates & Pensamentos**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Cassará, 2015.

BRAH, V. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**. Campinas, v. 1, n. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006.

BRASIL. Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. **Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial: Promovendo a igualdade racial – Para Um Brasil Sem Racismo**. Brasília, DF, 2016.

BROWN, K; ITZIGSOHN, J. Sociology and the theory of double consciousness: W.E.B. Du Bois's phenomenology of racialized subjectivity. In: **Du Bois Review: Social Science Research on Race**. Hutchins Center for African and African American Research, v. 12, n. 2, p.231-248, 2015.

CAMPOS, L. A.; RODRIGUES, C. Raça e política no Brasil: teorias em ocaso. In: BATISTA, M; RIBEIRO, E.; ARANTES, R. (Orgs.) **As teorias e o caso**. Santo André: Editora UFABC, 2021.

CARNEIRO, S. A Batalha de Durban. **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 10, n. 1, Jan. 2002.

CARNEIRO, S. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003.

CASTRO, S. Nancy Fraser e a teoria da justiça na contemporaneidade. **Revista Redescrições – Revista on line do GT de Pragmatismo e Filosofia Norte-americana** Ano 2, n. 2, 2010.

CAVALCANTI, I. T. N. et al. Desempenho acadêmico e o sistema de cotas no ensino superior: evidência empírica com dados da Universidade Federal da Bahia. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 24, p. 305-327, 2019.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Intelectual engajado: uma figura em extinção. In: **O silêncio dos intelectuais**[S.I: s.n.], 2006.

COLLINS, P. H. Black public intellectuals: from Du Bois to the present. **Contexts**, vol. 4, Issue 4, pp. 22-27, 2005.

COLLINS, P. H. **On intellectual activism**. Philadelphia: Temple University Press, 2012.

CONCEIÇÃO, I. A. **Estudantes brasileiros e colombianos de Ciências Sociais**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, 2021.

CONNELL, R. O Império e a Criação de Uma Ciência Social. Contemporânea –**Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v. 2, n. 2, pp. 309-336, jul-dez, 2012.

COSTA, J. B. Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal. In: **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 33, n. 1, pp. 119-137, jan/abr, 2018.

COSTA, S. **Dois atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DEUS, Z. A. Os desafios da academia frente à Lei nº 10.639/03. In: **Revista de Educação Pública** - v. 21, n. 46 (maio/ago. 2012) Cuiabá, EdUFMT, 2012.

DEUS, Z. A. Políticas de ação afirmativa como estratégia de construção da igualdade racial. *Revista ABPN*, v. 11, c. 1, p. 87-100, abr de 2019.

DIAS, L.; PASSOS, M.; RODRIGUES, T. C. “Sou mais ativista, militante da área do que propriamente pesquisadora em educação”: Zélia Amador de Deus e educação antirracista. *Revista Teias*, v. 21, n. 62, jul./set. 2020.

DOMINGUES, P. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. In: **Revista Tempo**. Niterói, v. 12, n. 23, pp. 100-122, 2007.

DUBOIS, W. E. B. **As almas da gente negra**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008

FAUSTINO, D. “Por que Fanon, por que agora?”: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. 252f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

FERNANDES, F. “Nota Explicativa” In: **A integração do negro na sociedade de classes**. vol. 1, 5 ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FLOR, C. G.; KAWAKAMI, E. A.; SILVÉRIO, V. R. Tornar-se sujeito afro-diaspórico: working with Du Bois, Frantz Fanon e Stuart Hall/ Becoming an Afro-diasporic subject: working with Du Bois, Frantz Fanon and Stuart Hall. **Revista Contemporânea**, v. 10, n. 3, set.-dez., 2020.

FLORES, E. C. **Etnicidade e ensino de História: a matriz cultural africana**. *Revista Tempo*, v. 11, n. 21, jun, 2006.

FRASER, N. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Portugal, n. 63, p. 7-20, 2002.

FREITAS, J. B. *et al.* As Políticas de Ação Afirmativa nas Universidades Federais e Estaduais (2003-2018). **Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA)**, IESP-UERJ, p. 1-44, 2021.

GARRIDO, M. C. M. Atuação militante de Lélia Gonzalez na discussão da Constituição Federal de 1988. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 435 - 463, jul./set. 2018.

GIBBS G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre, Artmed; 2009.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência**. São Paulo, Rio de Janeiro: 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro Asiáticos, 2001.

GOMES, N. L. Ações afirmativas: dois projetos voltados para a juventude negra. In: SILVA, P. B. G.; SILVÉRIO, V. R. (Orgs.) **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Inep/MEC - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

GOMES, N. L. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: MENESES, M. P.; SANTOS, B. S. S. (Orgs). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almeidina, 2009.

GOMES, N. L. Educação, relações étnico-raciais e a Lei nº 10.639/03: breves reflexões. In: BRANDÃO, Ana Paula (Org). **Modos de fazer:** caderno de atividades, saberes e fazeres. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010.

GOMES, N. L. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira:** desafios, políticas e práticas. RBPAE – v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

GOMES, N. L. Por uma indignação antirracista e diaspórica: negritude e afrobrasilidade em tempos de incertezas. **Revista da ABPN**, v. 10, n. 26, jul – out 2018, p.111-124.

GOMES, N. L. A força educativa e emancipatória do movimento negro em tempos de fragilidade democrática. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 62, jul./set. 2020.

GONZALES, L.; HASENBALG, C. **Lugar de negro.** Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

GRAMSCI, A. A formação dos intelectuais. In: **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUSMÃO, N. M. M.; VON SIMSON, O. R. M. A criação cultural na diáspora e o exercício da resistência inteligente. **Anuário Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, v. 1989, 1989.

HALL, S. Race, articulation and societies structured in dominance. In: **Sociological Theories: Race and Colonialism.** Paris, UNESCO, 1980, p. 305-345.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (org.) **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

HALL, S. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, S. **Cultura e representação.** Tradução Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HALL, S. **The fateful triangle: race, ethnicity, nation.** Edited by Kobena Mercer. Cambridge: Harvard University Press, 2017.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e Ciências Sociais – perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires/Argentina: CLACSO, 2005.

LÁZARO, A. A diversidade, a diferença e a experiência da Secad. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 265-276, jul./dez. 2013

LOUREIRO, M. R; REGO, W. L. R. CF 30 anos: significado histórico e sentido político. In: **30 anos da Constituição Federal Brasileira: Notas para um obituário precoce (1988/2018)**. 1 ed. Brasília/DF: Associação dos Funcionários do Ipea, 2018.

LIMA, M. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 87, p. 77-95, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n87/a05n87.pdf>>. DOI: 10.1590/s0101 33002010000200005

MAGGIE, Yvonne; FRY, Peter. O debate que não houve: a reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. **Enfoques**, v. 1, n. 1, p. 92-108, 2002.

MARIANO, C. M. Emenda constitucional 95/2016 e o teto de gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, vol. 4, n. 1, p. 259-281, jan./abr. 2017

MEDEIROS, C. A. Ação afirmativa no Brasil: um debate em curso. In: SALES, A. S (Org.), Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2007.

MEDEIROS, P. **O descentramento e a desracialização do nacional**: Estado, relações étnico-raciais e ações afirmativas no Brasil. 2014. Tese (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

MEDEIROS, P. VIERA, P. A. Ação afirmativa no Brasil e no mundo: notas para um debate em curso. In: SILVÉRIO, V.; MATTIOLI, E. A. K.; MADEIRA, T. F. L. **Relações étnico-raciais: um percurso para educadores**. São Carlos: Edufscar, 2012. 320 p. v. 2. (Coleção Especialização)

MEDEIROS, P.; VIEIRA, P. A. Pela desracialização da experiência: discurso nacional e educação para as relações étnico-raciais. In: MISKOLCI, R.; JÚNIOR, J. L. **Diferenças na Educação**: outros aprendizados. São Carlos: Edufscar, 2014.

MELGUIZO, T.; WAINER, J. Políticas de inclusão no ensino superior: avaliação do desempenho dos alunos baseado no Enade de 2012 a 2014. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, 2018.

MORRIS, A; W. E. B. Du Bois no centro: da ciência, do movimento de direitos civis, ao movimento black lives matter. Tradução Valter Roberto Silvério. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. 32, p. 367-387, maio 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/.../revistaabpn1/article/view/892>>. Acesso em: 30 set. 2021.

MOURA, C. A. O papel do governo na promoção da igualdade. In: SABOIA, G. V (Org.). **Anais de Seminários Regionais Preparatórios para Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. Brasília: Ministério da Justiça, 2001.

MOURA, C. E. **Consciência e liberdade em Sartre: por uma perspectiva ética**. 1 ed. São Carlos: Edufscar, 2012.

MUNANGA, K. Identidade, Cidadania e Democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 5, n. 1, p. 17–24, 2006. DOI: 10.20396/resgate.v5i6.8645505. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645505>. Acesso em: 29 set. 2021.

MUNANGA, K. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

NETTO, M. N. A diferença do discurso da diversidade. **Revista Contemporânea**, São Carlos, v. 7, n. 1, p. 39-61, jan.-jun., 2017.

OLIVEIRA, E. R. **Negro intelectual, intelectual negro ou negro-intelectual: considerações do processo de constituir-se negro-intelectual**. 2014. Tese (Doutorado em Educação). Programa de pós-graduação em Educação – Universidade Federal de São Carlos, 2014.

OLIVEIRA, F.; RIOS, F. Consciência negra e socialismo: mobilização racial e redes socialistas na trajetória de Hamilton Cardoso. **Revista Contemporânea**, São Carlos, v. 4, n. 2, jul-dez., 2014.

PAIXÃO, M. Da lenda à esfinge: sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo. In: D'ADESKY, J.; SOUZA, M. T. **Afro-Brasil: debates & pensamentos**. Rio de Janeiro: Cassará Editora, 2015.

PASSIANI, Enio. Figuras do Intelectual: gênese e devir. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano20, no 47, p. 16-47, jan/abr, 2018

PEIXOTO, A. L. A. et al. Cotas e desempenho acadêmico na UFBA: um estudo a partir dos coeficientes de rendimento. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 21, p. 569-592, 2016.

PEREIRA, F. A. S. **Organizações e espaços da raça no oeste paulista: movimento negro e poder local em Rio Claro (dos anos 1930 aos anos 1960)**. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, 2009.

PEREIRA, A. K. B. Concepção democrática de Bobbio: uma defesa das regras do jogo. **Revista Estudos de Política**, Campina Grande, vol. 1, nº 1, 2012.

PERLATTO, Intelectual público (Verbetes). **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 10 n. 1 jan/jun. 2015.

PICELLI, I. A. L. **A emergência das minorias étnicas no Brasil: agendamento das políticas públicas para comunidades quilombolas**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Ciência Política, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

PINTO, A. F. M. **De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)**. 2006. 197 f. Dissertação (Mestrado em História)- Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

RAMOS, G. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro:Andes, 1957.

RATTS, A. J. P. **Eu sou Atlântica: Sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento**. 1. ed. São Paulo: Imprensa Oficial/Instituto Kuanza, 2007.

RATTS, A. Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade no movimento negro de base acadêmica. In: PEREIRA, A. M.; SILVA, J. (Org.). **Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala Livros, 2009, p. 81-108.

RATTS, A.; RIOS, F. Lélia Gonzales. São Paulo: Coleção Selo Negro, 2010.

RIBEIRO, R. **Institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil: percursos e estratégias – 1986 a 2010**. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo, 2013.

RIOS, F. Movimento negro brasileiro nas Ciências Sociais (1950-2000). **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2009.

RIOS, F. O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010). **Lua Nova**, São Paulo, n. 85, 41-79, 2012.

RODRIGUES, T. **Movimento Negro no cenário brasileiro: embates e contribuições à política educacional nas décadas de 1980-1990**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

ROSA, I. C. C. Imprensa negra: descobertas para o jornalismo brasileiro. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, vol. 11, nº 1., 2014.

SAID, E. **Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993**. Tradução Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SAID, E. W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, H. Discriminação racial no Brasil. In: SABOIA, G. V (Org.). Anais de Seminários Regionais Preparatórios para Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Brasília, Ministério da Justiça, 2001.

SANTOS, I. A. A. A Democracia e a Questão Negra no Brasil. In: SABOIA, G. V (Org.). **Anais de Seminários Regionais Preparatórios para Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. Brasília, Ministério da Justiça, 2001.

SANTOS, N. N. S. **A voz e a palavra do movimento negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988): um estudo das demandas por direitos**. Dissertação (Mestrado em Direito) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015.

SANTOS, S. A. **Movimentos negros, educação e ações afirmativas**. 554 f. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SANTOS, S. A.; CAVALLEIRO, E.; BARBOSA, M. I. S.; RIBEIRO, M. Ações afirmativas: polêmicas e possibilidades sobre igualdade racial e o papel do estado. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 913-929, 2008.

SANTOS, S. A. A metamorfose de militantes negros em negros intelectuais. **Revista Mosaico**, v. 3, n. 5, 2011.

SCHERER-WARREN, I. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. **Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo, v. 46, n. 1, p. 18-27, 2010.

SCHUCMAN, L. V. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 11, 2014.

SILVA, M. A. M. Órbitas sincrônicas: sociólogos e intelectuais negros em São Paulo, anos 1950-1970. **Sociol. Antropol.**, v. 8, n. 1, jan-apr, 2018.

SILVA, P. B. G. Pode a educação prevenir contra o racismo e a intolerância? In: SABOIA, G. V (Org.). **Anais de Seminários Regionais Preparatórios para Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. Brasília, Ministério da Justiça, 2001.

SILVA, P. B. Negros na universidade e produção de conhecimento. In: **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Inep/MEC - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

SILVA, P. B. G.; SILVÉRIO, V. Ações afirmativas, sim. **Revista Adusp**, São Paulo, n. 33, 2004.

SILVA, P. B. G. Pesquisa e luta por reconhecimento e cidadania. In: ABRAMOWICZ, A.; SILVÉRIO, V. (Org.). **Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola**. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

SILVA, P. B. G. **Entre Brasil e África: construindo conhecimento e militância**. Belo Horizonte: Maza Edições, 2011.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SILVA, V. P. M. O processo de formação da Lei de Cotas e o racismo institucional no Brasil. 2017. 213 f., il. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, A. H. & FOSSÁ, M. I. T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas Revista Eletrônica**, v. 16, n.1, p. 1-14, 2015

SILVÉRIO, V. R. O papel das ações afirmativas em contextos racializados: algumas anotações sobre o debate brasileiro. In: SILVA, P. B. G.; SILVÉRIO, V. R. (Orgs.) **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Inep/MEC - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

SILVÉRIO, V. R. O movimento negro e os novos contornos do debate brasileiro sobre raça, etnia e democracia. In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2004, Coimbra. **Anais**. Coimbra: Congresso Luso-Afro-Brasileiro, 2004.

SILVÉRIO, V. R., A (re)configuração do nacional e a questão da diversidade. In: ABRAMOWICZ, A.; SILVÉRIO, V. R. (Orgs.), *Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola*. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

SILVÉRIO, V. R. O movimento negro na travessia da “ponte” Brasil-África. In: (Orgs.) D’ADESKY, J.; SOUZA, M.T. *Afro-Brasil: debates e pensamentos*. Rio de Janeiro: Editora Cassará, 2015.

SOARES, C. **Raça, classe e cidadania**: a trajetória do debate racial no Partido dos Trabalhadores. Curitiba: Editora CRV, 2015.

SOUSA, K. A. **Raça, identidade e cidadania**: uma análise dos trabalhos apresentados na ANPOCS e na ANPED (1988-2003). Dissertação (mestrado em Sociologia), Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2013.

TRAPP, R. P. **A Conferência de Durban e o antirracismo no Brasil (1978-2001)**. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontífca Universidade Católica, Porto Alegre, 2013.

TRAPP, R. P. **O elefante negro**: Eduardo de Oliveira e Oliveira: raça e pensamento social no Brasil. 1 ed. São Paulo: Editora Alameda, 2020.

WEST, C. “The dilemma of the Black Intellectual.” In: **The Cornel West: reader**. New York: Basic Civitas Books. 302-315, 1999.

## ANEXOS

## ANEXO I – Perfil dos intelectuais

**Abdias do Nascimento**

Nasceu em Franca (SP), em 1914. Formou-se em Economia pela Universidade do Rio de Janeiro. Fez parte da Frente Negra Brasileira, a qual teve suas atividades encerradas pela ditadura do Estado Novo (1937-1945). Em 1944, fundou o TEN - Teatro Experimental do Negro. Em 1945, organizou a Convenção Nacional do Negro no Rio de Janeiro. Em 1950, organizou Primeiro Congresso do Negro Brasileiro. Fundou, em 1968, o Museu da Arte Negra. Perseguido pela ditadura militar na década de 1960, viu-se obrigado a se exilar nos EUA. Naquele país, lecionou nas universidades de Yale, Wesleyan, New York e Temple. Pôde lecionar, ainda, na Universidade de Ifé, na Nigéria. De volta ao Brasil no período de abertura democrática, foi eleito vice-presidente nacional do PDT. Foi responsável, ainda, pela criação do IPEAFRO – Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros, na PUC de São Paulo, e pela organização do Terceiro Congresso de Cultura Negra das Américas. Foi um dos fundados do Movimento Negro Unificado, em São Paulo, no ano de 1978. Em 1982, foi eleito deputado federal pelo PDT, no Estado do Rio de Janeiro. Já na década de 1990, ocupou a cadeira de Senador da República. Foi titular da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Recebeu o título de Professor Emérito da Universidade do Estado de Nova York em Buffalo, EUA, e Doutor *Honoris Causa* da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1990) e da Universidade Federal da Bahia (2000). Dentre outros prêmios, recebeu a Ordem do Rio Branco, no grau de Comendador, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e fpo indicado ao Prêmio Nobel da Paz em 2010<sup>44</sup>.

**Carlos Alberto Medeiros**

Nasceu no Rio de Janeiro – RJ, em 4 de agosto de 1947. Formou-se bacharel em Comunicação e Editoração na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1972. Pela Universidade Federal Fluminense (UFF), concluiu seu mestrado e doutorado. É militante do Movimento Negro desde 1970, além de ser referência nos estudos sobre as políticas de ações afirmativas. Dentre seus cargos públicos, podemos citar: Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado Extraordinária de Defesa e promoção das Populações Negras/RJ (1991-1994); membro do Grupo de Trabalho Interministerial para a valorização da população negra-Ministério da Justiça (1995-1996); Assessor Técnico do Senado Federal-Gabinete do Senador Abdias Nascimento (1997-1999);

<sup>44</sup> Biografia extraída da página LiteraAfro. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/teatro/1437-abdias-nascimento-2>. Acesso em: 30 de mar. 2022.

Assessor da Coordenadoria de Segurança, Justiça, Defesa Civil e Cidadania – Governo do Estado do Rio de Janeiro (2000-2002). É também autor do livro *Na lei e na raça: legislação e relações raciais, Brasil – Estados Unidos*.

### **Edna Maria Santos Roland**



Nascida em Codó, Maranhão, em 12 de janeiro de 1951. Concluiu a graduação em Psicologia em 1972, pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Na PUC – SP, concluiu o mestrado em Psicologia Social. Foi uma das responsáveis pela fundação de quatro organizações negras: Bloco Afro Alafiá, em 1984; Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, em 1984; Geledés – Instituto da Mulher Negra, em 1988; e FALA PRETA! Organização de Mulheres Negras, em 1997. No final da década de 1990, foi pesquisadora visitante no Harvard Center for Population and Development Studies.

Assessorou a Delegação Brasileira à III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata em Durban, em 2001, tendo sido eleita Relatora-Geral. Desde 2003, é Coordenadora de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial da UNESCO para a região de América Latina e Caribe<sup>45</sup>.



### **Hamilton Cardoso**

Nasceu em Catanduva – SP, em 10 de julho de 1953. Formou-se em jornalismo, tendo passado pela Faculdade Casper Líbero e pela Metodista de Rudge Ramos. Foi um dos principais militantes articuladores do Movimento Negro Unificado em 1978. É coautor de diversos livros e de diversos textos políticos. Dentre a lista de livros, estão: “Movimentos Sociais na Transição Democrática”, organizado por Emir Sader, e “Dez Coisas sobre o Direito do Trabalho”, de autoria de Claudius Cecon. Relacionou-se com o mundo cultural de São Paulo ao

participar do Centro de Cultura e Arte Negra” (CECAN). Hamilton Cardoso faleceu no dia 5 de novembro de 1999, em São Paulo<sup>46</sup>.

### **Hédio Silva Júnior**



Nasceu em Três Corações – MG em 24 de junho de 1961. Formou-se doutor em direito constitucional pela PUC de São Paulo. Em 1986, foi um dos integrantes do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo. Naquele mesmo ano, foi presidente da Convenção Nacional do Negro, evento realizado em Brasília. Nos anos 1991 e 1992, foi assessor

<sup>45</sup> Biografia extraída da página da Diretoria de Cooperação Institucional da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.ufmg.br/copi/medalhahonra/edna-maria-santos/>. Acesso em: 03 de abr. de 2022.

<sup>46</sup> Biografia extraída da página Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/hamilton-cardoso/>. Acesso em 03 de abr de 2022.

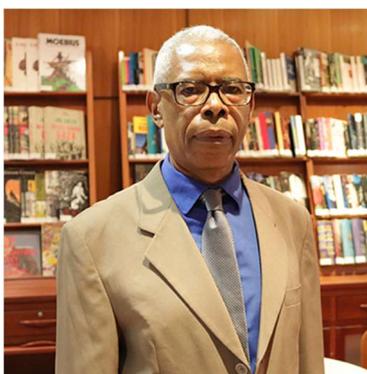
especial de Cidadania e Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo. Fundou, ainda em 1992, o Centro de estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT). Foi secretário da Justiça do Estado de São Paulo. Em 2016, foi homenageado com o Troféu Asé Isesé, troféu este que é entregue pelo Centro Cultural Africano às lideranças religiosas e personalidades públicas que se destacam na luta contra a intolerância religiosa<sup>47</sup>.

### Hélio Santos



Nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais. Concluiu o mestrado em Finanças e o Doutorado em Administração pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. Foi presidente fundador do Conselho da Comunidade Negra do Estado de São Paulo. É um dos fundadores do IBD – Instituto Brasileiro da Diversidade. Preside o Conselho Deliberativo do Fundo Baobá. Atualmente, leciona na Fundação Visconde de Cairu, em Salvador – BA<sup>48</sup>.

### Henrique Cunha Junior



Nasceu no bairro do Bexiga, em São Paulo (SP), em 1952. Se formou em Engenharia Elétrica na Universidade de São Paulo (USP) e em Sociologia na Universidade Estadual de São Paulo (UNESP). Realizou mestrado em História nesta última universidade e doutorou-se em Engenharia Elétrica na França. Em 1985, concluiu o estágio de pós-doutorado em Engenharia na Universidade Técnica de Berlim. É Professor Livre Docente pela Universidade de São Paulo e Professor Titular pela Universidade Federal do Ceará. É filho de Henrique Cunha, importante militante do movimento negro. Na década de 1970, dirigiu grupos de teatro amador na década de 1970 e foi membro do Grupo Congada, de São Carlos-SP. Fez parte da criação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) e foi o seu primeiro presidente. Publicou diversos poemas, livros de literatura e compôs a peça de teatro *Negros que Riem*<sup>49</sup>.

### Ivair Augusto dos Santos

<sup>47</sup> Biografia extraída de ALBERTI, V; PEREIRA, A, 2007.

<sup>48</sup> Dados extraídos do perfil do autor no site LinkedIn. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/helio-santos-a0a06bba>. Acesso em: 03 de abr. de 2022.

<sup>49</sup> Biografia extraída da página LiteraAfro. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autores/276-henrique-cunha-jr>. Acesso em: 30 de mar. 2022. Dados extraídos do Lattes do intelectual. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3168771550890062>. Acesso em: 30 de mar. 2022.



Nasceu em São Paulo – SP, em 10 de setembro de 1950. Graduiu-se em Química pela Universidade Federal de São Carlos em 1974. Em 1991, concluiu o mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas e, em 2009, o doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília. Participou de um projeto da UNESCO voltado para o desenvolvimento do ensino de Ciências. Criou o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Governo Franco Montoro entre 1983 e 1987. Durante a gestão de Luísa Erundina enquanto prefeita, trabalhou na coordenadoria especial do negro, órgão que fazia parte da Prefeitura de São Paulo. Atuou também na Secretaria de Justiça e Cidadania, a qual veio a se tornar Secretaria Especial de Direitos Humanos, onde teve como bandeira principal a implementação das políticas de ações afirmativas. Atualmente, é Executivo Público da Secretaria de Saúde de São Paulo<sup>50</sup>.

### Lélia Gonzales



Nasceu em Belo Horizonte (MG) em 1935. Em 1962, formou-se bacharel em Filosofia pela Universidade Estadual da Guanabara, atual UERJ. Foi professora universitária na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Gama Filho. Em 1978, foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR, sigla que mais tarde seria reduzida para MNU). É autora de importantes livros, como Lugar de Negro, publicado em 1982 com Carlos Hasenbalg, e Festas Populares no Brasil, lançado em 1987. Faleceu no dia 10 de julho de 1994, no Rio de Janeiro, devido a problemas cardiovasculares<sup>51</sup>.

### Matilde Ribeiro



Nasceu em Flórida Paulista (SP) no dia 29 de julho de 1960. Realizou a graduação em Serviço social, o mestrado em Psicologia Social e o doutorado em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Nas décadas de 1980 e 1990, trabalhou nas prefeituras de Osasco e São Paulo, na Sempre Viva Organização Feminista (SOF), no Instituto Cajamar, na prefeitura de Santo André, nas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e no Centro de Estudos sobre o Trabalho e Desigualdades. No ano de 2002, foi convidada para coordenar o programa de

<sup>50</sup>Dados extraídos do lattes do intelectual. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9240926776991481>. Há dados extraídos também do CPDOC – FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/ivair-augusto-dos-santos>. Acesso em: 03 de abr. de 2022.

<sup>51</sup> Biografia extraída da página LiteraAfro. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1204-lelia-gonzalez>. Acesso em: 30 de mar. 2022.

governo da campanha de Luis Inácio Lula da Silva para a sua candidatura para a presidência da República em 2002 e, posteriormente, tendo Lula vencido, participou também da equipe de transição. Em 2003, assumiu a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Desde 2014, é professora adjunta na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Integra o Conselho da Revista Estudos Feministas e o Conselho AFRICA/Instituto Lula. Em 2021, recebeu o título de Doutora Honoris Causa da Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC)<sup>52</sup>.

### **Nilma Lino Gomes**



Possui graduação em Pedagogia e mestrado em Educação pela UFMG, e doutorado em Antropologia Social pela USP. Realizou dois estágios pós-doutoral, um pela Universidade de Coimbra, supervisionado por Boaventura de Souza Santos, e outro pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). É Professora Titular Emérita da Faculdade de Educação da UFMG; integra o corpo docente permanente da Pós-graduação em Educação Conhecimento e Inclusão Social - FAE/UFMG; participa da equipe de pesquisa do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão Ações Afirmativas na UFMG. Entre 2010 e 2014, integrou a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Entre 2013 e 2014, foi reitora Pró-Tempore da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. Em 2015, foi Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial -SEPPIR. É membro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Em 2022, recebeu o Prêmio Carolina Bori, Ciência & Mulher, 3ª edição, pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) como vencedora da área das humanidades<sup>53</sup>.

### **Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva**



Nascida em Porto Alegre (RS), graduou-se em Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); realizou uma especialização em Administração e Planejamento de Sistemas de Ensino pela Unesco em Paris, na França; concluiu o mestrado em Planejamento da Educação e o doutorado em Ciências Humanas, ambos na UFRGS; e o pós-doutorado em Teoria da Educação na África do Sul. Posteriormente, teve cargos de docência e

<sup>52</sup> Bibliografia extraída do verbete RIBEIRO, Matilde, em Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/ribeiro-matilde>. Lattes de Matilde Ribeiro. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1384417185342430>. Acesso em: 30 de mar. 2022.

<sup>53</sup> Biografia extraída da lattes de Nilma Lino Gomes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7444449891704854>. Extraída, também, da página LiteraAfro. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/368-nilma-lino-gomes>. Acesso em: 30 de mar. 2022.

coordenação pedagógica em escolas de ensino básico, assim como na Secretaria de Educação e no Conselho Estadual de educação do Rio Grande do Sul. Em 1989, iniciou sua carreira docente na Universidade Federal de São Carlos, onde conquistou os títulos de Professora Titular e Professora Emérita. Entre 2009 e 2016, foi conselheira do World Education Research Association (WERA), representando a Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN). Entre 2015 e 2016, foi conselheira, na condição de notório saber do Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial. Foi Conselheira da Fundação Cultural Palmares, nos termos da Portaria nº 141, de 28/12/2011. Entre 2002 e 2006, por indicação do Movimento Negro, foi conselheira da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. No CNE, foi relatora do Parecer CNE/CP 3/2004, o qual estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Entre 2007 a 2011, foi coordenadora do Grupo Gestor do Programa de Ações Afirmativas da UFSCar. Em 2011, recebeu o prêmio Educação para a Igualdade da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), entregue pela Ministra Luiza Helena Bairros, por ser a primeira mulher negra a ter assento no Conselho Nacional de Educação e pela valiosa contribuição para a educação brasileira no combate ao racismo<sup>54</sup>.

### Sueli Carneiro



Nasceu em São Paulo, no dia 24 de junho de 1950. É filósofa, escritora e ativista do movimento negro brasileiro. Concluiu o doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). Fez parte, na década de 1980, do Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de São Paulo. Em 1988, fundou o GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra, esta que foi a primeira organização negra e feminista independente de São Paulo. Na mesma década, fez parte do Conselho Nacional da Condição Feminina, em Brasília.

A intelectual já recebeu diversos prêmios em reconhecimento à sua trajetória política e intelectual. Dentre eles, estão: Prêmio Bertha Lutz (2003); Menção Honrosa no Prêmio de direitos humanos Franz de Castro Holzwarth; Prêmio Direitos Humanos da República Francesa; Prêmio Benedito Galvão (2014); Prêmio Itaú Cultural 30 Anos (2017); Prêmio Especial Vladimir Herzog (2020)<sup>55</sup>.

### Valter Silvério

<sup>54</sup> Biografia extraída do site pessoal da Profa. Petronilha, disponível em: <http://petronilha.com.br/biografia/palestras-conferencias-e-entrevistas/81-perfil-petronilha-beatriz-goncalves-e-silva>. Lattes de Petronilha B. G. S. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5770245673371690>. Acesso em: 30 de mar. 2022.

<sup>55</sup> Dados extraídos da página LiterAfro. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1426-sueli-carneiro>



Possui bacharelado em Ciências Políticas e Sociais pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1985), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1992) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1999). Em 1998, concluiu o estágio pós-doutoral na Northwestern University em Chicago, EUA; em 2006, realizou seu segundo estágio no

International Institute of Law em Onãti, Espanha; e em 2017, o terceiro no Goldsmith College University of London. Entre 2004 e 2005 ocupou o cargo de direção e administração na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Atualmente, é professor titular do Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). É também vice-presidente do International Scientific Committee for Volume IX, X and XI of the General History of Africa – GHA – UNESCO<sup>56</sup>.

### **Zélia Amador de Deus**



Possui graduação em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará, mestrado em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais, doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará. Desde 1978, é professora da Universidade Federal do Pará. É atriz e diretora de Teatro. Entre 1989, atuou enquanto Diretora do Centro de Letras e Artes da UFPA. Entre 1993 a 1997, foi vice-reitora da mesma

universidade. Enquanto integrante do movimento negro, foi co-fundadora do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará – CEDENPA (1980); integrou o Grupo Interministerial de Valorização da População Negra - GTI do Governo Fernando Henrique Cardoso, entre 1996 e 2001. Implementou e coordenou o Programa de Ação Afirmativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário entre 2001 e 2003. Foi membro da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros – CADARA, co-fundadora do Grupo de Estudos Afroamazônico da UFPA (2003) e Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores negros-ABPN<sup>57</sup>.

<sup>56</sup> Dados extraídos do lattes de Valter Silvério. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9421231847055027>. Acesso em: 30 de mar. 2021.

<sup>57</sup> Biografia extraída do Lattes da intelectual. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2137015557793418>. Acesso em: 30 de mar. 2022.

## ANEXO II – Organização do roteiro para as entrevistas

Objetivo	Dimensões	Pergunta
<i>Tornar-se intelectual negro</i>	Infância e adolescência	a) Quais são os elementos da sua experiência social que o senhor/a senhora julgam importantes para sua formação enquanto intelectual?
	Questão Racial	a) Quando se iniciou o seu contato com as discussões sobre racismo e sobre antirracismo no Brasil? b) Como se deu esse processo de afirmação da identidade negra? c) Quais foram as influências para pensar sua identidade?
	Definição do termo + questão de gênero	a) Existe uma possibilidade de definir o que é ser intelectual negro no Brasil? b) Quais são os desafios da intelectual negra, ou seja, da mulher negra na posição de intelectual?
<i>Tornar-se intelectual público</i>	Interesse temático	a) Quais são suas motivações para estudar a situação do negro no Brasil?
	Militância-intelectualidade	a) Qual foi a importância da militância (ou de suas incursões no espaço público) para a sua formação intelectual?
	Intelectualidade-militância	a) Qual foi a influência da experiência acadêmica para a militância (ou para as incursões no espaço público)? b) Quais são suas impressões sobre a separação binária que afirma que o lugar da intelectualidade é na academia e o lugar do ativismo político é no “mundo real”? c) Quais as possibilidades e limites entre essa ponte da intelectualidade com a ação pública do intelectual?

<i>Engajamento</i>	Ações e perspectivas políticas	<p><b>a)</b> Quais foram as suas motivações para se envolver em ações práticas da política ligadas à questão racial?</p> <p><b>b)</b> Tendo em vista uma sociedade como o Brasil, o que é democracia para você?</p> <p><b>c)</b> Qual é o peso da agenda racial para a construção de nossa democracia?</p> <p><b>d)</b> Poderia falar um pouco sobre como foi a sua participação <i>em tal evento</i>? Quais foram os principais desafios? Qual foi o peso deste evento para a construção de nossa recente democracia?</p>
<i>Democracia na atualidade</i>	Trazer atualidade para a pesquisa	<p><b>a)</b> Quais são os ensinamentos que a luta dos intelectuais negros do passado (como Abdias do Nascimento, Lélia Gonzales) podem trazer para as suas ações, enquanto intelectual contemporâneo? Há um paralelo histórico?</p> <p><b>b)</b> Quais são as principais pautas do movimento negro e dos intelectuais negros para a luta pela democracia hoje?</p>